

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

HELOISA BRANDEMARTI

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATO
INFRACIONAL: UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS DA FEBEM DE
RIBEIRAO PRETO/SP

FRANCA
2009

HELOISA BRANDEMARTI

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATO
INFRACIONAL: UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS DA FEBEM DE
RIBEIRAO PRETO/SP

**Dissertação apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social. Área de
Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Rodrigues
Alves de Andrade**

FRANCA
2009

Brandemarti, Heloisa

A trajetória de vida de adolescentes que
cometeram ato infra-
cional : um estudo sobre jovens egressos da FEBEM
de Ribeirão
Preto/SP / Heloisa Brandemarti. –Franca : UNESP,
2008.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de
História, Direito e Serviço Social – UNESP.

HELOISA BRANDEMARTI

A TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES QUE COMETERAM ATO INFRACIONAL: UM ESTUDO SOBRE JOVENS EGRESSOS DA FEBEM DE RIBEIRAO PRETO/SP

Dissertação apresentada à Faculdade de Historia, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof.ª Dr.ª Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade

1º Examinador(a): _____
Prof.ª Dr.ª Maria Estela Vasconcelos Lemos Borges

2º Examinador(a): _____
Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva

Franca _____ de _____ de 2009.

Aos meus meninos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os adolescentes com quem eu convivi na FEBEM, em especial aos jovens que colaboraram com este trabalho.

Este trabalho foi feito pensando em todos vocês, por vocês!

Mas, pra todos nós!

Gente! Não é fácil agradecer às pessoas, depois de uma dissertação, são tantas pessoas para agradecer, que fica difícil ordenar.

Creio que as primeiras pessoas que devo agradecer, igualmente, são: minha orientadora, a **Lolô** (Maria Ângela) e minha melhor amiga, a **Raquel**.

Sem vocês, e tenho certeza disto, eu não teria finalizado este tão sofrido processo de elaboração da dissertação. Adoro vocês, lhes devo muito! E só posso agradecer, muito, e sempre!

Lolô! Agradeço a oportunidade que você me deu.

Agradeço por sua dedicação, por sua competência profissional, seus cuidados no âmbito pessoal e no âmbito acadêmico. Agradeço por ter refletido comigo sem imposições, você sempre foi muito respeitadora, mesmo quando eu estava equivocada. Registro aqui a minha admiração por sua conduta impecável, por sua inteligência sensível e de extrema rapidez.

E Rak, estou agora escrevendo isto porque você nunca me deixou só, nos momentos de desespero, pelos quais os mestrandos passam, parece que é um sofrimento generalizado (rsrsss...). Agradeço... agradeço como quem não sabe como fazê-lo... agradeço... sem ter palavras pra tanto... apenas te agradeço. Espero, um dia, ter condição de retribuir com a mesma amplitude!

Agradeço aos meus pais!

Minha mãe: obrigada por me ajudar, sempre. Mesmo que discordando às vezes. Devo a você a alegria de hoje ser feliz! Se você tivesse me deixado fazer as coisas do meu jeito, naquela condição de inexperiente, eu poderia ter errado gravemente. Suas orientações foram fundamentais para eu chegar até aqui! Amo muuuito você, profundamente. Meu doce anjo!

Agradeço com muito carinho, ao companheiro Fernando, pelo precioso momento de união, meio a dor de um desespero humano genérico, e desesperançoso. Seu acolhimento foi um exemplo lindo de companheirismo sensível e solidário, que acalmou minh'alma. Nem sei se você compreendeu o que significou seu ato, mas, meu querido companheiro, eu não esquecerei sua mão estendida, seu olhar de comunhão. Agradeço também pelas indispensáveis colaborações para este trabalho. Você e Fátima são pessoas raras em vários aspectos. Obrigada pelos exemplos de luta e resistência.

Obrigada por tudo!

Agradeço com carinho às colaborações da professora Ana Cristina na banca de qualificação. Sei da sua ampla compreensão sobre a profundidade das relações estabelecidas por mim com os jovens, e o significado disto. Obrigada pela acolhida e pelas sugestões fundamentais que, contribuiram para que este trabalho não se tornasse inexequível.

Agradeço a atenção e cuidados de alguns amigos muito queridos, que acompanharam todo o processo, que me viram chorar muitas vezes e me alegraram com suas palavras, entre eles destaco: o Marquito, Chinali e Grazi, Ariel, Ana Paula e Cleiton, Tito, Andressa (minha cunhada) e Luciano (meu irmãozinho de 33 aninhos), e a Neguinha (minha querida) Márcia. Desculpem-me pelos descuidos e, obrigada pela paciência, carinho e colaboração.

Israild, a minha querida amiga, que sofreu em tantos momentos a dor que eu achava ser somente minha... você me ensina sempre... um beijo no seu coração!

Se não bastasse sua amizade, contei com sua precisão na correção do português e, além de tudo isso, tive o privilégio de encontrar em suas correções todo o seu carinho e cuidado, em cada palavrinha, em cada nota de rodapé... obrigada do fundo do coração.

Alguém muito especial torceu por mim este tempo todo, a minha querida amiga Li (Eliane Paulon), uma pessoa linda, de extrema delicadeza, sensibilidade e competência profissional. Deu tudo certo! Obrigada por trazer o Evandro e a Isabel (minha sobrinha caçula!).

Registro aqui a existência sublime dos meus sobrinhos: **Gabriel e João Pedro**. Pensei muito em como vocês são, no que vocês sempre tiveram e têm, no que ainda terão... e de certa maneira, vocês estão presentes neste trabalho, enquanto sujeitos que promoveram a reflexão sobre a desigualdade (acesso ou não à bens e serviços) do processo sócio educativo que constituem os sujeitos.

Aproveito este espaço, para agradecer à mãe de vocês... por ter feito vocês, pequenas pessoinhas, tão diferentes entre si e tão especiais, igualmente. A tia Dinda, como me chama meu irmão, os ama indistintamente, pois as crianças são sempre crianças, indistintamente!

Minha prima Rose, meu primo Vitor, minha madrinha (Délia) e padrinho (José Antônio): obrigada por cuidarem de mim. Espero que este trabalho os orgulhe, vocês fazem parte dele! Amo vocês.

Suelen (SU) e Gabí, tenho orgulho de ter tido contato com o ser humano que vocês são, mais do que isso, profissionais comprometidas, éticas e de incontestável competência. Vamos à luta!

Elton, que você volte pra casa!

Eu não poderia deixar de destacar a nossa querida Gigi. Que atua profissionalmente na UNESP-Franca mas que, é uma pessoa que vai além das funções que excuta, é alguém com quem se pode contar e confiar. Registro aqui o seu valor pra nós estudantes e, agradeço a sua postura profissional e humana, respeitosa e gentil em todos os momentos.

Ao Wagner:

Um futuro assistente social que traz nas veias as letras, histórias e sonhos. Muito obrigada por seu empenho, dedicação e colaboração na correção das normas da ABNT. Obrigada também, pela amizade. Você é um grande ser humano.

Foi muito bom te conhecer e ver como você é e será ainda maior, na generosidade, humildade, na competência profissional, na ética e na luta... obrigada companheiro!

Agradecimento especial (in memória)

Agradecimento especial porque irá para além da matéria, até onde o amor as encontrar.

Onde vocês estiverem, se estiverem, aqui vai minha homenagem, meu recadinho de agradecimento e reconhecimento pelo que representam e pelo tanto que suas personalidades influenciaram a minha personalidade, meus caminhos.

Refiro-me as três mulheres especiais, fortes e extremamente sensíveis.

Minha avó **Margarida**, mãe de meu pai. Deixou-me o exemplo da ternura e do amor incondicional, coisas sobre generosidade e compaixão.

Minha avó materna, Dona Ana, Dona Anita, ou como eu prefiro: **vó Nita!** Guardo a sua honra, sua dignidade, sua força insubmissível e a sua doçura desconhecida pela maioria, doçura que ficou escondida tantos anos.

E minha **Táta**, minha querida prima Márcia, sobrinha de meu pai. Mais do uma prima, uma irmã, um eterno amor, uma eterna saudade em meu coração.

Então, **dedico este humilde trabalho aos 'meus filhos'**, como os chamávamos na FEBEM, cada técnico tinha de certa maneira 'filhos', e os meus, foram fantásticos, cada um com suas características, mas igualmente cuidados e queridos por mim.

Cada um dos meus meninos é alguém que me deixou saudade, vontade de reencontrar, de abraçar e de saber se está bem...como vai indo... tenho ainda, os seus rostos guardados em minha memória como se os tivesse visto ontem. Sinto saudade, de vocês meninos, saibam disto. **Obrigada por terem me ensinado tantas coisas!**

Agradeço e dedico em especial, aos sujeitos que colaboraram com seus depoimentos: **Junior, Lucas (e Ana), Santiago e Neto. Vocês não imaginam como fiquei feliz ao revê-los!**

Muito obrigada a TODOS vocês!

Nosso Tempo

***“Este é tempo de partido,
Tempo de homens partidos. [...]
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra [...].
Tenho palavras em buscando canal, são roucas e
duras, irritadas, enérgicas, comprimidas há tanto
tempo, perderam sentido, apenas querem explodir!”***

Carlos Drummond de Andrade

BRANDEMARTI, H. **A trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional**: um estudo sobre jovens egressos da FEBEM de Ribeirão Preto. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito, e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Este trabalho tem como foco a discussão da violência estrutural como um fenômeno complexo que perpassa este modelo societário, fruto de um capitalismo monopolizado e neoliberal. A pesquisa realizada traz a trajetória de jovens que cumpriram medida sócio educativa de internação na FEBEM de Ribeirão Preto/SP, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2004. O objetivo, ao analisar a história pessoal destes adolescentes, é apreender nas diversas singularidades os elementos que, mediados por particularidades próprias da realidade brasileira, compõem o quadro mais amplo por onde a violência estrutural ganha contornos nítidos e absolutamente reais. No Brasil, existem diferentes maneiras e possibilidades de ser jovem, daí a se utilizar, neste trabalho, o termo juventudes brasileiras. Neste país, o sistema produz e reproduz diferenças econômicas, políticas e culturais tão acentuadas entre as diversas classes sociais que, os segmentos jovens de baixo poder aquisitivo se encontram em situações onde a proposição legal de sujeitos de direitos não se efetiva. Para trazer o foco para esta problemática, utilizou-se dados secundários que envolveram desde o aprofundamento teórico a partir da produção acadêmica sobre os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, a violência estrutural, as condições de vida e trabalho da juventude brasileira, até a análise de documentos, sites, jornais e literatura não acadêmica, mas de grande relevância no sentido de entender a problemática dos jovens sujeitos desta pesquisa. A metodologia incluiu também a utilização de dados primários. Estes foram coletados por meio de entrevistas semi estruturadas realizadas com 4 jovens egressos da FEBEM e que cumpriram medida sócio educativa de internação entre os anos de 2003 e 2004. O recorte deste período específico deveu-se ao fato da autora deste estudo ter trabalhado na FEBEM no referido período (de 2003 a 2005) e, com isto pôde desenvolver laços de confiabilidade junto aos adolescentes. Os jovens que esta pesquisa pode conhecer por meio de suas histórias de vida, são jovens que estiveram ou estão em conflito com as normas e leis que regem a ordem social, mas que, na realidade são como quaisquer outros jovens. São histórias reais de vidas marcadas pela violação dos direitos de cidadania e depois, na FEBEM, pela violação dos direitos humanos. O maior intuito deste trabalho é colaborar para a reflexão crítica dos profissionais de diversas áreas, mas em especial com os assistentes sociais, que atuam com o segmento criança e adolescente nos diversos espaços sócio ocupacionais.

Palavras-chave: adolescentes; violência estrutural; FEBEM; trajetórias de vida; direitos humanos.

BRANDEMARTI, H. **La trayectoria de jóvenes que practicaron acto infraccional:** un estudio sobre los jóvenes egresos de la FEBEM de Ribeirao Preto. 2009. Disertación (Pós Grado en trabajo social) - Faculdade de História, Direito, e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMEN

Ese trabajo tiene como finalidad la discusión de la violencia estructural como un fenómeno complejo que sobrepasa ese modelo societario, fruto de un capitalismo monopolizado y neoliberal. La investigación realizada trae la trayectoria de jóvenes que cumplieron medida socioeducativa de internación en la FEBEM (Fundação Estadual do Bem-estar do Menor) de Ribeirão Preto/SP, en el período comprendido entre los años de 2003 y 2004. El objetivo, al analizar la historia personal de estos adolescentes, es enfatizar en las diversas singularidades, los elementos que, mediados por particularidades propias de la realidad brasileña, componen el cuadro más amplio por donde la violencia estructural gana contornos nítidos y absolutamente reales. En Brasil, existen diferentes maneras y posibilidades de ser joven, de ahí la utilización, en este trabajo, del término juventudes brasileñas. En este país, el sistema produce y reproduce diferencias económicas, políticas y culturales tan acentuadas entre las diversas clases sociales que, los segmentos jóvenes de bajo poder adquisitivo se encuentran en situaciones donde la proposición legal de sujetos de derechos no se efectiva. Para traer el foco para esa problemática, se utilizó datos secundarios que involucraron desde la profundización teórica a partir de la producción académica sobre los mecanismos de funcionamiento del sistema capitalista, la violencia estructural, las condiciones de vida y el trabajo de la juventud brasileña, hasta el análisis de documentos, sitios, periódicos y literatura no académica, pero de gran relevancia en el sentido de entender la problemática de los jóvenes sujetos de esta pesquisa. La metodología incluye también la utilización de datos primarios. Estos fueron colectados por medio de entrevistas semi estructuradas realizadas con 4 jóvenes egresos de la FEBEM y que cumplieron medida socioeducativa de internación entre los años de 2003 y 2004. El recorte de este período específico se debe al hecho de que la autora de esta pesquisa haya trabajado en la FEBEM en el referido período (de 2003 a 2005) y, con ello pudo desarrollar lazos de confiabilidad junto a los adolescentes. Los jóvenes que esta pesquisa pudo conocer por medio de sus historias de vida, son jóvenes que estuvieron o están en conflicto con las normas y leyes que rigen el orden social, pero que, en realidad son como cualesquiera otros jóvenes. Son historias reales de vidas marcadas por la violación de los derechos de ciudadanía y enseguida, en la FEBEM, por la violación de los derechos humanos. El mayor interés de ese trabajo es el de colaborar para la reflexión crítica de los profesionales de diversas áreas, pero en especial con los asistentes sociales, que actúan en el segmento del niño y adolescente en los diversos espacios socioocupacionales.

Palabras claves: adolescentes, violencia estructural, FEBEM, trayectorias de vida, derechos humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E IDEOLOGIA	19
1.1 Violência estrutural	22
1.2 Os principais mecanismos de inserção e reprodução da ideologia dominante	31
CAPÍTULO 2 JUVENTUDE NO BRASIL	36
2.1 Os indicadores sociais como retratos quantitativos da violência estrutural	39
2.2 Para além do formalmente construído: a descrição da violência pelos sujeitos	46
CAPÍTULO 3 OS PARADOXOS DA LEGALIDADE E A ILEGALIDADE: O ATENDIMENTO AO JOVEM QUE PRATICOU ATO INFRACIONAL	54
3.1 FEBEM de chocolate?	60
CAPÍTULO 4 METODOLOGIA DA PESQUISA	73
4.1 Os procedimentos metodológicos	74
4.2 Contextualização do universo da pesquisa: os municípios de Ribeirão Preto e Franca/SP	77
4.3 As trajetórias dos sujeitos da pesquisa	79
4.3.1 Neto	81
4.3.2 Junior	88
4.3.3 Lucas	95
4.3.4 Santiago	100
CAPÍTULO 5 OS FIOS CONDUTORES DA TRAJETÓRIA: UM CONTEXTO SOCIAL QUE MARCA OS INDIVÍDUOS SOCIAIS E INFLUENCIA A VIDA E A SOCIABILIDADE	107
5.1. As relações familiares	110
5.2 A Rua e a Escola	113
5.3 A FEBEM	116
5.4 Trabalho e acesso ao consumo	118
5.5 Os projetos de futuro	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127

REFERÊNCIAS.....	133
-------------------------	------------

ANEXOS

ANEXO - A.....	144
ANEXO - B.....	146
ANEXO - C.....	148
ANEXO - D.....	150
ANEXO - E.....	152
ANEXO - F.....	154
ANEXO - G.....	156
ANEXO - H.....	158
ANEXO - I.....	160
ANEXO - J.....	162
ANEXO - K.....	164
ANEXO - L.....	166

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a trajetória de jovens que cumpriram medida sócio-educativa de internação na FEBEM de Ribeirão Preto/SP, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2004.

O objetivo, ao analisar a história pessoal destes adolescentes, é apreender nas diversas singularidades os elementos que, mediados por particularidades próprias da realidade brasileira, compõem o quadro mais amplo por onde a violência estrutural ganha contornos nítidos e absolutamente reais.

Este trabalho tem como eixo estruturador a discussão da violência estrutural como um fenômeno complexo cujas ramificações se estendem à todas as esferas da vida do homem, desde o âmbito macro social até às singularidades do ser. A principal característica da violência estrutural é a sutileza e a discrição, uma vez que seu circuito reprodutivo supõe um aliado central: o processo permanente de naturalização de gestos e de procedimentos, quase sempre considerados necessários, adequados e normais.

Segundo Silva (2006, p.167), cabe aos investigadores, a reconstrução mental da totalidade, do complexo e contraditório movimento de uma determinada realidade, que por sua vez, possui uma dinâmica própria que não é abstratamente criada.

Quando a questão da violência estrutural é discutida tem-se a impressão de que se trata de algo abstrato, porém, vai se tornando mais compreensível à medida que está relacionada ao cotidiano onde se materializa. Desde os tempos mais remotos até a atualidade ela está presente de forma muito real, seja nas estruturas agrárias (que remontam desde a colonização até os dias atuais), seja nos dias de hoje na utilização da ciência e da tecnologia (não a serviço do bem estar do homem) a serviço da acumulação de poder para o capital, ou ainda, no simples cotidiano do trabalhador quando este não consegue acessar seus direitos nas políticas sociais públicas.

Estudar esta temática é, portanto, um percurso fundamental para conhecermos o processo que tem se desenvolvido dentro do sistema capitalista e assim, entender como e porque as nossas crianças e adolescentes se encontram negligenciados pelo Estado e pela sociedade. Esta dinâmica societária produz e reproduz esta forma de viver em sociedade, onde a maioria da população mesmo sofrendo com os rebatimentos de tantas formas de violência, se comporta de forma passiva ao introjetar este *modus vivendi*.

Os profissionais que atuam junto aos adolescentes em conflito com a lei possuem desafios que exigem a superação da ideologia dominante, em especial dos ideários criminalizadores vigentes e amplamente difundidos pela mídia.

O Serviço Social tem um projeto ético-político que prevê em seus princípios fundamentais, especialmente, o reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania; defesa e aprofundamento da democracia; posicionamento a favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de toda forma de preconceito; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, dentre outros.

Daí a necessidade de um preparo crítico no sentido de subsidiar-se, para o desenvolvimento do trabalho tendo como uma de suas premissas fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos, a qualidade do serviço prestado, enfim, direitos de cidadania que são usurpados da classe trabalhadora e especialmente do seu segmento juvenil.

No atendimento ao jovem institucionalizado, cabe ao profissional a percepção crítica dos mecanismos necessários para o enfrentamento da problemática. Este desafio torna-se ainda maior à medida que o profissional, via de regra, atende no âmbito do Estado, cuja ação, historicamente, tem se pautado pela violência e repressão. As dificuldades e os limites da atuação dentro de uma instituição repressora e totalitária são vislumbrados nas primeiras horas por um olhar crítico, no entanto, a visualização da possibilidade de alterar o estado das coisas vai se constituindo lentamente na medida em que se encontra outros parceiros, também comprometidos, com a defesa dos adolescentes e mesmo com os direitos humanos.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, discute-se o que é violência estrutural, a ideologia que sustenta esta sociedade intrinsecamente violenta, seus meios de produção e reprodução. A forma como a violência está inserida no cotidiano social e o papel da mídia na formação e condução da opinião pública.

No segundo capítulo o foco são as juventudes brasileiras: as diferentes maneiras e possibilidades de ser jovem neste país marcado por estas desigualdades econômicas, políticas, sociais, culturais e por diversos tipos violência.

No Brasil, o sistema produz e reproduz diferenças tão gritantes entre as diversas classes sociais que, neste trabalho, procurou-se para além do acesso aos números, trazer as falas de diversos sujeitos de pesquisas acadêmicas ou não, mas que retratam a dimensão da violência sofrida por estes segmentos, em especial os jovens.

Para trazer o foco para a problemática do primeiro e segundo capítulos, os dados secundários envolveram desde o aprofundamento teórico a partir da produção acadêmica sobre os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, a violência estrutural, as condições de vida e trabalho da juventude brasileira, até a análise de documentos, sites, jornais e literatura não acadêmica, mas de grande relevância no sentido de entender a problemática dos jovens sujeitos desta pesquisa, como foi o caso do livro “Cabeça de Porco” de autoria de MV Bill, Celso Athayde e Luiz Eduardo Soares (2005).

O terceiro capítulo traz um estudo sobre o âmbito legal que circunda a questão da adolescência no Brasil, seus marcos, avanços e antagonismos. Aborda principalmente a problemática do atendimento ao jovem que praticou ato infracional, cuja tônica marcante ao longo da história sempre foi a violência. Neste capítulo é de extrema relevância a descrição do atendimento da Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) e as marcas da violência que ocorreram, em especial no período de 2003 e 2004 nas unidades do Complexo Ribeirão Preto, principalmente nas Unidades situadas naquele município.

No quarto capítulo é discutida a metodologia da pesquisa e elaborada uma caracterização do universo desta. Estão em destaque, os dois municípios onde residem os jovens; Franca e Ribeirão Preto. A metodologia incluiu a utilização de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semi estruturadas realizadas com 4 jovens egressos da FEBEM e que cumpriram medida sócio educativa de internação nos anos de 2003 e 2004. O recorte deste período específico deveu-se ao fato da autora deste estudo ter trabalhado na FEBEM no referido período (de 2003 a 2005). Os dados secundários, conforme já descrito, envolveram pesquisa bibliográfica e documental em diversas fontes: livros, sites, jornais, literatura não acadêmica.

Ainda no capítulo quatro inicia-se a descrição dos dados da pesquisa: as trajetórias individuais dos 4 adolescentes que são sujeitos desta pesquisa; mais do

que isso, é dado a eles direito a voz, e recebe-se em contrapartida a generosidade destes, a confiança e certa dose de esperança.

Neste estudo que dá visibilidade às trajetórias dos jovens egressos da FEBEM, foi fundamental a pesquisadora ter atuado como profissional em duas unidades da FEBEM do complexo de Ribeirão Preto e o vínculo estabelecido com os jovens neste período. O trabalho de aproximação e de coleta de dados para esta pesquisa só pode ser realizado por meio deste vínculo anterior estabelecido junto aos adolescentes, e da relação de confiança que a pesquisadora foi capaz de manter durante o período em que eles estiveram internados.

No quinto e último capítulo, apresentamos a análise de alguns itens que se destacaram a partir das histórias de vida dos nossos jovens egressos da FEBEM: papel da família, as marcas da violência da FEBEM, a rua e a escola como espaços contraditórios de sociabilidade, o trabalho e os projetos (ou sonhos?) de futuro. Os jovens, ou sujeitos sociais e históricos, que esta pesquisa teve o privilégio de dar visibilidade, ou melhor, de conhecer as subjetividades de suas histórias de vida, são jovens que estiveram ou estão em conflito com as normas e leis que regem a ordem social, mas que, na realidade não são diferentes de outros jovens que não cometeram nenhum ato infracional. São histórias reais de vidas marcadas, mais pelos horrores vivenciados na FEBEM do que pelos perigos do universo dos crimes.

O maior intuito deste trabalho é colaborar para a reflexão crítica dos profissionais de diversas áreas, mas em especial com os assistentes sociais, que atuam com o segmento criança e adolescente, seja no exercício em meio ao contexto de vivência de rua, no acompanhamento do cumprimento de medida sócio educativa, nos equipamentos públicos; creches, abrigos, ou mesmo no cotidiano familiar.

Por fim, espera-se apenas contribuir para uma reflexão crítica e histórica, na esperança de que um dia, uma sociedade mais justa e pacífica possa ser construída, para todos os homens.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E IDEOLOGIA

“Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós uma arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada.” (Luiz Eduardo Soares)

Inicialmente, este presente trabalho busca contribuir para a compreensão do que seja a violência estrutural, por entender que estamos expostos aos seus efeitos enquanto sujeitos que compõem o tecido social que a mantém e reproduz, ao mesmo tempo, em que se choca com as conseqüências dessa contraditória dialética.

Quanto mais se considera uma dada sociedade como civilizada e desenvolvida, mais amplo se torna seu caráter desigual e injusto, portanto, destrutivo de determinada camada que compõe o tecido social, inegavelmente, trata-se da camada social mais empobrecida.

A vulnerabilidade das camadas sociais mais empobrecidas expõem os limites e dificuldades a que está submetido o segmento criança e adolescente, especialmente os adolescentes que já estão expostos às diversas expressões da violência estrutural, cujos reflexos se materializam e, muito se expressam num ato infracional.

São diversas as abordagens e autores que discutem a respeito desta questão, posto que, ela se ramifica em várias esferas da vida social, se materializando de diversas maneiras, o que a torna complexa, visto que sua amplitude transborda pela história.

A violência tem interferido na vida cotidiana dos homens. Ela se encontra entre os assuntos de maior relevância social nos dias de hoje, objetivando-se nas diferentes esferas da vida social. É, ao mesmo tempo, compreendida por diferentes orientações teóricas que priorizam determinadas formas de violência e oferecem óticas e leituras comprometidas com as bases sociais e classistas que as sustentam. (SILVA, 2006, p.160)

A violência estrutural existe no Brasil desde os primórdios de nossa sangrenta colonização e, portanto, a estrutura social violenta nasce a partir da organização social calcada nas idéias oligárquicas e também burguesas, cujos herdeiros formam, atualmente, a elite brasileira, seja industrial ou de origem agrária. Os diversos segmentos da classe dominante unem forças diante dos interesses antagônicos advindos das classes trabalhadoras, as quais são mantidas em estado intencional de alienação, o que provoca uma das mais nefastas formas de condição do ser

humano nesta sociedade. A alienação retira do homem a consciência de sua importância no mundo do trabalho, mas não sua potencialidade de luta e organização, seja na esfera legal, ou até mesmo, nas chamadas organizações criminosas.

Fundamentando-se nos conhecimentos produzidos e acumulados ao longo da história, é possível afirmar que a burguesia do passado é a mesma de hoje, que a transmissão do poder não foi esquecida e nem tão pouco descuidada e que, o poder, por meio da qual a riqueza socialmente produzida se transforma, ainda é apropriado por esta classe social dominante que reproduz em níveis extremos a desigualdade social para sua própria manutenção e reprodução sócio-econômica e cultural.

Significa, portanto, um esforço precioso a busca da compreensão da origem da desigualdade social; é imprescindível transitarmos pela história para compor, em nosso “concreto pensado” os inumeráveis mecanismos de dominação das grandes massas trabalhadoras, e porque esses mecanismos são aparentemente, aceitos pelo conjunto da sociedade.

Seguindo essa linha de raciocínio, pontuaremos o que é violência estrutural para, posteriormente, alargar a linha de raciocínio a respeito desta temática tão instigante, capaz de promover indignação e luta.

A violência estrutural apresenta-se sob tão diferentes formas que, corre-se o risco de não apreendê-la em sua diversidade na vida cotidiana, simbólica e concretamente.

É importante discernir a violência estrutural de outras formas de violência mesmo que, em algum momento haja uma junção de fatores que se auto alimentam, reproduzem-se e acabam por inflar novas formas de violência. Por exemplo: a ausência de trabalho é uma dimensão da violência estrutural posto que é um dos elementos graves e difíceis num contexto familiar e pode desembocar em uma outra forma de violência, a violência doméstica, intersubjetiva, que afeta profundamente o ser humano, em especial aqueles que estão em fase peculiar de desenvolvimento - a criança e o adolescente. Estes poderão se defrontar com outros tipos de violência: a violência física, psicológica, moral, policial, de grupos de extermínio ou do narcotráfico.

O adolescente, enquanto ser em condição peculiar de desenvolvimento, ao ser exposto às violências estruturais, acaba sendo negligenciado e, muitas vezes,

reproduz conforme suas condições objetivas o universo violento no qual está inserido.

Quando se aborda o que vem a ser violência estrutural, questões históricas são colocadas, e estas são remanescentes das injustiças no âmbito do mundo do trabalho, ou seja, das relações e interesses antagônicos entre as classes sociais distintas e em conflito.

Entende-se que o capitalismo é a origem da violência estrutural e, portanto, da desigualdade, da injustiça social, da corrupção política, do desequilíbrio ambiental, entre outros elementos igualmente importantes; este modelo de sociedade não é capaz de sustentar-se de forma saudável e pacífica, e menos ainda, de forma igualitária e, minimamente, justa, conforme será visto no transcorrer deste capítulo.

É possível perceber, ao estudarmos esta temática, que o homem é capaz de mudar o curso da história, de enxergar-se como sujeito histórico e isto não é pouco. Atualmente, o assistente social tem a necessidade de estar apto a realizar constantemente uma leitura da realidade enquanto profissional crítico que atua de acordo com o projeto ético e político da categoria, o qual prima pela construção de uma nova ordem social, buscando garantir que direitos sejam respeitados. Conhecer a história dos homens e de sua organização social nos possibilita compreender quem são os oprimidos e quem são os opressores para então, de fato, e conscientemente, escolher de qual lado estaremos como sujeitos e como profissionais. A práxis profissional, entendida aqui como coerência técnica, ética e subjetiva, alinhada ao projeto ético e político, é determinante para uma atuação posicionada ao lado da classe trabalhadora.

1.1 Violência estrutural

O capital, historicamente constituído, desde os seus primórdios tem se ampliado de forma descomunal e, mesmo frente a diversas crises, vem ganhando espaços no âmbito mundial. As relações decorrentes deste modelo societário penetram nas várias esferas da vida do indivíduo e acentuam as formas de

exploração e opressão e, conseqüentemente, trazem à tona as diversas manifestações e expressões¹ da violência estrutural.

A chamada violência estrutural atinge a todos os segmentos sociais indistintamente, porém, se manifesta de formas diferentes, nas distintas classes sociais, enquanto elemento ativo que se estabelece nos interstícios da vida cotidiana e, se materializa em seus diversos aspectos: ideológicos, econômicos, sociais, psicológicos, políticos, culturais, etc.

Mione Sales (2007, p.22) ao abordar a questão da violência, presente no cerne da sociedade, o faz qualificando-a como uma determinada cultura, a cultura da violência que está “[...] ligada a um processo de formação da sociedade brasileira [...]”, onde a classe dominante atua, e sempre atuou, enquanto fonte de resistência conservadora frente às classes trabalhadoras.

O entendimento da violência estrutural como fenômeno que perpassa a atual sociedade, remete a complexos mecanismos históricos de contínuo e permanente movimento das relações de exploração e opressão decorrentes da própria forma de organização do trabalho e da vida no capitalismo.

Esta é uma história que já tem vários séculos de duração. No curso dos tempos modernos, desde o descobrimento e a conquista do Novo Mundo, são muitas, novas e renomadas as formas e as técnicas de violência que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório. (IANNI, 2004, p.169)

¹ As formas de manifestações e expressões da violência estrutural são entendidas como formas concretas da violência estrutural, que se apresenta de inúmeras maneiras e em todos os espaços sociais. Podemos exemplificar, citando a estrutura fundiária brasileira e o aparato policial frente a um movimento social que luta pela distribuição de terras. Terras estas, cujo proprietário não atua para o cumprimento da legislação, ou seja, não está cumprindo as várias funções sociais da terra, portanto, trata-se de uma terra passível de desapropriação, conforme a Constituição Federal de 1988. Se por um lado, a Constituição legitima a reivindicação da população civil, por outro, protege a propriedade privada, por meio do aparato repressivo, muitas vezes violento, física e moralmente - a polícia - e sua versão sobre a lei. Este caso apresentado, de conflito agrário, exprime as manifestações e expressões da violência estrutural advinda dos conflitos de interesses antagônicos, interesses de classes sociais distintas. São várias as violências estruturais que se apresentam num mesmo contexto. Soma-se, ao conflito entre trabalhadores e latifundiários outras formas de violência estrutural, como a ausência de condições básicas de vida, saúde e educação de crianças, adolescentes e adultos, que são lançados à própria sorte, enquanto trabalhadores rurais lutam por um lote de terra, seguindo a constituição em vigor. Examinando-se a Constituição que prima pela igualdade de direitos perante a lei encontra-se a violência estrutural, pois, já que somos iguais perante a lei, por que esta lei protege quem não a respeita (os latifundiários)? Este desrespeito não é um ato contra a lei e a ordem? Não é um crime, que juridicamente deve ser tratado? Existem formas de expressão da violência que não percebemos, que são naturalizadas intencionalmente, historicamente, assim como manifestações que nos são apresentadas pela mídia (de domínio da classe dominante) como desordem (está aí, na ideologia dominante, por meio da mídia, a idéia de criminalização dos movimentos sociais).

No decorrer do processo de desenvolvimento da sociedade e do sistema capitalista, o fenômeno da violência estrutural se acentua e se infiltra de forma mundializada. Silva (2006, p.162), esclarece que:

Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a infra-estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura), sem que, com isso, seja endossada uma abordagem que emasculé o papel da segunda em relação à primeira. A economia não pode ser desconsiderada nesse contexto (já que ela é parte necessária para a satisfação mínima das necessidades humanas), o que não significa atribuir-lhe um papel único e determinista ao influir na vida do ser social.

As múltiplas manifestações do fenômeno e seus rebatimentos na sociedade moderna acentuam-se e tornam-se cada vez mais complexos, mesmo frente à “aparente” inesgotabilidade do capital e da sua capacidade de transpor crises (renomeando e/ou maquiando-as). Ianni (2004, p.168) afirma que a violência:

Vista em toda a sua complexidade, em suas múltiplas manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é evidente que a violência é um acontecimento excepcional que transborda através das várias ciências sociais [...].

Para entender a questão da violência estrutural a partir de suas visíveis manifestações na vida do homem, é preciso ter claro o processo histórico junto ao qual ela constitui-se e expressa-se, sob múltiplas facetas.

A percepção da complexidade das relações capital/trabalho, entendidas aqui como o eixo central, donde originam-se as estruturas violentas e interesses antagônicos da sociedade de classes só são percebidas a partir de uma perspectiva de totalidade. Esta permite a apreensão do processo histórico concreto em que ocorre o desenvolvimento da sociedade capitalista. Sales, ao tratar da questão da criança e do adolescente, afirma:

[...] é preciso cumprir um breve percurso analítico: desde um arco de práticas e valores que cercam tal questão e se originam na esfera privada da distante Colônia até a sua localização atual como política pública, associada a uma vigorosa movimentação e organização política,

consubstanciada numa rede de atores, processos e arenas de negociação em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A formação social brasileira carregará, pois, desde a gênese, as marcas de uma ordem alicerçada na dependência externa, no latifúndio monocultor e na apartação social expressa na escravidão. (SALES, 2007, p.51)

Sales prossegue no percurso histórico da civilização humana e afirma que, tais elementos históricos tiveram e ainda têm grande repercussão social e contundência ideológica sobre as classes trabalhadoras.

No Brasil, no atual contexto, o fenômeno da violência está expresso não só pela extrema disparidade de renda e riqueza existentes entre as classes sociais, como também, por complexos mecanismos políticos e ideológicos que permitem ao Estado governar, prioritariamente, em prol da classe dominante.

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulador ou como processo de reprodução, produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado. (MARX apud NETTO; BRAZ, 2006, p.137)

A classe dominante, segundo Marx, é quem efetivamente orienta/governa a sociedade capitalista, portanto, é neste dado sistema capitalista que se permite e se cria o desenvolvimento das estruturas sociais violentas.

As idéias da classe dominante são em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulamentem a produção e a distribuição das idéias sejam por si mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 1987, p.72, grifo do autor)

Sales (2007, p.55) referindo-se ao período pós 1929, no Brasil, já na era Vargas e reafirmando a idéia de Marx, afirma que foram as elites e o Estado os patrocinadores tanto da violência real, quanto da violência simbólica², que por sua vez, ganharam variações políticas e ideológicas como o populismo, o mandonismo e o paternalismo, que acabaram por desenvolver a cultura de disputas por concessões e privilégios.

Estas estruturas sociais foram imprimindo, historicamente, até os dias atuais, um estado de descontrole social, onde as conseqüências desastrosas dos mecanismos capitalistas (com suas ideologias) de administração sócio econômica rebatem mais vigorosamente nos segmentos populacionais mais fragilizados, entre eles, o segmento criança e adolescente e, obviamente, crianças e adolescentes oriundos da classe trabalhadora. Os rebatimentos desta realidade compõem o quadro de violência e concentração de riqueza, conforme explicita Adorno (2002, p.112):

No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. [...]

Embora, no âmbito legal, as legislações, principalmente a partir da Constituição de 1988, tenham assegurado diversas conquistas sociais, na realidade, o desrespeito contínuo às leis contribuem efetivamente para que o país vivencie formas extremas de violência que perpassam desde o atendimento na área da saúde até as relações de trabalho³.

² A violência simbólica é uma forma de violência que segundo o promotor de justiça José Lopes de Oliveira Filho (MP-PE), se baseia na fabricação de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se enxergar e a avaliar o mundo de acordo com critérios e padrões definidos por alguém. Trata-se de uma construção de crenças coletivas e faz parte da ideologia dominante. Disponível em: <<http://campus.fornecity.com/clemson/493/jus/m08-018.htm>>. Acesso em 29 ago.2008. Para Bourdieu (2001), o símbolo é, por excelência, instrumento de integração social, pois cria a possibilidade de consenso sobre o sentido do mundo e, portanto, da dominação. Enquanto instrumento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimento, os símbolos, constituídos em sistemas simbólicos, são fundamentais para o exercício da dominação na medida em que são "[...] instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...] dando o reforço da sua própria força que as fundamenta e contribuindo assim, [...] para a domesticação dos dominados."(BOURDIEU, 1989, p. 11).Para aprofundamento teórico da questão que se apresenta, sugerimos a leitura de Bourdieu (1989), Zaluar (2001), Tavares dos Santos (1998).

³ O trabalho escravo é ainda uma realidade da sociedade brasileira.

A violência da pobreza constitui parte da nossa experiência diária na sociedade brasileira contemporânea. Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade. Sinais que muitas vezes expressam também o quanto a sociedade pode tolerar a pobreza sem uma intervenção direta para minimizá-la ou erradicá-la. (YASBEK, 2003, p. 61)

A sociedade capitalista apresenta inúmeras formas de desrespeito ao ser humano e às suas necessidades de sobrevivência e reprodução ao destruir a saúde dos ecossistemas. Essa sociedade naturaliza as diversas formas de auto destrutividade e as inumeráveis formas de violência cometidas contra si, como se fossem a outrem muito distante.

Isaac Deutscher (apud MÉSZAROS, 2006, p.983) exalta a necessidade de união das nações frente ao risco de catástrofes naturais provocadas pelo homem.

A base tecnológica da sociedade moderna, sua estrutura e seus conflitos têm caráter internacional ou mesmo universal; tendem a soluções internacionais ou universais. E há perigos sem precedentes pondo em risco a nossa existência biológica. Estes, acima de tudo, chamam pela unificação da humanidade, que não pode ser lançada sem um princípio integrador de organização social.

Deutscher (apud, MÉSZAROS, 2006, p.983) escreveu em uma de suas últimas obras e sublinhou por fim: “de nostra re agitur”. Ou seja, tudo isto nos diz respeito.

O poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir. O capital – uma vez que opera sobre a base da míope racionalidade do estreito interesse individual, do *bellum omnium contra omnes*: a guerra de todos contra todos - é um modo de controle, por princípio incapaz de promover a racionalidade abrangente de um adequado controle social. E é precisamente a necessidade deste que demonstra cada vez mais sua dramática urgência. (MÉSZAROS, 2006, p.993, grifo do autor)

Observa-se no contexto mundial, uma corrida para a acumulação de capital, onde a ética nas relações trabalhistas e necessidades humanas se dissolve frente às necessidades de crescimento das empresas multinacionais, que buscam

expansão comercial para inserir seus produtos em territórios internacionais que ainda não foram explorados.

[...] a partir dos anos 80, pela ascensão, no cenário mundial, do neoliberalismo- nova ordem econômica que tem como principais vetores a flexibilização e a desregulamentação. Trata-se, porém, de um amplo processo sócio-político que visa sobretudo recuperar a taxa de lucro do capital; e, para tanto, rever e reduzir os direitos sociais, mais sua legislação pertinente, deixando os trabalhadores a mercê da imprevisibilidade, do desemprego estrutural e do trabalho temporário. Esse quadro se agrava ainda mais em razão do redesenho do papel do Estado, o qual se torna enfraquecido e submisso frente aos ditames do mercado. (BEHRING apud SALES, 2007, p.70).

O ideário neoliberal que se implantou no país, mais acirradamente a partir da década de 1990, mais do que conquistas econômicas à classe dominante, teve na realidade, uma grande vitória política ao legitimar ideologicamente suas premissas de maneira a incitar o individualismo e a competitividade exacerbados.

O Estado intervém, minimamente, no que se refere à esfera social e movimenta-se no sentido de minimizar os conflitos sociais, utilizando o discurso da solidariedade, de responsabilidade social e de justiça, atuando no sentido de favorecer a classe dominante, e o faz, por meio do direcionamento sócio econômico de sua política neoliberal. Para os ajustes que se referem às necessidades do capital, o Estado intervém de forma máxima, subsidiando a continuidade de seu desenvolvimento, atualmente globalizado, ou seja, livre para negociações e desprovido de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras em diversos países do mundo, incluindo o Brasil.

Ocorre, de fato, a transferência de responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil, de forma sintonizada com os objetivos do capitalismo mundial. A transferência de responsabilidades sociais se estabelece de forma naturalizada, por meio de campanhas públicas, capazes de atingir a grande massa populacional. As conseqüências deste processo recaem diretamente sobre a classe trabalhadora (maior parcela populacional).

Governos neoliberais foram eliminando gastos sociais e substituindo serviços públicos de amparo aos carentes, de educação de jovens e adultos, de pré-escola, de ajuda aos idosos, crianças abandonadas ou em situação de risco, desempregados e excluídos sociais, sem-teto e semelhantes, por subvenções a organizações não-governamentais [...]. (SINGER, 2005, p.32)

A evolução dos mecanismos de produção e reprodução da ordem social sob a orientação do modelo societário capitalista e o agravamento substancial das diretrizes neoliberais impressas no decorrer do avanço ilimitado do mercado mundializado em constante expansão, também são condições essenciais para a percepção do fenômeno da violência estrutural. Segundo Frigotto (2004 p.196): "A construção do mercado mundial é a forma de o capital seguir sua natureza intrínseca de acumulação, concentração e centralização, excluindo competidores e usurpando direitos".

A sociedade capitalista é marcada por interesses antagônicos, conflitos e desigualdades sociais que se originam e se dão no âmbito das relações de trabalho, calcadas na exploração com vistas aos lucros ilimitados pela classe dominante. Esta, ao apropriar-se dos meios de produção, visa o acúmulo de poder para garantir a continuidade dos papéis sociais dados. Este mecanismo perverso mantém as relações de crescente exploração da força de trabalho frente ao lucro e ao acúmulo de poder.

A sociedade moderna convive com as desigualdades sociais e acaba naturalizando as possíveis conseqüências. Conseqüências estas, que afetam a organização social e acabam por induzir, mesmo que indiretamente, as diversas manifestações da violência no âmbito singular. As proposições construídas para o enfrentamento das desigualdades recorrem à justiça social e aos direitos humanos, sem, contudo, lograrem êxito.

A despeito disso, permaneceu acentuado o hiato entre direitos civis, sociais e econômicos. Se hoje, na sociedade brasileira, pode-se dizer que o processo de transição democrática promoveu a ampliação da participação e da representação política, esse movimento de ampliação dos direitos políticos não resultou em ampliação da justiça social. O aprofundamento das desigualdades sociais persiste sendo um dos grandes desafios à preservação e respeito dos direitos humanos para a grande maioria da população. (ADORNO, 2002, p.113)

A construção de uma sociedade pautada nos princípios da coletividade e justiça social para todos os cidadãos pressupõe o conhecimento do real concreto e a proposição de alternativas exeqüíveis de construção de uma nova ordem social⁴.

⁴ O Código de Ética dos Assistentes Sociais contém as orientações profissionais que indicam a necessidade de construção de uma nova ordem social.

Na entrada do século XXI, a análise da história e das perspectivas do modo de produção capitalista põe a homens e mulheres talvez aquele que seja o maior dos desafios já enfrentados pela humanidade: a escolha entre uma *nova barbárie*, representada pela continuidade do capitalismo, ou a construção de uma ordem social que, 'em lugar da velha sociedade burguesa, com as suas classes e antagonismos de classes', instaure 'uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos'. (NETTO; BRAZ, 2006, p.243, destaque do autor)

É necessário aos assistentes sociais, enquanto agentes propositores e/ou implementadores de políticas públicas, a construção de uma visão de totalidade, pautada num referencial teórico que permita o conhecimento do processo histórico de desenvolvimento das sociedades de classes e que permita, conforme afirma lamamoto (1998, p11), “[...] uma adequação do projeto ético-político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade.”

O caráter contraditório do exercício profissional do serviço social, desde seus primórdios até os dias atuais, decorre do próprio contexto social mais amplo no qual está inserido.

O Serviço Social trabalha diretamente com questões de conflito entre diferentes classes sociais desde o surgimento da profissão. Acumular conhecimento histórico é essencial ao assistente social para que haja uma leitura real e crítica dos fatos, para a conseqüente elaboração de propostas críticas de intervenção junto à população dominada. População esta que vivencia um processo da alienação em decorrência das relações impostas pelo capital, mas que não perde sua potencialidade de sujeito e que deverá atingir outro nível de consciência, quando uma nova ordem social for construída⁵.

A sociedade capitalista mostra que ao longo da história houve avanços em algumas esferas da sociabilidade, porém, esse modelo gerou em seu bojo as mais variadas e complexas formas de desigualdades sociais, de exploração e submissão; para sustentar-se ideologicamente, apoia-se em diversos aparatos ideológicos e políticos.

⁵ A Constituição Federal de 1988, no art. 5º (com especial atenção ao inciso X) trata da igualdade de direitos perante a lei. Esta lei é claramente desrespeitada pelas leis próprias do capitalismo internacionalizado. É fundamental a alteração do sistema atual de ordenação societária para a implementação de fato, de uma lei que prime pela igualdade de direitos.

1.2 Os principais mecanismos de inserção e reprodução da ideologia dominante

Este trabalho tem como referência a teoria marxiana, cujo eixo central é o trabalho como elemento fundante deste modelo de produção capitalista; as disputas pela hegemonia social, política, cultural e econômica situam-se na linha dos embates de classes, frente aos interesses antagônicos dos trabalhadores e da classe dominante.

A classe dominante, para introjetar no imaginário coletivo as suas ideologias, utiliza diversos instrumentos e mecanismos de difusão.

A *comunicação em massa* é um destes instrumentos e é esta referida classe social que, de fato, detém as concessões televisivas, por exemplo. Por meio da tecnologia dos instrumentos midiáticos, amparam-se o mercado de consumo interno e externo e as políticas públicas e setoriais; inserem-se padrões de consumo e de comportamentos considerados adequados; reproduzem-se preconceitos; naturalizam-se as desigualdades sociais e as diferentes formas de manifestação da violência: estrutural, simbólica, física entre outras; produz-se a sociedade do descartável, do lixo abundante; naturaliza-se a utilização e a liberação de venenos na atmosfera, na água, nos alimentos.

Analisar o complexo midiático não é nosso foco privilegiado ou nosso objetivo principal, porém, este é um dos instrumentos mais poderosos para promover a ideologia da classe dominante, visto que, atualmente a grande maioria da população brasileira tem acesso a pelo menos uma das formas de transmissão de informações, seja por meio da internet, do jornal local, do aparelho de televisão, do rádio ou escola.

Por meio dos aparatos que transmitem a ideologia, a classe dominante realiza o que se chama de publicidade enganosa ou abusiva⁶. Publica-se uma determinada idéia que, posteriormente, é apresentada como algo posto e já aceito socialmente; ação esta que, objetiva naturalizar fatos violentos e seus efeitos, modela padrões de

⁶ Publicidade abusiva: mensagem de propaganda que incita à violência, explora o medo ou a superstição, manifesta discriminação de qualquer natureza, ou é capaz de induzir o consumidor a comportar-se de forma prejudicial à sua saúde ou à sua segurança.

Publicidade enganosa (proibida pelo Código de Defesa do consumidor): Mensagem de propaganda com informação total ou parcialmente falsa, ou que, de algum modo, induz o consumidor a erro com respeito a produto ou serviço anunciado; propaganda enganosa (NOVO AURÉLIO, 1999)

comportamentos e de atitudes, impõe sutilmente suas políticas públicas fragmentadas e emergenciais, contribuindo para manter, enfim, uma farta mão-de-obra excedente, de reserva, em condições indignas de manutenção da vida.

Estes aparatos têm ainda o poder de, seqüencialmente, controlar e induzir, de manipular a opinião pública na direção necessária aos seus interesses e de reproduzir, imperceptivelmente, a alienação da maior parte da população do país.

Podemos traduzir este quase incrível arsenal midiático, que nas últimas décadas demonstrou seu alcance e poder, como o mais eficaz e rápido veículo de transmissão de informações, utilizado para realizar a disseminação e reprodução de idéias que compõem o sistema sócio-político vigente.

Dentro da perspectiva da classe dominante temos, portanto, um mercado mais amplo a ser conquistado, novos desafios a serem transpostos (legislações). Para a classe trabalhadora, os avanços tecnológicos desta ordem se apresentam na forma de acesso à cultura e à educação, porém, não explicitam sua natureza exploradora e alienadora; apresentam-se como lazer, como um universo cultural a ser descoberto e, também, conquistado.

Sales (2007, p.30) aponta a associação de adolescentes infratores como metáfora da violência, realizada pela mídia. Esta inadequada e cruel associação acaba por culpabilizar os jovens e assegura, mais uma vez, a isenção dos dominantes frente à opinião pública, no que se refere às modificações no mundo do trabalho. A criminalização da juventude, talvez, seja o pano de fundo que cerca a necessidade da classe dominante de manter um exército de reserva de mão de obra, ainda em fase de crescimento sob a condução exata da ideologia dominante, seja por meios repressivos ou supostamente educacionais.

A televisão, as revistas e jornais imprimem a naturalização de uma cultura às avessas, que busca satisfação na imediaticidade, sem compromisso pautado nos interesses da coletividade. Nesta concepção, a ordem é lucrar individualmente e aceleradamente.

A mídia desempenha importante papel ao propagar conteúdos negativos dirigidos, principalmente, ao mercado consumidor jovem. Santos e Grossi⁷ (2005) discutem como se dá o processo indutor, planejado pelo *marketing* para estimular e

⁷ Este artigo compõe uma edição especial da revista Serviço Social & Sociedade n. 83, publicada em 2005, que aborda a temática da criança e adolescente. Os diversos textos são de grande contribuição para o entendimento das questões que envolvem a criança e o adolescente na sociedade brasileira.

perpetuar o desejo de consumo. Afirmam: “o apelo constante e massivo ao consumo de bens inacessíveis à maioria da população, pela publicidade televisiva, pode incitar a violência”. E, para reafirmar essa violência em potencial, apóiam-se em Galeano (apud BUCCI, 2004b, p.311) que faz a seguinte afirmativa: “a verdadeira escola da violência é a publicidade”.

Os veículos de comunicação de massa além de induzirem o consumo, transmitem cenas de violência e com frequência banalizam a morte, o homicídio e incitam a resolução privada dos conflitos. “Em relação à violência e à mídia, estima-se que um jovem brasileiro até chegar à idade de 18 anos terá sido exposto a nada mais, nada menos que 200 mil atos de violência exibidos pela televisão” (CORTES, apud SANTOS; GROSSI, 2005, p.117).

Tanto os adolescentes expostos às cenas de violência, quanto aqueles que cometem atos violentos ou são violentados são coadjuvantes de um processo mais amplo conduzido por interesses econômicos que se escondem por detrás de complexos mecanismos políticos e ideológicos, e na sociedade como um todo⁸.

A violência estrutural, portanto, auto reproduz-se no estado de alienação, na imediatividade de reprodução da vida cotidiana, na violência urbana e no desejo de consumo, forjado pelas ideologias da classe dominante que buscam o escoamento da produção em todos os possíveis espaços do mercado consumidor, atualmente e mais perigosamente, mundializado.

Outro instrumento ideológico que serve ao capital é o poder da fé, da influência religiosa. Por meio desta, idéias são lançadas para atingir um determinado objetivo que, dependendo do seu conteúdo pode trazer um amplo espectro repressivo e disciplinador. Um exemplo disto é o posicionamento de diversas religiões, que em sua orientação hegemônica, pregam a resignação frente à ordem estabelecida.

A história registrou ao longo dos séculos, que as diversas instituições religiosas podem se tornar um braço político do Estado no sentido de garantir a reprodução dos papéis sociais⁹. A Igreja é capaz de manipular os homens a serviço

⁸Bernardo Kucinski (1999), professor de jornalismo da USP, em seu artigo “A mídia de FHC e o fim da razão” explicita a estreita relação entre a mídia, classe empresarial e política e, como se dão os mecanismos políticos de controle sobre a própria mídia; como também, sobre a importância da mídia inserida no âmago do sistema financeiro e social.

⁹ O papel da Igreja no início do século XX é um exemplo do cunho reprodutor desta instituição. Cabe, no entanto, ressaltar que nos anos de 1980 uma ala da Igreja católica e de algumas igrejas protestantes tiveram um papel importante no combate à repressão e mesmo no sentido de mobilizar a

da classe dominante, que em contrapartida garante sua manutenção e privilegia seu status e poder. Não se pode eximir um olhar crítico, desprovido de romantismos e de fé, sobre as instituições religiosas, que foram criadas e mantidas por homens materiais, carnais, mortais, longe de serem santos.

A ideologia dominante, inserida na vida cotidiana sob a proteção da religião (do seu poder de indução) e transmitida por meio dos veículos de comunicação de massa, será acessada nos diversos espaços da sociabilidade e por meio de diversos instrumentos (como as novelas, os desenhos infantis, os livros e jornais, os jogos lúdicos, etc.); na escola, entre outros instrumentos de disseminação, adquire maior capacidade de manipulação da população, pois, vem alicerçada no que se denomina como “saber científico”. Orientações como estas favorecem a ordem capitalista e colaboram com o processo de alienação e submissão do trabalhador, quando o distancia das reais preocupações que deveriam absorver o intelecto humano no que se refere às condições de reprodução da vida e não do lucro¹⁰.

Outro aparato de reprodução da ideologia dominante é o ensino formal. As escolas como espaços fundamentais de socialização secundária reproduzem os valores e os ideários deste modelo societário por meio do que o educador Paulo Freire (1987) chamou de “educação bancária”. Ao atuar no sentido de disciplinar e ajustar os indivíduos às novas demandas do capital, o fazem com métodos disciplinadores e com preceitos da ideologia para o trabalho.

Como afirma Frigotto (2004, p.195), a escola para os filhos dos trabalhadores constituiu-se como espaço de disciplina para o trabalho precoce e precário e, portanto, distante do projeto original da burguesia que atribuía a esta instituição social e cultural a responsabilidade de possibilitar às crianças e jovens o acesso a valores e conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento e amadurecimento como cidadão. Isto para seus filhos, não para os trabalhadores.

O espaço educacional é hegemônico pela ideologia do capital, embora seja também um espaço de contradições: nele os diferentes projetos societários disputam espaços e conteúdos. Conforme afirma Almeida (2000, p.155):

população para lutar por justiça e equidade; esta ala tinha como base a Teologia da Libertação. A este respeito, Cf. (LOWY, 1999).

¹⁰ A transmissão de uma mensagem ideologizada, previamente pensada e articulada (teleologicamente) é inserida no meio comunitário de forma a torná-la natural quando disseminada pela igreja, por exemplo. Quando este objetivo é atingido, ou seja, aceito como natural e de forma consensual, a idéia torna-se parte integrante de uma determinada cultura que possui a legitimação da sociedade, portanto, aceita, respeitada e reproduzida sem conflitos.

A educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários dos diferentes grupos e segmentos sociais, principalmente em função de constituir um espaço privilegiado, no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade.

A educação é um instrumento importante para a garantia do consenso à medida que contribui para a transmissão de normas e valores que garantem ao Estado a reprodução do *status quo*.

Como afirma Brandão (1977, p.07, destaque do autor):

Em todas as sociedades é a educação um dos mais efetivos instrumentos de controle social. Os seus conteúdos de efeito socializador em geral conduzem mensagens que legitima a ordem social vigente. Isto significa que ao ensinar alguma coisa a algumas pessoas, a educação ensina os termos de uma ordem social que deve ser reconhecida como necessária e legítima, na mesma medida em que ensina conhecimentos e as habilitações necessárias e legítimas para que as pessoas da sociedade preservem e reproduzam com suas idéias (“próprias”, mas inculcadas pela educação), e com as suas atitudes (“apreendidas”, mas sob a forma de controle exercido pela sociedade através da educação), a ordem econômica, política e ideológica da sociedade.

Destacar o caráter ideológico do ensino e mesmo a escola como um instrumento ideológico que contribui para a reprodução do atual *status quo*, não implica em negar sua importância e seu destaque na formação das novas gerações, aliás, nisto consiste seu caráter paradoxal e dialético: a educação pode reproduzir a ordem que está posta, mas pode também desmistificá-la, desnaturalizá-la. Para isto é fundamental pensar seu conteúdo, sua condição de desvendar a realidade para além de sua aparência, seu papel verdadeiramente educativo.

No próximo capítulo, busca-se trazer à tona a realidade social numa perspectiva crítica de maneira a permitir a reflexão sobre as desigualdades sociais vigentes no Brasil e nos universos singulares onde estas se materializam como manifestações particulares da violência estrutural aqui discutida.

CAPÍTULO 2

JUVENTUDE NO BRASIL

Pensar o ser “criança e adolescente” no Brasil, é um exercício que deve ser realizado sob ótica histórica, pois, o conceito de adolescência transforma-se com o desenvolvimento das sociedades, assim como, o papel deste sujeito.

Ao longo do ciclo da vida humana, a juventude tem sido identificada como uma fase etária intermediária, de transição da adolescência para a adulta. Devido a sua complexidade, essa fase etária, geralmente de dependência econômica e associada à educação e à formação – próxima da constituição de uma vida familiar e profissional própria -, vem deixando de ser cada vez mais um espaço de decisão privada para se transformar em agenda de intervenção pública. (POCHMANN, 2004, p.217)

Essa temática vem ganhando espaços e visibilidade, pois os jovens são cada vez mais reconhecidos socialmente enquanto sujeitos de direitos. No entanto, cabe observar que, atualmente, faz-se necessário distinguir as diversas “juventudes” que compõem o atual cenário brasileiro, à medida que este influencia e determina as experiências, vivências e a construção de vida dos jovens de diversas maneiras.

Na perspectiva deste trabalho, houve a preocupação em não utilizar as antigas concepções de adolescência, que se apresentam ligadas aos estágios de alterações hormonais e psicológicas, naturalizadas e distantes de uma visão sócio-histórica. Segundo Ozella (2003, p.19, grifo do autor):

Na verdade, desde o início do século, quando Stanley Hall identificou este momento da vida ‘como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à ‘sexualidade’ (Aguiar, Bock&Ozella, 2001:163), condição reforçada pelas leituras psicanalíticas, esta concepção ficou indelevelmente impregnada na definição dos adolescentes por livros, teorias, a mídia, profissionais das áreas das Ciências Humanas, e incorporadas pela população e pelos próprios adolescentes.

Pochmann (2004, p.219) afirma que dentre as diversas abordagens, as que mais se sobressaem sobre o que ele chama de condição juvenil são as abordagens biopsicológica e a teórico sociocultural. A primeira,

[...] busca retratar os saberes do *ser jovem* vinculado à temática da transitoriedade, que emerge sobretudo da incerteza e da instabilidade presente na transição da fase da adolescência para a adulta. (POCHMANN, 2004, p.219)

A abordagem teórico sócio-cultural procura:

[...] considerar a natureza das formas de *ser jovem* num ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gostos específicos no vestir, relacionamento em grupo, namoro, dança, música, entre outras medidas sempre em modificação. (POCHMANN, 2004, p.219, destaque do autor)

As citações acima indicam que a psicologia, por meio da teoria sócio histórica avançou em suas abordagens, antes naturalizadas das situações e condições dos jovens; atualmente, compartilha com o serviço social o exercício de promover e dar visibilidade à concepção de adolescência “como um processo de construção sob condições histórica-culturais-sociais específicas”(OZELLA, 2003, p.20).

Ozella afirma que se deve:

[...] entender a adolescência como constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais e olhar e compreender suas características como características que vão se constituindo no processo [...] Os modelos estarão sendo transmitidos nas relações sociais, através dos meios de comunicação, na literatura e através das lições dadas pela Psicologia. (AGUIAR; BOCK; OZELLA, apud OZELLA 2003, p.20)

Nos estudos sobre o jovem o coorte a composição e determinação da faixa etária mais comum desse segmento é o que abrange indivíduos de 14 (ou 16) a 24 anos.

Como afirma Sales (2006, p.253):

A juventude, porém, não se limita a uma categoria social que possa ser reduzida a uma faixa de idade, requerendo mediações históricas e culturais, mas contém e generaliza desejos e aspirações afins, principalmente quando a mídia na era do consumo reforça identidades que se plasmam em mercados, mercadorias, e lucros.

Ao utilizar neste estudo o termo juventudes a intenção é, de fato, de distinguir os adolescentes, porém não pela faixa etária, embora esta possa ser considerada e respeitada, mas principalmente, por sua condição de inserção num determinado contexto social.

Explicitando melhor: entende-se que a juventude brasileira está, historicamente, dividida em classes sociais e a esta condição de classe soma-se a condição de raça/ etnia e de gênero, que tem sido um diferencial importante no sentido de reproduzir a violência. Estas mediações, de classe e racial/étnica e de

gênero¹¹, imprimem extremas diferenças no que tange às possibilidades de desenvolvimento do ser humano. Sob essa perspectiva, é que será produzida esta análise.

2.1 Os indicadores sociais como retratos quantitativos da violência estrutural

No Brasil, as manifestações da violência estrutural perpassam todo o tecido social e atingem com mais força os segmentos da classe trabalhadora. Os jovens, filhos dos trabalhadores, tornam-se ainda mais vulneráveis devido à sua condição etária, à qual podem somar-se outras questões, em especial as étnicas.

Grande parte da juventude brasileira está não só exposta à violência da televisão, mas, o seu próprio cotidiano é marcado tanto pela violência da privação, quanto por atos violentos praticados por envolvidos com o narcotráfico em territórios onde existe a disputa das diversas facções do crime; a isto, soma-se a violência policial e a violência dos grupos de extermínio ou justiceiros. Um exemplo disto é a cidade do Rio de Janeiro, onde a Anistia Internacional constatou e relatou em edição especial de 2005, sob o título “Eles entram atirando- Policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil” que:

Os persistentes abusos e a violência cometida por alguns membros da polícia criaram uma cultura de medo e revolta dentro das favelas. Mais de uma vez, a Anistia Internacional ouviu casos de crianças que ficaram tão traumatizadas que sequer podiam ver os policiais. Algumas chegavam a chorar ou se urinar quando estavam diante deles. Os jovens descreviam apanhar da polícia como sendo “normal”. [...] (ANISTIA INTERNACIONAL, 2005, p.17)

A indução ao consumo, a violência, as condições de vida, a falta de oportunidades de trabalho e de estudo, o narcotráfico, vão se somando como mediações fundamentais deste modelo societário na definição do que se convencionou chamar de violência estrutural, a qual afeta com mais intensidade alguns segmentos sociais, como é o caso da infância e juventude. Nos estudos sobre o jovem, como foi afirmado anteriormente, o coorte etário mais comum é o que abrange indivíduos de 14 (ou 16) a 24 anos.

¹¹ As relações de gênero não serão objeto de análise, considerando-se a delimitação de nosso objeto de pesquisa.

Numa sociedade adultizada e excludente como a brasileira, os adolescentes vão sendo privados de suas possibilidades de desenvolvimento pleno; no caso dos jovens negros, as dificuldades redobram com o complexo e velado preconceito social, historicamente reconhecido e manifesto como racismo. Como afirma Netto (2005, p.25):

Há substancialmente uma identidade criança e uma identidade adolescente, uma "face", mas essa identidade substantiva no mais das vezes é adjetivada, no processo de construção de dominação hegemônica do mundo adulto. E só se consegue ver a criança e o adolescente enquanto "menores, delinqüentes, pobres abandonados, meninos e meninas em situação de risco, abusados e explorados sexualmente, marginalizados, explorados no trabalho, drogados, assassinados, maltratados, deficientes, desaparecidos, traficados". Um processo de adjetivação que recalca e oculta a identidade do ser criança (ou ser adolescente) e sua essência humana, num processo claro de coisificação, que justifica um conseqüente processo de triagem e institucionalização, de inclusão-exclusora - formas diversas de desumanização.

A desumanização citada por Netto materializa-se de diferentes formas: numa infância vivida cheia de privações onde o direito de cidadania não existe; numa ausência de sistema de saúde eficaz, educação de qualidade, habitação digna, alimentação adequada, lazer, cultura e trabalho; mas se materializa também na ausência do afeto, do acolhimento e segurança. Cabe ao adolescente o estigma, o preconceito, a indiferença e a discriminação. Como afirma Soares (2004, p.130):

Está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio. A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente. Como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço da nossa insensatez coletiva.

No Brasil, na década de 1990, segundo Peliano (1996, p.51) 15 milhões de crianças e adolescentes - um quarto da população infanto-juvenil - pertencem a famílias indigentes, isto é, aquelas que mal conseguem alimentar-se de maneira a satisfazer suas necessidades nutricionais, e ainda: enquanto os 32 milhões de indigentes a que se refere o Mapa da Fome correspondem a 22% da população nacional, os 15 milhões de indigentes infanto-juvenis representam praticamente a metade do total dos indigentes brasileiros.

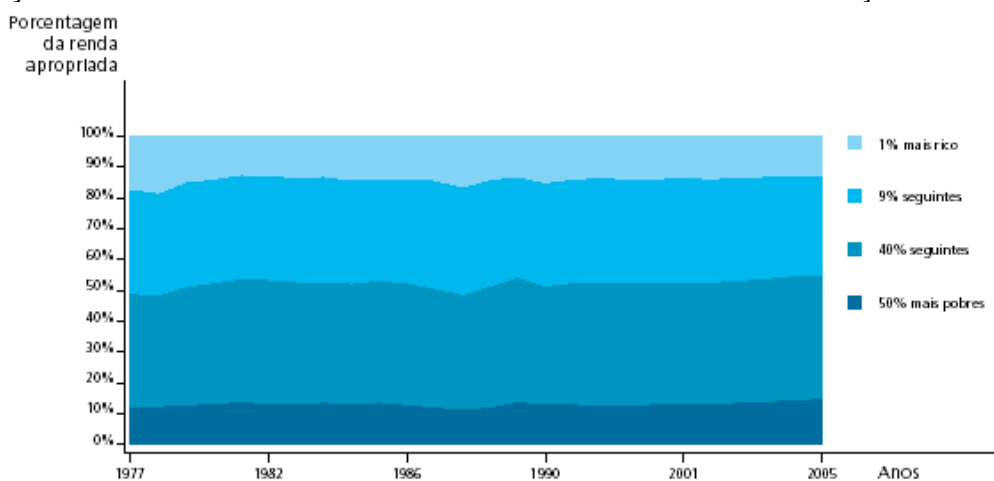
Os índices de concentração da riqueza e da renda no Brasil são um dos mais acentuados do mundo.

Nos últimos anos, segundo o censo de 2000, houve uma redução nestes índices, porém ainda incapaz de possibilitar um quadro mais eqüitativo para a maioria do povo brasileiro.

A fatia da renda total apropriada pela parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude que a apropriada pelos 50% mais pobres (gráfico 1). Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam de menos de 10%. (gráfico 2).

GRÁFICO 1

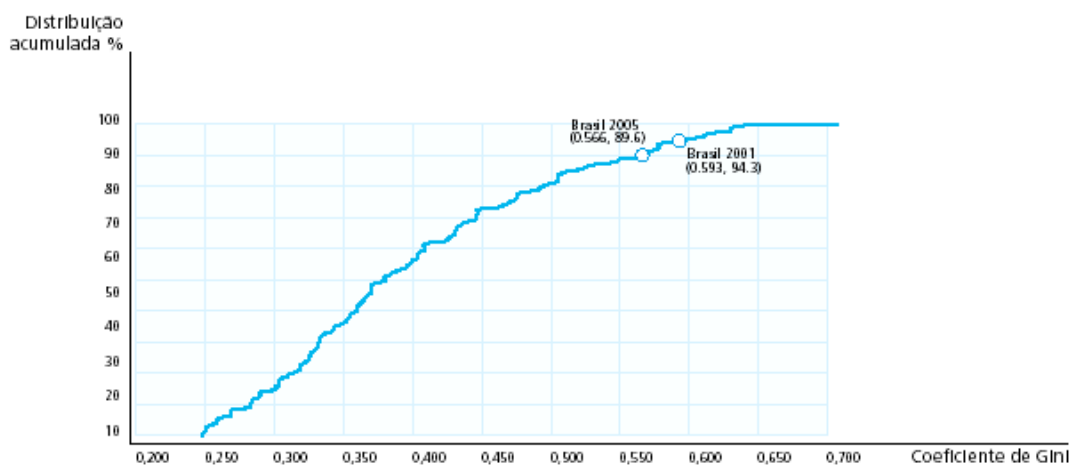
EVOLUÇÃO DA RENDA APROPRIADA PELOS CENTÉSIMOS DA DISTRIBUIÇÃO BRASILEIRA



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnuds de 1977 a 2005.

GRÁFICO 2

Distribuição acumulada dos países no mundo segundo o grau de desigualdade



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (Pnud, 2005).
Obs.: Estão sendo considerados 124 países para os quais existe a informação.

Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente

A diminuição dos níveis de concentração foi feita por meio de políticas públicas com enfoque no repasse de benefícios como o Programa Bolsa Família, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Apesar de ter reduzido os índices de desigualdade, em nada alterou os mecanismos que geram esta desigualdade.

Boschetti (2004) chama este processo de “precarização protegida”, pois apesar de beneficiar aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho, em nada lhes garante autonomia. A prioridade do governo Lula foi o repasse de benefícios e não as políticas estruturais como, por exemplo, a reforma agrária, que poderia trazer novas alternativas de produção agrícola e reais possibilidades emancipatórias para o público alvo.

Frigotto (2004, p.185) baseando-se nos dados do IBGE de 2000, afirma que existem no Brasil 34.092.224 jovens entre 15 e 24 anos, ou seja, 20,07% da população total que é de 169.872.856 habitantes.

A pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, realizada pelo Instituto Cidadania (vinculado a Fundação Perseu Abramo), de São Paulo baseou-se no censo do IBGE de 2000, que apresenta um número total de 34.1 milhões de jovens, sendo 20.1% do total da população. Destes, 47% de negros, algo em torno de 16 milhões de jovens negros e pardos (diferente dos dados do IBGE que aponta 45.3% de pretos e pardos). Os jovens brancos somam 45%, os indígenas 5%, e outras 2% (SANTOS; BORGES, 2005, p.292, grifo do autor).

A partir dos dados sobre o perfil da juventude brasileira, Santos e Borges (2005) fazem um estudo sobre a diferenciação sociorracial brasileira. Trazendo como pressuposto analítico a desigualdade social, combinada à discriminação racial, as autoras confirmam o que já é de domínio no senso comum: “ser jovem negro” não é o mesmo que “ser jovem branco”. As diferenças ultrapassam os aspectos sócio-econômicos e se espalham por elementos que incluem o racismo, as oportunidades de acesso às atividades de lazer, de trabalho, de educação e etc.

Os jovens negros enfrentam diversas situações que na maioria das vezes, não refletimos, nem mesmo é perceptível a sua existência. Adolescente, negro, pobre, de periferia, de escola ruim, de liberdade assistida, de noite na rua: é um foco de violência ou um alvo para a violência?

A segurança pública no Brasil é de responsabilidade do Estado, o seu aparato repressivo está demonstradamente em situação de descontrole, visto que, em meio

ao corpo militar formam-se grupos de extermínio, na grande maioria, para exterminar a juventude negra.

Ao tratar das diversas manifestações da violência em relação às condições de desenvolvimento das potencialidades dos jovens oriundos de famílias de baixa renda, é possível notar a grande distância que separa esses jovens, daqueles oriundos da classe dominante. A distinção se dá no acesso à qualidade de ensino/aprendizagem, no acesso ao esporte, a cultura (literatura, teatro, cinema, etc.), ao lazer, ao lúdico, no acesso ao acompanhamento adequado da saúde física e psicológica, ao convívio familiar, entre outros elementos fundamentais ao desenvolvimento integral do indivíduo jovem.

Segundo Pochmann (2004, p.220), “[...] alterações na temporalidade da vida e transformações na estrutura econômica repercutem direta e indiretamente sobre a condição juvenil [...]”.

Mas, não são apenas dados estatísticos negativos que o país possui sobre os seus jovens. A população como um todo, desconhece a importância social e econômica dos jovens no mundo do trabalho. Pochmann, (2004, p.232), demonstra a seguir, e o faz, de forma a explicitar a violência estrutural que enfrentam e estão submetidos os jovens e suas famílias de baixa renda.

Segundo o autor e pesquisador, os dados do IBGE (PNAD) de 2001, sobre a participação relativa do segmento de 15 a 24 anos, demonstram que do total de 33,5 milhões de jovens (20.1% do total da população), 62% deles participavam da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto 38% eram inativos. Somente metade do total desta população juvenil estudava. Jovens oriundos de famílias de baixa renda, que possuíam emprego assalariado somaram 41,4%; os assalariados sem contrato formal somaram 25,7%.

A educação dos jovens também aponta a constante luta entre as classes sociais e as diferenças entre nível de renda e educação, visto que, 13,6% de todos os jovens do país (algo em torno de 4,5 milhões de brasileiros), não estudavam, nem trabalhavam ou procuravam emprego. Do total de jovens estudantes no referido período, 43,2% cursavam o ensino fundamental, 43,5% no ensino médio e somente 13,3% cursavam o ensino superior. Entre os jovens pobres, apenas 38,1% estudava, enquanto entre os jovens inativos ricos somava-se 80% (POCHMANN, 2004, p.233).

Segundo Pochmann, a primeira causa do total de mortalidade entre os 5 e os 39 anos é a morte violenta. Na faixa etária entre 15 e 24 anos é crescente o número

de homicídios entre os jovens, chega a ser superior a países em situação de conflitos abertos.

No ano de 1997, por exemplo, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos foi de 80,4 por 100 mil habitantes do sexo masculino no Brasil (6,4 por 100 mil habitantes do sexo feminino); nos Estados Unidos foi de 27,9 por 100 mil habitantes do sexo masculino (4,7 por 100 mil habitantes do sexo feminino) e na Armênia de 2,1 por 100 mil habitantes do sexo masculino (0,6 por 100 mil habitantes do sexo feminino). Ademais, nota-se que o conjunto de jovens que foram assassinados no Brasil por ano é muito maior do que em países que apresentam situações de conflitos abertos, como a Croácia, Eslovênia, Irlanda do Norte e Israel. (POCHMANN, 2004, p.234)

Entre os jovens, as mortes por homicídio estão crescendo. Em 1970 era de 28,8%; já na década de 1980 o percentual salta para 31,9%; em 1990 o índice é de 34,7% e atinge sua maior taxa em 2001 quando alcança 37,8%.

O ambiente em que ocorrem as mortes por homicídio entre jovens, embora diga respeito a um conjunto grande de motivos, está relacionado sobretudo ao grau de vulnerabilidade juvenil. Nesse sentido, a desigualdade de renda e de oportunidades contribui decisivamente para a produção e a reprodução da violência juvenil. (POCHMANN, 2004, p. 237)

Os dados estatísticos permitem dimensionar e quantificar os números da desigualdade social no Brasil; demonstram também os rebatimentos da condução neoliberal do Estado junto à classe trabalhadora e, em especial, junto aos segmentos mais vulnerabilizados. As políticas de enfrentamento das questões sociais permanecem focalizadas e se direcionam para ações pontuais que mais garantem o êxito eleitoral, do que, de fato, a autonomia da população.

Não apenas os dados oficiais, divulgados através das estatísticas, dos trabalhos científicos, podem ajudar a visualizar e contextualizar de forma significativa toda essa realidade; o acesso às mais diversas formas de publicações pode auxiliar no entendimento dessa temática. A seguir, procura-se trazer os sujeitos que os números, ao mesmo tempo, encobrem e explicitam; é uma maneira de dar visibilidade para aqueles que na singularidade personificam as manifestações da violência estrutural e que, muitas vezes, pagam com sua própria existência, esta condição que lhes foi atribuída.

2.2 Para além do formalmente construído: a descrição da violência pelos sujeitos.

“Quando vejo tanto menino rico com tanta coisa, dá vontade de tomar pra mim, mas só não faço isso porque tenho medo da polícia, e não quero ser preso pra que não me aconteça o que já vi acontecer com outros meninos lá da favela. Mas a culpa é do governo, que não dá escola nem comida para os meninos que precisam.” (Criança anônima)

Os dados da violência estrutural podem ser expressos em números e os indicadores sociais comprovam isto. O sofrimento e a negligência aparecem mediados por números que permitem ver a cruel realidade que está sendo disponibilizada para as novas gerações, em especial aquelas empobrecidas e vitimizadas pelo atual modelo societário que pouco ou nada traz de verdadeiramente democrático à medida que mantém concentrada a renda e a riqueza construídas socialmente, enquanto reproduz e maximiza a pobreza nas periferias dos municípios.

Como introdução ao estudo do universo singular das trajetórias dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa, procurou-se aqui mostrar as falas de sujeitos anônimos ouvidos por diversos pesquisadores, acadêmicos ou não, e em diferentes contextos¹².

O intuito é trazer a manifestação da violência estrutural tal qual aparece ou é apreendida na singularidade pelos sujeitos que a vivenciam quotidianamente.

A categoria trabalho aparece nos depoimentos dos jovens como algo de grande valor e importância, porém, as dificuldades de inserção no mundo do trabalho acabam por configurar a violência estrutural em forma de desemprego estrutural.

¹² Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde são os pesquisadores cuja ousadia e familiaridade com as comunidades mais empobrecidas traz a proximidade com a realidade de adolescentes e adultos inseridos no universo do tráfico e do consumo de drogas, de diversas capitais do país. A pesquisa realizada culminou no livro Cabeça de Porco (2005), que embora seja um livro considerado não acadêmico, nos trouxe elementos importantes para a compreensão deste universo cada vez mais próximo de todos nós. Outros dois livros contribuíram para dar visibilidade à problemática: “Falcão meninos do tráfico”, de autoria de MV Bill e Celso Athayde (2006), e a obra de Mário Volpe (1998) que, incansavelmente, luta para dar subsídios para que a sociedade possa refletir e modificar a forma de atendimento aos jovens que estão em conflito com a lei. O livro: “Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente.” amplia nosso conhecimento sobre esta questão e, também, nossa responsabilidade.

Frente a um mercado de trabalho cada vez mais exigente e restrito, arrumar um emprego extrapola qualquer esforço individual do jovem. O depoimento de João reflete essa situação, na pesquisa realizada por Coimbra (2005, p.93):

O trabaio é o principal, isso aí. O trabaio é aquilo, né mano. Só que aí é pra quem se esforça muito, quer conseguir as coisas na vida, tem que lutar, corrê atrais, esforçá muito mesmo mano. Igual a minha mãe fala pra mim, se ocê quisé alguma coisa, ocê não espera na mão não, porque num vai tê não, mas isso aí, ocê tem que tê noção tamém né. Tem que corrê atrais. Tê uma boa renda, ocê tem que trabaiaá, né. É o que eu penso, né.
O trabaio é importante. Mas é o que eu tô falano, o negócio agora é o baguio do computador aí, sei lá, mano. Esse negócio aí, tem que estudá porque senão, agora só tá teno esse negócio de curso. Cê tem que fazê, se voce não sabe, eles pedi a escolaridade, né? Pra vê até que série, pá. Se ocê não tivé, aí é foda, né! Porque escola é importante tamém, mas aí a experiência conta muito (João).

As questões de classe constituem-se como mediações fundamentais para de definir o patamar de vida e os riscos de morte da nossa juventude desde a mais tenra idade.

Para aqueles que conseguem um posto de trabalho, as remunerações são ruins, a informalidade os priva dos direitos trabalhistas e o nível de exploração é abusivo. O trabalho precoce inviabiliza o estudo, debilita a saúde e em situações extremas impede até mesmo o sonho. É o caso do jovem de 20 anos que trabalhava como cortador de cana no interior do estado de São Paulo. Com a saúde debilitada, ao ser indagado sobre os sonhos e perspectiva de futuro, João, com 20 anos, coloca:

Eu do meu futuro mesmo, do jeito que eu tô agora, eu quase não espero nada, porque eu não tenho saúde para nada, nada, nada, agora os outros da minha família, espero coisa boa, porque eles têm saúde, pode trabalhar normal. (João) (SANTOS, 2007, p.100)

As questões de classe somam-se às questões de raça/etnia. Como já foi destacado no item anterior, os jovens negros e pobres têm menores possibilidades de acesso à escola e aos postos de trabalho com melhor remuneração; sofrem ainda a discriminação étnica e são as maiores vítimas da violência policial.

Os veículos de comunicação em massa, por volta das décadas de 1980 e 1990, iniciaram um processo visual, de expansão da participação da população negra na televisão, nos telejornais, nos anúncios de produtos desenvolvidos para

negros e, note, a percepção dos industriários e marketeiros sobre o mercado de consumo para esta ascendente fatia de consumidores a ser suprida, no que se refere a produtos e bens, especialmente pensados para esta parcela populacional que, até bem pouco tempo atrás só aparecia nas cozinhas e senzalas das novelas.

No entanto, apesar do ilusório discurso da inclusão social e de que o Brasil é um país miscigenado e acolhedor, plural, o racismo é uma questão da ordem do dia. O racismo existe, é violento, é segregador e discriminatório. Na pesquisa realizada por Ozella (2003), Matheus narra duas situações, entre sentimentos de dor e de revolta. A segunda narrativa revela o não confronto, sugerido pela mãe desde a infância, de acordo com o mito da democracia racial.

[...] já fiquei triste, quando eu era moleque, quando tinha 10 e 13 anos, quando o pessoal xingava, falava, né, ficava triste, bastante. Por que o pessoal me trata assim?, pensava. A primeira coisa que me vinha na cabeça era bater no pessoal, mas eu ficava muito triste, sentava, conversava com a minha mãe... ela falou pra eu não ligar, pra mim deixar pra lá, que eu ia ser prejudicado se brigasse na escola... [...] o metrô tava cheio, daí tinha uma senhora branca, né, assim, daí o metrô tava cheio, o único lugar que dava pra mim segurar era do lado dela, daí eu pus a mão, segurando no metrô, daí ela me mediu assim, aí ela foi pegando a bolsa dela e colocou do outro lado. Assim, daí, tipo assim fiquei sem argumento, só olhei pra ela, pensei, deixa pra lá, né, ela desceu na outra estação, daí eu fiquei pensando depois, poderia Ter vindo um branco e roubado ela, pra ela ver que não é assim, só porque sou negro ai pagar a bolsa dela..." (MATHEUS apud OZELLA, 2003, p.72)

Ataíde, numa seleção de trechos de uma pesquisa organizada por Braz Araújo (1996), traz as falas dos sujeitos sobre diversos temas. Sabemos que são crianças e adolescentes e, nesta fala, o tema é a violência policial:

Já fui preso um bocado de vezes... não me lembro quantas, mas sei que foram muitas... quando os "gambás" prendem a gente, eles dão castigo e batem na gente... eles gostam muito de botar a cabeça da gente dentro da latrina e dar descarga pra molhar a nossa cabeça... aí ficam gozando com a cara da gente e chamando a gente de cabeça de merda... (ATAÍDE, 1996, p.97)

Os adolescentes têm consciência da violência e da criminalidade policial e, muitas vezes, justificam a necessidade do crime organizado como sendo fundamental à sobrevivência das pessoas da comunidade onde residem. Nota-se a ausência de políticas públicas, a ausência do Estado, talvez muito impotente ou, muito comprometido histórica e politicamente com a classe dominante. A

possibilidade de agentes públicos (políticos e empresários do setor privado) envolvidos tanto com o narcotráfico, quanto com a produção e distribuição das drogas, transmitem, a olho nu, a corrupção e o descompromisso social que acabam por reproduzir a situação em pauta, descrita pelo adolescente, na pesquisa realizada por Souza (2007, p.103):

A cada três meses sempre vai te um alerta, uma chamado do PCC. A guerra deve continuá, eu transporte uma arma de Santos até aqui para a facção porque se não existir o crime organizado quem é que vai defender as pessoas que estão morrendo na periferia [...] As exigências do crime organizado não fica só pra condição dos presos, é pra sobrevivência da comunidade. Tem muita razão e moral por que sem tráfico, não tem dinheiro na periferia. Sem dinheiro todo mundo morre de fome. A polícia só pensa em matar, chama a gente de bandido. Bandido são eles, e o pior é que ficam de coitados nessa história toda. Se levantarem o quanto já mataram, e o tanto de mano inocente que já morreu, vão ver que a polícia está bem ali. Só olham pro umbigo deles. Tira proveito do poder que tem; Matam, roubam, traficam. Eles não sabem que o crime deve existir por uma justa causa. A sobrevivência da periferia depende do crime.

O universo do tráfico ou mesmo das ações ilícitas são parte do cotidiano destes jovens desde o tempo em que eram crianças. Parecem ter um destino traçado, do qual é difícil livrar-se. Volpi (1998) traz a citação da Doutora Julita Lemgruber, cujo trabalho discute a necessidade de aplicação e ampliação das Alternativas à Pena Privativa da Liberdade. Neste trecho ela mostra que as trajetórias marcadas pelos atos ilícitos são parte de sua própria necessidade de sobrevivência:

[...] no que concerne à questão do analfabetismo e levando-se em conta que 98, 34% do universo pesquisado são adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 17 anos, é possível utilizar dados do IBGE. Segundo o mesmo, são analfabetos 7,2% da população situada na faixa etária dos 10 aos 17 anos e, de acordo com o levantamento da 2ª Vara da Infância e Adolescência, 35% dos que lá passaram são analfabetos. Variação percentual tão significativa está em demonstrar, com muita nitidez, que a população que passa pela 2ª Vara tem características muito semelhantes à população adulta, penalizada por nosso Sistema de Justiça criminal. São crianças e adolescentes que, em quase sua totalidade, jovens de famílias muito pobres e cedo aprendem a ganhar seu sustento ilicitamente - quase 70% de seus atos infracionais são furtos e roubos. (LEMGRUBER apud VOLPI, 1998, p.150)

Celso Athayde (2005, p.77), reúne diversos depoimentos de uma pesquisa realizada por Celso Athayde e MV Bill sobre os jovens na vida do crime e mostram o lado humano destes que a estereotipia social denomina de “monstros perigosos”.

Além da pesquisa realizada pelos autores, reúne também um conjunto de registros etnográficos realizados pelo terceiro autor do livro, Luiz Eduardo Soares.

Neste livro os autores¹³ descrevem diversas situações vivenciadas pelos jovens de diversas favelas, em várias capitais brasileiras. O reconhecimento de MV Bill, como rapper consagrado, internacionalmente, dentro do movimento hip hop, permitiu que ele adentrasse em territórios quase inacessíveis aos pesquisadores. Levado por sujeitos da própria comunidade, ele teve acesso ao cotidiano do tráfico, aos afetos e aos desafetos dessa população, cuja marca principal de suas trajetórias tem sido as mais diversas e cruéis expressões da violência.

A opção dos autores em fazer a publicação com a narrativa dos sujeitos em primeira pessoa deve-se ao fato de terem como principal objetivo, não simplesmente um trabalho acadêmico ou de denúncia e sim “[...] traçar um vasto painel sobre a violência instalada em vários estados brasileiros [...] que ele [o livro] seja lido e usado como uma ferramenta cheia de vida a serviço da construção de saídas.” (ATHAYDE; MV BILL; SOARES, 2005, p.14)

“Um tem a cor do poder, e o outro, a da miséria” é o encerramento de um depoimento que tem como título “Os neguinhos do Buzão”. É um episódio que narra a clara discriminação racial a que estão submetidos, cotidianamente, milhares de pessoas devido à sua raça: um jovem negro está voltando para casa de ônibus com sua amigo branco quando entram no ônibus três jovens negros.

O narrador insinua que estes estavam mal intencionados, porém, saem do ônibus sem fazer nada ilícito além de passar por baixo da roleta. Quando os jovens negros saem, entram dois policiais e uma senhora põe-se a gritar com o narrador, alegando que este era amigo dos outros rapazes que haviam saído do ônibus e estavam querendo assaltá-la. Como ninguém se manifestou a respeito, a senhora continuou a gritar até o policial perguntar o que estava acontecendo. Em prantos, o jovem acusado tentou trazer a sua argumentação, mas o que o fez livrar-se da acusação da senhora foi dizer que estava com o amigo que era branco e este, ter confirmado o que ocorreu de fato. O jovem branco, quando voltou para casa, narrou

¹³ MV Bill: carioca. Destaque da UNICEF e premiado pela mesma em 2003 e 2004 como um dos rappers mais politizados. Recebeu em 2003, em Barcelona, durante o Fórum Mundial da Cultura, título de cidadão do Mundo. Celso Athaíde: um dos mais atuantes empresários de rap e hip-hop, um dos fundadores da Central Única de Favelas (CUFA) e, criador e produtor do prêmio Hutúz. Luiz Eduardo Soares: mestre em antropologia, doutor em ciência política, pós doutorado em filosofia política. Foi subsecretário de segurança pública do Rio de Janeiro durante um período e, coordenador de segurança, justiça e cidadania; professor da UFRJ; dez livros publicados. Enfim, com um vasto currículo a ser pesquisado.

o episódio à mãe que o proibiu de andar com o rapaz negro, pois este “estava sempre metido em confusões”. O rapaz finaliza o depoimento narrando a consciência da discriminação:

Com este episódio eu ganhei muitas coisas na vida. Ganhei, inclusive, a consciência de que o maior preconceito se dá nas periferias, pois é lá que as pessoas possuem o mesmo grau de escolaridade, o mesmo nível social, é lá que as professoras são processadas por discriminação racial, considerando que isto não acontece nas escolas dos ricos, onde não estuda preto, é ali que todos são iguais perante a lei, pois existe uma coisa que os difere. Um tem a cor do poder e o outro, da miséria. (ATHAYDE; MV BILL; SOARES, 2005, p.77)

É interessante destacar que a percepção do sujeito, mostra que a questão do racismo ultrapassa a questão de classe, pois, mesmo pobres e de periferia, os negros sofrem mais a discriminação em função de sua cor; mas mostra também, como ambas se somam no sentido de reafirmar a violência estrutural presente nas diversas esferas onde a vida se reproduz.

Outro episódio narrado neste livro chama-se “Meninos da Paraíba”. Os autores chegam em Paraíba e vão a uma favela de palafitas. A miséria e a violência estão estampadas em cada viela percorrida. Eles fazem entrevistas com três jovens ligados ao tráfico e constatam que para além dos julgamentos de certo e errado, era o tráfico que movimentava a economia do lugar e assegurava o “ganha pão de todos”. Eles se impressionaram com o que chamaram de frieza, segurança e seriedade dos jovens. Depois de fazer as entrevistas, MV Bill e Celso Athayde seguem para outro lugar para fazer a entrevista com outro rapaz. De repente, a equipe de pesquisa estava ampliada: os jovens participantes da pesquisa estavam indo com eles auxiliando na condução dos equipamentos:

Carregavam suas armas e nossas luzes, carregavam suas armas e nossas bolsas, seguravam os microfones e plugavam os microfones de lapela com o farto conhecimento de quem a pouco tinha sido submetido aos mesmos procedimentos [...] Naquele momento via-se exatamente a diferença entre o homem e o monstro. Eles não eram nem uma coisa nem outra, eles eram apenas meninos. Meninos da Paraíba. (ATHAYDE, MV BILL; SOARES, 2005, p.31)

Ao encontrar realidades cruéis, seres marcados pelo sofrimento, os autores reafirmam seus objetivos ao fazer a pesquisa:

Podíamos permitir que o Brasil soubesse que, por trás de uma arma tem um coração batendo... [...] não é possível ficar martelando esses jovens e os enjaulando como animais em celas frias. Não é possível a sociedade não se escandalizar com as rebeliões de menores e não ficarmos escandalizados com o fato de serem zero as chances de suas famílias fazerem parte de uma sociedade civilizada. (ATHAYDE, MV BILL; SOARES, 2005, p.31)

O intuito ao trazer a tona os diversos depoimentos, inclusive este realizado por uma pesquisa de cunho diferenciado das pesquisas acadêmicas convencionais, é possibilitar uma aproximação com a realidade singular da violência estrutural cujos números trazem sua amplitude, mas não as dimensões dos sentimentos e sofrimentos vivenciados pelos diversos sujeitos e suas famílias.

É necessário recordar que se trata de sujeitos jovens, a maioria ainda em condição especial de desenvolvimento e que, segundo as leis brasileiras, estariam ainda sob os cuidados de suas famílias, de toda a sociedade e do Estado.

Se não se efetiva a lei, no que diz respeito ao cuidado com as novas gerações, aos direitos de cidadania, o Estado mantém, no entanto, o controle sobre os deveres dos jovens e adolescentes.

À família destes jovens fica apenas a culpabilização

[...] vide as consecutivas denúncias do abandono de crianças e adolescentes por seus pais. Porém, os dados de algumas pesquisas específicas com este grupo social, ainda nos anos oitenta, curiosamente indicavam que tais crianças em sua maioria possuíam vínculos *familiares* (Rizzini,1986). Eis que, então, as *famílias pobres* deixam de ser consideradas como indiferentes à sorte da sua prole, impondo-se como instituição social a ser decifrada em suas profundas transformações e necessidades. (SALES, 2007, p.69, destaque do autor)

As transformações e necessidades citadas pela autora remete às responsabilidades do Estado, e às modificações socioeconômicas (que atingem o mundo do trabalho) que ocorreram ao longo da história e que insistem em usurpar direitos nos dias atuais.

Logo, as famílias de crianças e adolescentes das classes trabalhadoras vão, diante da impossibilidade de ocultar toda a crise social de que são portadoras, via o não cumprimento satisfatório de funções provedoras e socializadoras, contribuir para a visualização das condições de vida e de trabalho da população brasileira. A situação de vulnerabilidade das famílias das classes trabalhadoras viu-se, assim, aprofundada pelas conseqüências de uma drástica redução dos investimentos sociais a partir dos anos 80 e pela *ausência de políticas sócias integradas*. Trata-se, portanto, de um processo em curso e que exige perscrutar algumas pistas satisfatórias para

o presente e para o futuro das novas gerações num país como o Brasil. Isto porque uma das tarefas básicas cumpridas historicamente pela instituição família, qual seja, a da *reprodução dos indivíduos* depara com pressões e limites objetivos em função das profundas modificações da economia capitalista, sobremaneira no que tange ao mundo do trabalho. (SALES, 2007, p.69, grifo do autor)

O sofrimento dos jovens e suas famílias deve ser considerado, afinal, a permanência de uma sociabilidade violenta a todos atinge, mas usurpa de maneira ainda mais violenta aqueles, que sem acesso a uma vida digna, permanecem estereotipados, ou na palavras de Sales (2004), permanecem invisíveis ao olhos da maioria da sociedade; uma invisibilidade perversa que permite a manutenção da violência estrutural e do atual status quo.

CAPÍTULO 3

OS PARADOXOS DA LEGALIDADE E A ILEGALIDADE: O ATENDIMENTO AO JOVEM QUE PRATICOU ATO INFRACIONAL

“O que nos preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.” (autor anônimo)

O Estado brasileiro desde os tempos mais remotos criou mecanismos institucionais para legitimar a ordem e assegurar a vigência do modelo societário existente. A força e o consenso, ao longo da história da formação do Estado brasileiro, se alternaram na manutenção da ordem, no entanto, as marcas dos regimes autoritários garantiram a repressão como mecanismo político e ideológico principal na reprodução das relações sociais.

No atendimento ao jovem que praticou ato infracional, a história do Brasil traz à tona experiências as mais diversas, porém com um elemento comum: a violência no trato a estes sujeitos.

No que se refere à criança e ao adolescente, o início do século XX é bastante emblemático, pois a presença de filhos de ex-escravos, abandonados ou perambulando pelas ruas acabaram por despertar a atenção das autoridades para essa questão como um problema social.

Em 1927, foi criado o primeiro Código de Menores, conhecido como “Código Mello Mattos”, que tratava por “menores” todos aqueles indivíduos com menos de dezoito anos; previa medidas de proteção e assistência principalmente por meio da institucionalização e colocação em abrigos, escolas e asilos.

O Código incluía na mesma categoria abandonados, empobrecidos e os que cometeram ato infracional, porém voltava-se explicitamente para o atendimento dos adolescentes que haviam praticado atos infracionais, deixando às entidades filantrópicas a responsabilidade para com os abandonados e carentes. Na realidade, com o discurso da proteção e de melhores condições de vida para os menores, o que o Código previa era a institucionalização e o isolamento daqueles que poderiam se constituir em ameaça para a sociedade.

A extrema pobreza e o abandono eram vistos como causas da delinquência juvenil, porém o que levava as famílias à situação de miserabilidade não era discutido.

O Código fazia a distinção de três categorias de menores de acordo com aquilo que entendia ser fundamental para definição: abandonados eram os que não tinham pais; moralmente abandonados, eram aqueles cujas famílias eram pobres ou sem condições morais para educá-los e delinquentes, aqueles que praticavam atos

infracionais. A todos eram destinadas ações repressivas e isolamento social em instituições “abrigos”.

Com o decorrer dos anos, as normas de proteção continuavam sendo desrespeitadas e as de repressão iam se tornando cada vez mais acentuadas.

O caráter punitivo do Código Mello Mattos resultou em muitas denúncias de que os reformatórios não passavam de “escolas do crime”. Mesmo com a criação de novas instituições que se propuseram a ter um caráter mais social, como o SAM - Serviço de Assistência aos Menores criado em 1941, as denúncias persistiram. Os castigos físicos e psicológicos continuavam vigindo.

Em 1964 surge a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) que previu a centralização do atendimento para empobrecidos sem distinguir carentes, abandonados e autores de ato infracional. A partir de então, surge nos Estados a Fundação para o Bem Estar do Menor (FEBEM).

As denúncias de maus tratos, mortes e exploração sexual de crianças e adolescentes, no entanto, persistiram.

Em 1979 entrou em vigor o novo Código de Menores (Lei nº 6.697) que instituiu a categoria menor em situação irregular e colocava nesta condição o jovem:

[...] privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: falta, ação ou omissão dos pais e responsáveis ou responsável; manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; Vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável.

Em perigo moral devido a: encontrar-se de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; exploração em atividade contrária aos bons costumes; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar e comunitária; (NOGUEIRA apud SILVA, 2005, p.41)

A Política Nacional centrava-se na ideologia da integração pelo trabalho que, segundo suas proposições, permitiria a integração econômica e social do menor. Na prática, o que fez foi modernizar o atendimento tentando controlar o “problema do menor” que a cada dia acentuava-se mais. Entra em cena agentes técnicos, como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, porém o caráter repressivo permanece e o atendimento continua tendo como base a disciplina e a punição. O caráter repressivo e punitivo é claramente explicitado, pois, permitia àqueles que eram os responsáveis pelos jovens corrigi-los e castigá-los, caso fosse necessário.

É o que Liberati afirma: o código era um Código Penal disfarçado em sistema tutelar e as medidas previstas eram sanções, ou seja, penas disfarçadas de medida de proteção (apud SILVA, 2005, p.45).

Na década de 1980, mobilizações nacionais se efetivaram e, devido a instauração da constituinte, milhões de assinaturas foram coletadas para que a chamada “questão do menor” fosse regulamentada pela Constituição Federal.

Foi, portanto, com a promulgação da Constituição Federal (CF) em 05 de outubro de 1988 que a proteção à criança e ao adolescente ganhou dignidade constitucional. Até então, o tema era tratado em leis infraconstitucionais, de menor importância.

O artigo 227 da CF de 1988 foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, lei nº 8069, de julho de 1990; este marca significativo avanço, se comparado à antiga doutrina de situação irregular adotada pelo Código de Menores.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em conformidade com as resoluções adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas sobre os direitos da criança e adolescente e com a as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil para jovens Privados de Liberdade, traz a garantia de proteção integral aos jovens cidadãos em condição peculiar de desenvolvimento.

A criança e adolescente agora, compreendidos como sujeitos de direitos especiais, têm resguardado seus direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal. Deixam, ao nível legal, de ser “menores” para tornarem-se cidadãos e cidadãs que merecem especial atenção por parte dos poderes públicos. São considerados como prioridade absoluta no recebimento de proteção e socorro, no atendimento dos serviços públicos, na formulação e execução de políticas públicas sociais e na destinação de recursos públicos.

O ECA traz também a diferenciação por faixa etária, considerando criança a pessoa de até doze anos incompletos e adolescente, entre doze e dezoito anos. E, mantém como adolescentes os casos especiais, (destinados aos indivíduos com) até vinte e um anos.

No que se refere às medidas de proteção, art. 98 inciso I, II, III do Eca, estas são aplicáveis, sempre que os direitos reconhecidos nesta lei (8.069, de 13 de julho de 1990) forem violados ou ameaçados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III- em razão de outra conduta.

As medidas sócio-educativas são destinadas ao adolescente que praticou ato infracional e estão dispostas nos artigos 115 a 121 do ECA; são gradativas: das mais leves às mais graves. São elas: advertência (art.115), obrigação de reparar dano (art.116), prestação de serviço à comunidade (art.117), liberdade assistida (art.118 e 119), semiliberdade (art.120) e, Internação (art.121 a 126).

A medida sócio-educativa de internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição humana em desenvolvimento; está regulamentada nos artigos 121 a 125 do ECA, cujos incisos especificam condições e prazos para o seu cumprimento.

O artigo 123 prevê que os adolescentes devem cumprir medida em local exclusivo para adolescentes e, deve ser respeitada a separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

No artigo 124 são definidos os direitos dos adolescentes privados de liberdade:

- I- entrevistar-se pessoalmente com o representante do ministério público;
- II- peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III- avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV- ser informado de sua situação processual sempre que solicitada;
- V- ser tratado com respeito e dignidade;
- VI- permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII- receber visitas, ao menos semanalmente;
- VIII- corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX- ter acesso aos objetos necessários a higiene e asseio pessoal;
- X- habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI- receber escolarização e profissionalização;
- XII- realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII- ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV- receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV- manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles que por ventura depositados em poder da entidade;

XVI- receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

Desde a aprovação do Estatuto até os dias atuais algumas conquistas foram se efetivando no sentido de construir políticas públicas e instituir o controle social, principalmente via Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar¹⁴. Apesar disso, as conquistas são pontuais e não se consegue universalizar, de fato, os direitos previstos.

No que se refere às medidas sócio educativas de internação, no estado de São Paulo, a instituição responsável pela sua efetivação até o ano de 2006, era a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor-FEBEM. Seus documentos demonstravam perfeita sintonia com a legislação vigente, porém, diversos estudos apontaram a grande dissonância entre o que era previsto e o que era executado pela instituição, como, aliás, ocorreu em vários outros períodos históricos. As críticas incidiam sobre as condições dos prédios, as formas e as atividades previstas, as relações estabelecidas entre os internos e destes com os funcionários etc.. Constantes denúncias de violência e rebeliões foram objeto de discussão da mídia e de estudos acadêmicos¹⁵.

Segundo Sales (2007), o ano de 1999 na FEBEM merece atenção especial devido ao intenso movimento dos adolescentes por meio de rebeliões para denunciar, mais do que a condição em que se encontravam enquanto internos em uma instituição, a violência do contexto social e, com isto, colocaram em xeque a própria ordem social.

A despeito, porém, de todas estas determinações sócio-históricas que concorreram para a invisibilidade da juventude pobre e das inúmeras pressões pelo seu banimento e ocultação, os adolescentes infratores, por ocasião das revoltas na FEBEM, irromperam no cenário nacional, provocando elaborações acerca do espaço público e nitidamente intervindo nos acontecimentos. Além disso, as rebeliões, não obstante a sua aparência de desorganização e de meras pulsões por liberdade, deram-se no âmbito de agências de Estado, imprimindo significados mais amplos que os de demanda estritamente juvenis. Elas ganharam, portanto, o direito à fala. Vê-se, assim, que a crise juvenil, a qual transcorre mesmo no espaço

¹⁴ A este respeito Cf. SALES; MATOS; e LEAL (Org.) (2005), na obra "Política Social, Família e Juventude - uma questão de direitos.", destaque para parte III.

¹⁵ O jornal "Ação", do Conselho Regional de Serviço Social, colocou em pauta no bimestre de Jul/Set 2005 o desrespeito ao ECA pela FEBEM: "O sistema carcerário, a superlotação e os maus tratos praticados na FEBEM paulista contrariam tudo o que é preconizado pelo ECA." (p.05). Outra obra demonstra o descaso e a não priorização do sujeito em desenvolvimento Bernal (2004) "Arquivos do Abandono", um resgate de histórias de vidas, que acabam por denunciar o abandono e o descaso institucional e legal.

institucional, uma vez combinada às rebeliões, enquanto manifestação coletiva, contribui para problematizar a ordem social (Abramo,1994).Vale destacar que a maioria dos internos da FEBEM-SP e dos que tiveram participação na liderança das rebeliões estava na faixa dos 17 anos. (SALES, 2007, p.257)

3.1 FEBEM de chocolate?

No ano de 1999 as denúncias de maus tratos e as rebeliões envolveram diversas unidades da FEBEM. No caso do Complexo Ribeirão Preto, especificamente a velha unidade conhecida como Pavilhão, que após as diversas rebeliões deixou de ser habitável, ficou absolutamente inadequada e estas condições foram reveladas para o conhecimento público; com isto foi imediatamente fechada. Uma nova unidade, no mesmo terreno acabava de ser construída e, assim, os adolescentes foram transferidos em regime de urgência. As rebeliões ocorridas no período fizeram com que a invisibilidade perversa, que Sales (2007) anuncia fosse alterada para a condição de visibilidade, perversa, porém visível. Ou seja, os adolescentes dessa região, conseguiram se fazer ouvir e pagaram por sua insubmissão frente a uma instituição autoritária: sofreram os rebatimentos e conseqüências de transferências arbitrárias e várias outras formas de violências. Estas situações praticamente se repetiram no período específico desta pesquisa que se reporta aos anos de 2003 e 2004.

A FEBEM-SP passou por várias Secretarias de Estado, transitando entre a da Educação, da Segurança Pública e, no ano de 2003/4, esteve vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. Oficialmente tinha como objetivo aplicar em todo o Estado as diretrizes e as normas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, no atendimento a adolescentes na faixa de 12 a 18 anos, autores de ato infracional.

Esta pesquisa dará ênfase para a situação da FEBEM neste período específico: os anos de 2003 e 2004, porque é este o período em que os jovens sujeitos desta pesquisa estiveram cumprindo medida sócio-educativa de internação e, também, a época em que a autora deste trabalho atuou na instituição seja como analista técnico (educação) ou como assistente social. O enfoque será para as três unidades do Complexo Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo: Unidade de Internação (UI) Ribeirão Preto, Unidade de Internação Provisória (UIP) Ouro Verde,

e Unidade de Internação Rio Pardo, excetuando a de UI/UIP Sertãozinho (instalada no município de Sertãozinho/SP).

No ano de 2003, a FEBEM Ribeirão Preto era conhecida pelos internos como a FEBEM de chocolate. Tal “apelido” foi dado pelos internos que vinham transferidos de outras unidades onde havia maior rigidez nas inter-relações entre adolescentes e funcionários. Na FEBEM de Ribeirão, no ano de 2003, não existia o problema da super lotação; já nas unidades da capital, a questão era recorrente. O fato do complexo FEBEM Ribeirão Preto estar situado no interior do estado e de não apresentar a super lotação, facilitava as inter-relações; este mantinha certa calma, apesar de já ter sido palco de indescritíveis violências anteriores, considerando-se, o tempo de implantação da instituição no município, que data de 1979¹⁶.

Logo no início do ano de 2003, as condições de vida dentro dos alojamentos disponíveis para os adolescentes que cumpriam medida sócio educativa de internação em uma das unidades do complexo (a Unidade de Internação Ribeirão Preto) apontavam para uma realidade diferenciada: eram insalubres mantinham os jovens na quase absoluta ociosidade. É importante frisar que o Estado mantinha em condições, como já foi dito, insalubres e ociosas, os adolescentes que estavam sob sua responsabilidade. O ensino formal não tinha a regularidade necessária devido à falta de segurança gerada pela escassez de funcionários ou, pela ausência de materiais didáticos e pedagógicos. Os jovens não tinham acesso à cultura; as atividades se reduziavam aos filmes escolhidos pelos próprios jovens, cujas temáticas, na maioria das vezes, abordavam o universo com o qual se identificavam, ou seja, o universo das armas de fogo, do tráfico, da violência. Os jovens não contavam com o efetivo trabalho sócio-educativo de orientação e acompanhamento individualizado eficaz.

Diante das condições insalubres e de escassez material para o desenvolvimento de atividades escolares, ocupacionais, esportivas e profissionalizantes, os jovens começaram a denunciar publicamente tais situações por meio de reações coletivas (rebeliões). Os adolescentes tentavam dar visibilidade aos problemas vividos e não solucionados pela instituição após vários e longos diálogos com seus dirigentes. Considerando que a comunicação com o mundo

¹⁶ O “apelido” da Unidade de Internação Provisória assim como os maus tratos anteriores mencionados eram parte da cultura institucional: todos os que trabalhavam lá, sabiam destes fatos; logo que a pesquisadora entrou para trabalhar na Unidade foi informada a respeito.

exterior somente se dava por meio dos familiares, os jovens não tinham condições objetivas para comunicar aos órgãos competentes o que estava ocorrendo atrás das muralhas da FEBEM; além das dificuldades de comunicação, havia ainda o medo de sofrer algum tipo de represália por parte da instituição (na figura dos funcionários).

Uma das estratégias encontradas pelos jovens, capaz de dar visibilidade aos seus problemas e sensibilizar a sociedade foi o ato de rebelar-se. Apesar de ser um ato coletivo e aparentemente violento, as rebeliões dão a possibilidade de sair da invisibilidade todos aqueles que cometeram ato infracional e estão internados sob a guarda e condições impostas pelo do Estado.

Há várias hipóteses sobre a eclosão das rebeliões, em suas razões internas e externas, afetas a micro e macropoderes, ou ainda por motivações estruturais e conjunturais. Optamos, porém, pela abordagem destas *rebeliões juvenis* como um fato significativo, em suas palavras e cenas. Enxergamos à maneira de Vicentin (2001), *estratégias comunicativas* na performance dos adolescentes; e, nas rebeliões, um pungente dispositivo de *expressividade* contra a dominação de que são alvo. A despeito da intencionalidade dos seus participantes, contudo, as rebeliões, como estratégia, conseguiram atrair a visibilidade para o problema das condições de atendimento dos adolescentes autores de ato infracional em São Paulo. Sua denúncia é paradoxal. É emblemática. É viva. E fala. (SALES, 2007, p.251, grifo do autor)

O Estado, na figura da Fundação, promoveu então, após as rebeliões dos adolescentes, uma série de atos de violência e de terrorismo¹⁷, de violação de direitos humanos e das próprias leis que deveria fazer cumprir: Constituição Federal de 1988, ECA lei nº 8.069/90 e os tratados internacionais.

Cintra (2006), em seu trabalho “Violência e Resistência: o grupo de AMAR na luta pela efetivação dos direitos do adolescente autor de ato infracional” realizou pesquisa sobre o grupo AMAR (Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco de Ribeirão Preto) estudou a atuação da Fundação e investigou junto ao Ministério Público os motivos que levaram a promotoria pública a abrir o inquérito civil sob o nº 433/2003, abaixo caracterizado.

O trabalho de Cintra (2006) aborda o período pertinente desta pesquisa (2003 a 2005) e comprova, respaldado pelos registros do inquérito civil e nos depoimentos de mães, como os adolescentes foram tratados pela instituição.

¹⁷ Segundo o Dicionário Aurélio (1999), terrorismo é: Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror. Terror: Estado de grande pavor ou apreensão. Grande medo ou susto; pavor.

O inquérito civil consta como anexo do trabalho de Cintra (2006) e traz os dados coletados pela promotoria pública quando ocorreu uma série de atos violentos nas três unidades do complexo Ribeirão Preto situadas no município de Ribeirão Preto/SP. No inquérito são descritas as tentativas de fuga ou rebeliões dos adolescentes e as intervenções violentas dos funcionários da FEBEM ou mesmo da polícia militar.

Os atos de violência e desrespeito aos direitos humanos marcaram todas as intervenções e envolveram todas as unidades. Como cita o próprio inquérito: os adolescentes foram submetidos a tratamento violento, desumano, vexatório, aterrorizante e constrangedor. (CINTRA, 2006, p.229).

Segundo o inquérito civil de 2003, ocorreram várias intervenções nas unidades do Complexo Ribeirão Preto: dia 30 de julho estendendo-se até a madrugada do dia 01 de agosto; dia 07 de agosto, terminando na madrugada do dia 08; 12 de agosto e depois no dia 28 de agosto. Envolveram as três unidades do Complexo FEBEM e tiveram a participação efetiva da Polícia Militar ou de Grupo de Intervenção, que são os próprios funcionários da FEBEM. Os motivos desencadeadores foram tentativas de fugas e rebeliões. Via de regra, as intervenções ocorriam depois que a situação de tensão já havia sido resolvida por meio de diálogo e surpreendiam os adolescentes dormindo. As intervenções tinham requintes de crueldade: os funcionários chegavam, faziam com que os jovens se despissem e se dirigissem até o pátio. Antes de chegar ao pátio, os jovens passavam por um corredor formado de policiais onde eram torturados física e psicologicamente e, depois permaneciam sentados nus ou semi nus durante horas no pátio, algumas vezes no sereno e com frio intenso. Quando era permitido que se vestissem, novamente eram humilhados e torturados; seus pertences jogados no pátio.

Abaixo descreveremos alguns trechos do inquérito civil para dimensionar a violência a que foram submetidos os jovens:

[...] A primeira intervenção na Unidade de Internação Ribeirão Preto. [noite do dia 30 de julho de 2003]

[...] No trajeto percorrido entre a ala dos quartos e o pátio, especialmente no trecho da escada, os adolescentes passaram por uma espécie de corredor formado pelos militares, que os agrediram com tapas, socos, pontapés e golpes desferidos com cassetetes. Alguns policiais militares deixaram os cães saltarem na direção dos adolescentes, como se fossem mordê-los,

puxando em seguida, os animais pela guia, antes que a mordida se consumasse.

[...] Trajando apenas cueca, os adolescentes foram encaminhados ao pátio. No pátio, os adolescentes foram obrigados a sentar no chão, de cabeça baixa e mão nas nádegas, virados para a parede e de costas para um fila de policiais com cães. Os cães pulavam e latiam muito e os policiais também produziam muito barulho, para pressionar psicologicamente os adolescentes.

[...] Intervenção na Unidade de Internação Rio Pardo [noite de 7 de agosto e madrugada do dia 08 de agosto de 2003]

[...] Após a primeira sessão de espancamento e sob o comando dos funcionários, os adolescentes ficaram nus. Trajando apenas cueca, sentaram no chão do pátio, encaixados (um atrás do outro, presos pelas pernas), com as cabeças baixas e mãos sobre as nuças. Os funcionários agrediram, com safanões, os adolescentes que não suportavam ficar por muito tempo com a cabeça baixa, utilizando a seguinte expressão: Ei vagabundo! Abaixa a cabeça, ladrão!

[...] Um dos adolescentes chegou a vomitar e foi obrigado a sentar e esfregar-se sobre o vômito. Outro adolescente urinou-se e foi obrigado a ficar de pé, expondo-se aos funcionários e aos demais adolescentes, com a cueca e as pernas molhadas. [...]

[...] A intervenção na unidade de Internação Provisória Ouro Verde. [12 agosto de 2003] [...] obrigaram os adolescentes a se despirem. Cortaram os cabelos de todos, deixando-os de cabeça raspada. Com pedaços de pau, agrediram os adolescentes. Estes, por várias horas, permaneceram sentados no chão de cabeça baixa e mãos na nuca. O “Grupo de Intervenção” retirou os pertences dos adolescentes dos quartos, jogando-os no pátio... [...]

[...] Nova intervenção na unidade de internação Ribeirão Preto e na Unidade de Internação Provisória Ouro Verde. [28 de agosto de 2003]

Nos pavilhões, os funcionários, alguns encapuzados, espancaram os adolescentes. Nos quartos, foram obrigados a tirar a roupa. Desceram nus para os pátios, onde continuaram a apanhar, inclusive nas nádegas. Alguns funcionários cutucavam as nádegas dos adolescentes com o pedaço de pau que portavam. Com mangueira do hidrantes, os funcionários jogaram água nos adolescentes e neles despejaram detergente. Gritavam: “ vamos lavar os suínos!” (CINTRA, 2006, p. 225-236)

A autora do presente trabalho atuou como assistente social na instituição no referido período, e fez parte do grupo de funcionários que, segundo o Ministério Público, colaborou com as denúncias de maus tratos contra os adolescentes.¹⁸

Duas destas intervenções foram presenciadas *in loco* pela pesquisadora. É interessante narrar uma situação vivenciada como profissional e que dá a dimensão das dificuldades do período de intervenção: foram convocados pelo coordenador pedagógico da Unidade de internação Provisória (UIP Ouro Verde) no ano de 2003, 8 profissionais: uma assistente social (a pesquisadora), uma psicóloga, duas pedagogas e quatro professores de educação física. O motivo da convocação: presenciar o espancamento coletivo de três jovens. Todos os profissionais tiveram

¹⁸ Segundo Adriano (apud CINTRA, 2006, p.135), psicólogo e assessor do Ministério Público, as maiores contribuições para o inquérito partiram de funcionários da FEBEM.

que assistir os jovens serem humilhados e espancados, vestidos somente com cuecas, em exposição vexatória. Os adolescentes estavam quase nus na frente da equipe, sob os gritos dos dois funcionários em ação; apanhavam no rosto com tapas do próprio coordenador pedagógico e de um ex-policial cujo tamanho somava os três jovens; sofreram golpes no estômago e, enquanto ainda tremiam, os agressores pisavam seus pés descalços e os faziam repetir frases insultuosas tais como: “nós somos uns suínos”.

Grande parte das ações descritas pelo inquérito civil foram presenciadas pelo autora deste trabalho: no pátio, na mesma noite da tortura praticada contra os três jovens, os adolescentes permaneceram durante várias horas “encaixados”¹⁹; todos foram obrigados a raspar seus cabelos, os pertences pessoais (somente cartas e fotos de familiares e namoradas) foram jogados para fora dos quartos onde tudo se misturou num grande monte, conforme descrito no documento. As humilhações, os chutes e socos, o terror psíquico e moral eram generalizados.

A cena assim se materializava: homens armados com paus, luvas e coturnos com bico de ferro contra meninos nus e encurralados; estes eram apenas meninos amedrontados, vulneráveis e desprotegidos, simplesmente aterrorizados. As cenas se assemelhavam às do filme Carandiru em que havia cães policiais muito próximos aos jovens, humilhação moral, psicológica, violência e tortura física, caibros de madeira, socos, tapas e agressões verbais constantes.

Nas diversas unidades os procedimentos básicos de tortura eram semelhantes, aliás, alguns funcionários eram os mesmos nas diferentes unidades. Servidores instruídos e treinados para machucar meninos entre 13 e 18 anos de idade, sem defesa, sem roupas, sem ter como se defender, sem ter para onde correr. Na verdade, eram atos de covardia, crueldade e desumanidade quase incríveis e indescritíveis, de conseqüências imprevisíveis no futuro dos jovens.

Como profissional de Serviço Social, muitas vezes, a autora deste trabalho, saía da Unidade e ia para o Ministério Público fazer as denúncias; havia o medo da represália dos agentes de segurança, porém, havia acima, de tudo, o sentimento de indignação e a obrigação de lutar pela defesa intransigente dos direitos humanos.

¹⁹ A expressão “encaixados” é utilizada no Inquérito civil para expressar a forma como os jovens foram dispostos nos pátios, ou seja, os meninos tiveram que sentar-se no chão com as mãos na nuca e com as pernas abertas, uns recostados nos outros numa seqüência enfileirada.

Foi possível também fornecer dados a partir dos relatórios de atendimentos individualizados onde estava a denúncia de ocorrências ilegais praticadas por funcionários contra os jovens internos e, também os nomes dos funcionários que realizam tais atos ilícitos.

Um dado de grande relevância no período e que possibilitou a interrupção dos atos de maior violência foi a forte presença de promotoria pública de Ribeirão Preto. O Promotor Público, Sr. Marcelo Pedroso Goulart no dia posterior à denúncia foi à FEBEM acompanhado do Centro de Direitos Humanos e da OAB. Em outros momentos de violência institucional, foi possível acionar o Ministério Público e orientar as mães dos jovens para se organizarem e também acionar a Promotoria.

Além de presenciar várias intervenções violentas em várias unidades, foi possível constatar ainda, as diferentes formas de agressão que os funcionários utilizavam no cotidiano institucional, quando a situação não estava tensa; em outras palavras, as torturas institucionais praticadas por agentes do Estado e que raramente chegam ao domínio público. Alguns funcionários utilizavam diversos objetos e estratégias para ferir os jovens: caibros, luvas de motoqueiro para bater e não deixar marcas, pênis de borracha, tranca (solitária), algemas de dedo, privação alimentar; quando os maus tratos deixavam marcas, utilizavam-se banhos de água fria e pomadas para retirar os hematomas. Na Ui/UIP de Sertãozinho, havia a maquininha de dar choques à manivela, utilizada nos tempos de ditadura.

Cabe destacar a atuação da equipe médica do Complexo FEBEM Ribeirão Preto durante as intervenções institucionais e, principalmente, após as mesmas. A enfermaria funciona 24 horas e conta com profissionais de enfermagem supervisionados por um médico que realiza visitas semanais às unidades para atender aos jovens e determinar procedimentos a serem tomados no decorrer da semana. No setor médico (enfermaria) é mantido um livro de registros onde são relatados todos os procedimentos médicos realizados pelo enfermeiro de plantão, incluindo-se os nomes dos atendidos, as causas da solicitação de atendimento e os procedimentos realizados pelo plantonista.

Quando os atendimentos aos jovens decorriam de maus tratos sofridos nas unidades, os registros, via de regra, não explicitavam adequadamente os ferimentos ou hematomas ou, davam a estes causas fictícias como conflitos interpessoais, acidentes de origem esportiva enfim, os enfermeiros com a total conivência e orientação do médico responsável camuflavam as agressões e encobriam a

violência institucional²⁰. Esta foi uma conduta que muito auxiliou os agressores no período de intervenção, pois, em alguns casos, dificultou os exames médicos realizados depois de instaurado inquérito civil, além de omitir informações fundamentais para a denúncia das agressões sofridas pelos jovens.

No ano de 2004 seguiram as rebeliões e atrocidades contra os adolescentes. Uma pesquisa realizada pela autora deste projeto na mídia escrita, em um dos jornais de maior veiculação do município, no ano de 2004²¹, mostrou que as rebeliões durante o ano somaram mais de oito, sem contar os vários motins ocorridos.

Em um caso específico, foram duas rebeliões em menos de 48 horas, ocorridas na Unidade de Internação Ribeirão Preto destinada a adolescentes que cometeram atos infracionais graves; estas resultaram na transferência de 38 participantes com mais de 18 anos para outras unidades do Estado. Foram registradas no Complexo seis fugas no ano de 2004, somando 31 adolescentes. Segundo o jornal, a Instituição estava sendo alvo de investigação do Ministério Público (MP) devido a diversas inadequações e irregularidades. O MP havia constatado e documentado por meio de filmagens, fotos e depoimentos dos internos as denúncias de torturas com o uso de diversos objetos e métodos, como: cassetetes, presença do choquinho da FEBEM), chutes, socos, obrigatoriedade de raspar os cabelos, permanência em pátio seminus e/ou em seus quartos trancados sem atividades, por dias. Segundo o jornal, o MP ouviu 120 adolescentes e 15 apresentavam lesões visíveis que foram registradas em vídeo. Os conflitos entre os internos e os funcionários fizeram com que estes também fossem agredidos durante motins, rebeliões ou confrontos. Os registros apontaram mais de 31 funcionários agredidos, dois deles com fraturas²² (BRANDEMARTI, 2005, p. 69).

Depois do período de maior violência²³, a situação voltou à rotina. Enquanto alguns funcionários eram processados pelo ministério público, outros “suspeitos” de

²⁰ É possível que dentre estes profissionais houvesse aqueles que não concordavam com tais procedimentos e até denunciasses, porém, se isto correu foi como denúncia sigilosa junto ao Ministério Público, até em função do risco de perseguição dentro da instituição.

²¹ Consta como Anexos deste trabalho algumas publicações do jornal Folha de São Paulo, Caderno Ribeirão, 2004, referentes ao tema.

²² Os dados parciais desta pesquisa foram apresentados no VI Encontro de Pesquisa na Área de Serviço Social da PUC-Campinas e UNICAMP, sob o título “FEBEM – o complexo Ribeirão Preto em conflito com a lei?”, foi apresentado em 2005.

²³ Ver anexos sobre violência institucional no fim deste trabalho. São artigos publicados pela Folha de São Paulo no Caderno Ribeirão no período entre 2003/04.

contribuir com as denúncias sofriam represálias dentro das unidades. A principal delas era a transferência para outras unidades.

Neste período, a FEBEM saiu das notícias dos jornais e a situação tornou-se mais calma. Na realidade, era período eleitoral e, o então candidato à presidência da República, o Senhor Geraldo Alckmin que era governador do estado de São Paulo, conseguiu silenciar as ações da FEBEM. Segundo Batista²⁴ (2008), o governo de Alckmin foi um dos mais violentos na condução da política da FEBEM. As intervenções ocorridas em Ribeirão no período de 2003/4, nos leva a crer que foi uma forma de criar as condições de apaziguamento posterior, necessárias à condução da campanha eleitoral à presidência.

Depois deste período, a FEBEM sofreu diversas reformulações devido à pressão política de diversos setores da sociedade e também, devido a modificação do governo do estado de São Paulo.

Recentemente, no final do ano de 2006, a FEBEM teve seu nome mudado para Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) permanecendo ligada à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania. A sigla FEBEM “constituía na forma e no conteúdo uma forte reminiscência militar” (SALES, 2007.p 242, nota de rodapé)

O site oficial da Fundação²⁵ anuncia a descentralização/municipalização das unidades de internação e, coloca como missão a aplicação das diretrizes e normas do ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

[...] missão primordial aplicar em todo o Estado as diretrizes e as normas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), promovendo estudos e planejando soluções direcionadas ao atendimento de adolescentes autores de atos infracionais, na faixa de 12 a 21 anos.

A Fundação prevê a descentralização dos atendimentos para promover a proximidade com os familiares e comunidade.

Hoje, são mais de 39 unidades em funcionamento dentro dos atuais padrões de atendimento e está prevista a construção de mais 57 unidades com capacidade

²⁴ Mirian Veras Batista. Palestra proferida em 17 de setembro de 2008, no seminário sobre violência urbana realizada pelo Grupo de Pesquisa Sobre Violência e Serviço Social (GEVIS)

²⁵ Cf. FEBEM. **Regimento interno**. São Paulo: Fundação CASA, 2008. Disponível em: <<http://www.febem.sp.gov.br>>. Acesso: 10 dez. 2001.

para atender 56 adolescentes cada uma: 40 vagas para internação e 16 para internação provisória.

A Fundação anuncia que em um ano e meio de funcionamento, nas novas unidades o êxito é muito grande, pois a taxa de reincidência dos internos é de 3,21%; anuncia, também, que nas antigas unidades, agora reformuladas, os índices de reincidência caíram:

“Este novo modelo tem dado resultados incontestáveis, como a queda da reincidência, que era de 29% e hoje está em 17%, e do número de rebeliões (de 80 em 2003 para apenas 3, neste ano)”, afirmou a presidente da CASA, Berenice Giannella, durante a inauguração. (ASSESSORIA DE IMPRENSA)²⁶

Em Outubro de 2008 foi desativada a unidade de Tatuapé/SP, considerada uma das mais violentas, e inaugurada a nova unidade da Fundação Casa; a previsão é de desativar todas as unidades antigas.

Dentre as novas unidades criadas, uma se instalou no município de Franca, universo desta pesquisa. Tem capacidade para 56 internos, conforme a nova normatização proposta. A criação da unidade pautou-se nos novos parâmetros estabelecidos para o atendimento à medida de internação no Estado de São Paulo. Segundo site da EPTV²⁷, os adolescentes internos da Fundação Casa que apresentam bom comportamento estão tendo a possibilidade de cumprir a medida sócio educativa em repúblicas, fora da unidade. Durante o dia fazem cursos e à noite retomam para a república.

Conforme norma já prevista pela antiga FEBEM e que segue vigindo para a Fundação CASA, os profissionais contratados (agentes de educação) para desenvolver atividades diretamente com os adolescentes possuem formação universitária, ou seja, as equipes são formadas geralmente por assistentes sociais, psicólogos, professores de educação física e pedagogos. De maneira geral, as equipes do setor técnico são compostas por assistentes sociais e psicólogos.

²⁶ Cf. FUNDAÇÃO CASA. Assessoria de imprensa. São Paulo: Fundação CASA, 2008. Disponível em: < FEBEM. **Regimento interno**. São Paulo: Fundação CASA, 2008. Disponível em: <<http://www.casa.sp.gov.br/site/home.php>>. Acesso: 10 dez. 2008.

²⁷ Cf. EPTV. Internos da Fundação CASA com bom comportamento vivem em esquema de “república” em Franca. **O Globo**, 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/10/15/internos_da_fundacao_casa_com_bom_comportamento_vivem_em_esquema_de_republica_em_franca-585952832.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2008.

O Complexo Ribeirão Preto não foi desativado e permanece no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, porém, agora, segundo seus documentos oficiais, seguindo as orientações do novo modelo proposto, é capaz de atender nas unidades o número anunciado pelas novas normas (56 adolescentes) e, suas instalações físicas são relativamente novas o que pode significar que os ajustes, se necessários, não serão difíceis de ser realizados.

Apesar das reformulações anunciadas, a FEBEM- Complexo Ribeirão Preto manteve, em sua grande maioria, os mesmos funcionários que participaram das “intervenções”. Entre eles estão diretores de unidade, agentes de segurança, e pedagogos citados no inquérito civil aberto pelo Ministério Público. Parte dos funcionários citados no referido inquérito podem ter sido beneficiados pelas transferências internas, o que torna seu rastreamento mais difícil.²⁸

Alguns questionamentos para promover a reflexão, no entanto, fazem-se presentes: é possível uma instituição marcada tão profundamente por ações violentas e anti-educativas rever seus princípios e ações tão rapidamente a ponto de alterar significativamente dados de reincidência em todo Estado? Essas alterações implicam não apenas em modificar as unidades, mas, a cultura dos servidores, a qualidade das atividades, a qualidade da formação dos educadores, etc. Será que foi possível suprimir a perspectiva do atendimento das antigas unidades, sua cultura carcerária e repressiva? Os funcionários violentos e não qualificados para o trabalho com jovens foram demitidos? Será que os dirigentes não foram apenas remanejados para unidades mais distantes e pouco conhecidas? Agressores foram afastados ou penalizados? As arbitrariedades continuam por detrás das belas intenções anunciadas no site oficial? Por fim, houve um reordenamento interno real?

Os movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs) buscam contribuir para a continuidade das adequações no que tange às atividades da chamada FEBEM. É interessante destacar que discutem a qualificação das ações e as dificuldades de permanência na instituição de funcionários citados em inquéritos

²⁸Um dos mecanismos de proteção aos funcionários que participaram das agressões foi a transferência de unidade, realizada para evitar sindicâncias ou denúncias contra os mesmos. A mesma estratégia utilizada para proteger funcionários ‘ilegais’ que atuavam na FEBEM, serviram também, como forma de desmobilização dos funcionários que buscavam efetivar direitos e proteger os jovens contra atos de violência. A autora deste trabalho e outra profissional foram alvo de transferência involuntária e instantânea de unidade durante o ano de 2004. Portanto, a melhor alternativa para calar funcionários que não compactuavam com a onda de torturas era separá-los de unidade. Os diretores que não atuassem seguindo os ditames da hierarquia institucional, também eram contemplados com a demissão instantânea.

como suspeitos de cometimento de maus tratos contra adolescentes. Fica evidente que é necessário o acompanhamento e participação efetiva da sociedade civil no processo de elaboração de um novo modelo de atendimento aos jovens antes que ele se reduza a velhos fracassos, no entanto, para tal, é fundamental um real ordenamento interno de procedimentos, cultura e de capacitação profissional.

As modificações que estão ocorrendo na Fundação apontam para mudanças requeridas pela sociedade civil, e que se aproximam das diretrizes e normas legais.

A Fundação ABRINQ está promovendo um manifesto a favor das mudanças iniciadas na FEBEM coordenadas por seu presidente e Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, ao demitir 1751 agentes de apoio da instituição.

O texto a seguir, de elaboração da ABRINQ²⁹, reafirma essa idéia:

Esta decisão demonstra vontade política em solucionar um problema que vem se arrastando há anos e denunciado pelas entidades de direitos humanos.

As organizações da sociedade civil consideram grave e de conseqüências nefastas qualquer atitude de retrocesso neste processo, entendem não ser admissível a reintegração de todos os funcionários de maneira indiscriminada, sem prévia avaliação. Reafirmam seu apoio à intervenção forte do presidente da Febem-SP na demissão dos funcionários e alertam para a importância de que os demitidos não voltem, por decisões de outras instâncias de poder, às suas atividades. Evidentemente, correções e avaliações devem haver, como já foi anunciado pelo presidente da entidade, no caso de 350 funcionários que retornarão às suas funções.

Observamos também que a gravidade da situação não se restringe à troca de funcionários, mas na superação de uma mentalidade repressiva e de práticas de violência. É fundamental a qualificação permanente dos profissionais que serão contratados. Embora oportuna, atendendo inclusive ao princípio constitucional da eficiência que o administrador público deve sempre observar em suas ações, a presença de funcionários qualificados deve se pautar em uma proposta político-pedagógica que contemple a inserção social do adolescente, possibilitando-lhe a construção do seu projeto de vida no presente e para o futuro. Chamamos a atenção também para a importância do estímulo ao processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto que se constituem em alternativa à internação, considerando a gravidade das infrações.

É urgente e necessário o reordenamento do atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo, levando em conta a necessidade de projeto sociopedagógico para todas as medidas (advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional), conforme o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente e as resoluções dos Conselhos de Direitos.

As organizações apóiam as medidas em curso, tais como: a atual exigência de diploma superior para os educadores sociais e de curso médio para os

²⁹ Cf. MATRACA. Organizações sociais e personalidades apóiam as demissões na Febem. **Agência de Notícias da Infância**, 2008. Disponível em: <<http://www.matraca.org.br/noticias272.htm> - 23k. Acesso em: 11 dez. 2008.

agentes de segurança; a abertura das unidades às mães dos adolescentes; a adoção de um regimento interno unificado e a implantação de uma proposta pedagógica na qual as organizações que atuam na área da criança e do adolescente têm muito a contribuir.

Entre os movimentos sociais que participam desta ação estão: AMAR - Associação de Mães e Amigos do Adolescente em Risco; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) EMAÚS; Cidadania, Orgulho, Solidariedade e Amor - CORSA/SP; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo; Conselho Regional de Psicologia - CRP São Paulo; Salesianos, entre outros.

A expectativa é que haja, de fato, uma mudança substancial no atendimento ao jovem que cumpre medida sócio-educativa de internação, porém em tempos de avanço do ideário neoliberal e de fragmentação das políticas públicas e acirramento da violência, torna-se fundamental a ação de diversos segmentos da sociedade civil organizada em defesa dos direitos humanos e sociais, em especial para os jovens que estão em condição especial de desenvolvimento. A necessidade do cuidado para com os jovens será objeto de reflexão do último capítulo desta dissertação, onde estarão explicitadas as marcas das violências nas trajetórias dos jovens que são os sujeitos desta pesquisa.

CAPÍTULO 4
METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Os procedimentos metodológicos

Esta pesquisa envolveu o estudo a respeito dos jovens egressos da FEBEM, tendo como foco suas trajetórias de vida. O objetivo foi analisar a história pessoal de adolescentes que cumpriram medida sócio educativa de internação na FEBEM de Ribeirão Preto/SP de maneira a entender a complexidade que envolve a situação vivenciada por estes indivíduos sociais no atual contexto. Como afirma Iamamoto (2007, p.200):

[...] o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais.

Este estudo buscou levantar, por meio de dados secundários, as formas de produção e reprodução da violência na sociedade brasileira, em especial aquela que afeta mais diretamente os jovens e o fez por meio da literatura a respeito de temas como violência estrutural, ideologia e capitalismo; no entendimento da especificidade da realidade brasileira, estudos sobre a juventude, em especial as publicações sobre as condições de vida e trabalho da juventude foram fundamentais. A pesquisa abrangeu ainda dissertações, sites de pesquisa, notícias de jornal e literatura não acadêmica cuja publicação traz a realidade dos jovens narrada por sujeitos que têm ligação direta com a temática, mas que não são pesquisadores das universidades.

Para trazer elementos que possibilitassem refletir sobre a atuação da FEBEM e seus rebatimentos no desenvolvimento do adolescente que cometeu ato infracional foram consultados, além das publicações acadêmicas sobre o tema, documentos oficiais e notícias de jornais.

A pesquisa envolveu também a coleta de dados primários por meio de entrevistas semi estruturadas com 4 jovens egressos da FEBEM e que cumpriram medida sócio educativa de internação nos anos de 2003 e 2004. O recorte deste período específico deve-se ao fato da autora deste estudo ter trabalhado na FEBEM no referido período (de 2003 a 2005)³⁰ e, com isto pode desenvolver laços de confiabilidade junto aos adolescentes.

³⁰ A autora atuou como assistente social-agente de educação e como assistente social no setor técnico.

O fato de residir em Ribeirão Preto e depois em Franca facilitou a localização dos sujeitos da pesquisa. Neto foi encontrado casualmente no centro de Ribeirão Preto; Lucas trabalhava numa loja de materiais elétricos; Santiago foi indicado por um funcionário da FEBEM. A localização de Junior deve-se ao fato da pesquisadora recordar-se que o jovem morava em um *bairro francano* e depois de circular bastante tempo pelo local, encontrou-o em uma esquina, provavelmente vendendo drogas.

Depois da localização dos quatro sujeitos, as entrevistas foram marcadas com muita facilidade: era feito o contato telefônico e agendado um local para o encontro a critério do jovem. Cada um recebeu a pesquisadora em um local diferente: na sua própria casa (Lucas), no trabalho (Santiago), no campus da USP (Neto) e na rua (Junior). As entrevistas seguiram muito tranqüilas e para isto foi fundamental o vínculo anterior que a pesquisadora tinha com os jovens, principalmente com aqueles que hoje permanecem nas atividades ilícitas, afinal, como eles mesmo disseram, jamais iriam falar para alguém que não fosse de sua absoluta confiança.

Um incidente ocorrido com a pesquisadora no bairro onde reside Junior deu a dimensão da importância do vínculo para a realização das entrevistas: depois de agendar o encontro com o jovem, a pesquisadora foi procurar outro rapaz que se chamava Jonas. Ela havia perguntado ao Junior onde este residia. Ao chegar no local indicado, se deu conta que o jovem, apesar de chamar-se Jonas, não era o mesmo que ela estava procurando, embora também tivesse passado pela FEBEM. A pesquisadora falou do seu trabalho e explicou seus objetivos. O jovem inicialmente aceitou fazer a entrevista, porém assim que foi perguntado sobre o tipo de infração cometida, este parou a entrevista, pediu que desligasse o gravador, levantou-se rapidamente imprimindo uma postura corporal e um tom ameaçador, e disse à pesquisadora que ela não devia estar ali com aqueles propósitos e que isto podia ser perigoso: “Se eu fosse a Senhora, eu não estaria aqui fazendo este tipo de pergunta, porque mano nenhum vai ficar falando dos crime para quem não conhece”. Aí encerrou-se a entrevista. Este fato, apesar de ter gerado certa tensão, deu elementos para dimensionar a importância do vínculo, não só para a pesquisa como para o próprio trabalho a ser desenvolvido por um profissional junto a estes jovens; sem ter a confiança dos sujeitos não é possível realizar uma entrevista com

tais objetivos, pois o universo do narcotráfico é um terreno perigoso para os despreparados. Apesar da experiência da profissional, o fato de não conhecer aquele jovem fez com que a pesquisadora se encontrasse diante de uma situação inesperada, onde a linguagem utilizada nos parâmetros institucionais não coincidiu com a linguagem da rua, da realidade do tráfico. Com os jovens que permanecem nas atividades ilícitas, a mediação destas linguagens diferenciadas foi feita pelo vínculo de confiança entre eles e a pesquisadora, pois, sem este não se chegaria de fato, à realidade vivenciada pelos sujeitos.

O período de realização das entrevistas foi entre março de 2007 a fevereiro de 2008; estas foram gravadas e depois transcritas para análise.

A análise da realidade numa perspectiva de totalidade é um dos grandes desafios desta pesquisa. Ao se colocar num campo teórico que pressupõe o elo entre realidade e vida na constituição dos sujeitos sociais, foi necessário na análise da pesquisa partir da realidade empírica onde estes adolescentes vivem e, a partir de então, considerar e analisar as mediações postas pelo contexto social mais amplo na definição de suas singularidades.

Aqui no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciadas sobre algo que é ou que se torne, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: formas de existir, determinações da existência. (LUKÁCS, 1978, p. 02)

A análise das estratégias pressupõe um fio condutor que dá sentido às ações dos sujeitos³¹. Este fio condutor foi buscado nas experiências vivenciadas pelos sujeitos ao longo de sua trajetória de vida.

As falas dos depoentes trouxeram aquilo que, na perspectiva deles, foi mais significativo para a condução da vida e da situação atual. As categorias foram construídas *a posteriori*: primeiro buscou-se neste capítulo descrever as trajetórias de cada sujeito e suas singularidades; no capítulo seguinte, procurar destacar aquilo que as trajetórias evidenciaram para uma análise mais aprofundada: as relações familiares, o universo da rua e da escola, a passagem pela FEBEM, os experiências de

³¹ Os nomes dos jovens que constam neste trabalho são todos fictícios de maneira a preservar as suas identidades.

trabalho que permearam o passado e que fazem parte do presente e do futuro seja na forma real ou ideal e, por fim, os projetos de futuro, que num dos casos é mais sonho do que de fato, um projeto.

4.2 Contextualização do universo da pesquisa: os municípios de Ribeirão Preto e Franca/SP

Este item faz uma rápida apresentação dos municípios de Franca e Ribeirão Preto onde residem os sujeitos desta pesquisa. Mais que promover uma ampla caracterização, o intuito é situar o leitor do contexto social em que os jovens estão inseridos.

Ribeirão Preto

Ribeirão Preto está localizada em uma região que abrange 86 municípios com cerca de 3 milhões de habitantes que ocupam uma área de 30 mil km²³². Localizada a nordeste do estado de São Paulo, a 320 km da capital, é conhecida atualmente como a capital do Agronegócio por ter na agroindústria canavieira uma das suas mais importantes atividades econômicas.

Na região localiza-se a maior concentração industrial sucroalcooleira do país, com mais de 40 usinas, as quais são responsáveis por cerca de 30% de todo açúcar e álcool produzidos no Brasil. Também, é o maior centro produtor e exportador de suco de laranja concentrado do país.

Ribeirão Preto destaca-se ainda como importante centro comercial e de serviços do interior do estado de São Paulo. No setor de educação, a cidade concentra um grande número de centros de ensino superior, abrigando uma população de estudantes universitários que supera 40.000 alunos.

Na região de Ribeirão Preto as desigualdades sociais têm particularidades também muito cruéis. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.825, porém, esconde em suas estruturas extremas disparidades de renda e riqueza. Segundo Oliveira (2005, p.71): “Em 2000, a cidade contava com 31 núcleos de favela, totalizando aproximadamente 16.000 pessoas”.

Murad (2003), ao caracterizar o município indica que em 1999 somavam-se 140.661 mil crianças e adolescentes que não tiveram acesso a programas de

³² Disponível em: <http://www.brp.com.br/sobre_brp/o_brp_regiao.shtm>. Acesso em: 19 nov. 2008.

atendimento preventivos na cidade; segundo Oliveira (apud Murad, 2003, p.42) “houve uma diminuição da ação do Estado em Ribeirão Preto na área das políticas sociais percebida principalmente pela diminuição ao atendimento governamental nos serviços prestados à infância e juventude [...]”

Um dos graves problemas enfrentados é que o município é considerado, pela sua localização, uma das principais rotas do narcotráfico no Brasil e isto tem aumentado a violência no município. Iulianelli e Ribeiro (2000, p. 91), com base em dados do Jornal Folha de São Paulo, comparam as taxas de homicídio do município de Ribeirão Preto com o de Uberlândia, município mineiro que possui número semelhante de habitantes: “[...] Ribeirão Preto possui uma taxa de mortalidade por homicídio 253% superior a Uberlândia, e que o envolvimento com as drogas é responsável por 90% dos crimes registrados no município paulista”.

O grave quadro social do país e seus rebatimentos no município de Ribeirão Preto são evidentes e mostram a distância existente entre o marco legal e a realidade concreta. Desde 1988 rege neste país uma Constituição Federal que prevê mínimos de seguridade a todos os cidadãos, em especial ao segmento criança e adolescente. O maior paradoxo é que, exatamente a partir dos anos de 1990 é que se acentuam as orientações neoliberais e a reestruturação produtiva no mundo do trabalho, responsáveis pelo maior agravamento da crise social vivenciada pelos trabalhadores.

Franca

Localizada na região nordeste do estado de São Paulo, foi fundada em 3 de dezembro de 1805. Passou à categoria de cidade em 28 de novembro de 1824. Embora faça parte da meso região de Ribeirão Preto, sedia a 14ª região administrativa do Estado de São Paulo, composta por 23 municípios. Segundo os dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), referente ao ano de 2004, a população era de 312.814 habitantes.

Franca encontra-se geograficamente no eixo dos três maiores centros do País: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Liga-se à capital, São Paulo pela rodovia Anhanguera a uma distância de 418 Km.

A principal atividade econômica do município tem destaque a partir da década de 1960, com o desenvolvimento das indústrias calçadistas, principalmente, na produção de calçados masculinos.

No início da década de 1990, com a queda nas exportações de calçados houve uma reorganização no setor calçadista, no sentido de terceirização das atividades, que alcançou os seguintes índices, segundo o Plano Municipal de Assistência Social do município referente aos anos de 2002-2005: 54% da população economicamente ativa no setor secundário (indústria), 41,15% no setor terciário (comércio e prestação de serviços), e 4,49% no setor primário (agricultura e pecuária). (COIMBRA, 2005).

Segundo informações do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (2007, on line) o pólo calçadista de Franca reúne aproximadamente 760 empresas, com capacidade instalada para 37,2 milhões de pares/ ano. Produziu 27,9 milhões de pares de calçados e botas de couro (masculino, feminino e infantil) e tênis de couro, lona e naylor em 2005, tendo 22.929 empregos formais no mês de janeiro de 2006. (FARINELLI, 2007, p.25)

A reestruturação produtiva em Franca e as oscilações do comércio internacional foram desencadeando diversas precarizações do trabalho, principalmente ligadas ao setor calçadista. Houve tanto a desregulamentação do trabalho, a precarização até o achatamento salarial; a maior evidência deste fato é que a média salarial deste ramo de atividade é cerca de 800 reais, abaixo da média do estado de São Paulo.

4.3 As trajetórias dos sujeitos da pesquisa

A partir das trajetórias narradas pelos jovens é necessário pensar o que Pitrou (apud ANTUNIASSE; AUBRÉE; CHONCHOL apud 1993) chama de “fio condutor que dá sentido as diversas ações vividas pelos agentes sociais, por mais desconstruídas que pareçam aos olhos do observador”.

Foi preciso considerar, ainda, as estratégias utilizadas pelos sujeitos numa perspectiva temporal a partir das circunstâncias sociais em que se encontram, daí a necessidade citada por Antuniassi (1993) de conhecer o passado e as raízes sociais dos sujeitos da análise.

Os jovens desta pesquisa têm em comum a passagem pela FEBEM. Ao praticar ato infracional, foram sentenciados com a medida sócio-educativa de internação.

Cabe destacar que as informações transmitidas pela televisão (veículo de comunicação mais acessível a grande maioria da população) são fragmentadas e desconectadas do contexto geral e fazem isto com o intuito de facilitar a manipulação sobre o fato ocorrido; acabam por apresentar ao imaginário social esses jovens que cometeram ato infracional como sujeitos irre recuperáveis e cruéis, de alta periculosidade, portanto, passíveis de encarceramento precoce. Bem distante do que anunciam, os jovens sofreram as punições previstas na legislação, de acordo com a sua idade e condição (especial de desenvolvimento), embora na prática o cumprimento da medida possa representar o contínuo desrespeito aos direitos humanos mais fundamentais, conforme explicitado no capítulo anterior.

Segundo as leis deste país (Constituição Federal e o ECA lei n.8069-90), o segmento criança e adolescente (e suas famílias) *deve* ser tratado de forma diferenciada, no que se refere as suas necessidades para desenvolver-se de forma integral; quando infracionam são punidos por seus atos nos rigores da lei. Embora não se garanta aos jovens pobres a condição de desenvolvimento, o processo de punição, este sim, é assegurado a este segmento social; diferente dos jovens de outros estratos sociais, principalmente os mais abastados, cujos atos infracionais quase não chegam à justiça e quando chegam, não são sentenciados com medida sócio educativa de internação.³³

As discussões polêmicas sobre a imputabilidade e inimputabilidade são constantes em meio aos debates sociais e políticos³⁴ que cercam os cidadãos mais afoitos ao encarceramento precoce, apoiados e, muitas vezes, incitados pelas notícias divulgadas pela televisão. Esses cidadãos acabam por defender a redução da maioridade penal a ser aplicada aos jovens que estão ou estiveram em conflito com a lei, mesmo desconhecendo as contínuas privações e necessidades desses jovens e suas famílias, pois, as fontes de informação na maior parte dos casos são de origem apenas televisiva (desconectadas do todo e fragmentadas em seus conteúdos) cujos conteúdos são visivelmente naturalizados. Isto faz com que os defensores da redução da maioridade penal também passem a naturalizar a

³³ A pesquisadora trabalhou na FEBEM durante dois anos e meio e, neste período, apenas um jovem de classe alta foi internado na instituição, porém, sua internação teve a curta durabilidade de dois dias. A família do jovem conseguiu desinterná-lo alegando que o filho tinha problemas de saúde—diabetes.

³⁴ Cf. O texto de Rosa (2001), “Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal”, é um instrumento para a reflexão sobre o tema. É preciso atentar-se para não perder o foco histórico e apreender os interesses antagônicos entre classes sociais em disputa pela hegemonia socioeconômica e cultural.

realidade social e, com isto, contribuam para perpetuação das situações de violência e desigualdade sociais.

Para entender as trajetórias de cada sujeito e suas opções (ou falta de) retomou-se as histórias narradas e nestas é possível destacar diversas manifestações de violência estrutural que se fizeram presentes em suas vidas como um fio condutor. Será dado destaque a elementos considerados fundamentais para dar sentido às histórias narradas. Partiu-se do pressuposto que está sendo analisado as trajetórias de sujeitos marcados por uma história de violência e que são socialmente reconhecidos como vilões. Na realidade, porém, são jovens que muito cedo se defrontaram com as diversas expressões da violência estrutural, em especial aquelas que se apresentam nos interstícios institucionais do Estado.

Segue-se então, a narrativa em separado as histórias de cada um dos 4 jovens que participaram da pesquisa. Os nomes são fictícios de maneira a preservar a identidade dos informantes.

4.3.1 Neto

Neto tem 23 anos, completou o 2º grau e reside em Ribeirão Preto.

É o mais velho de uma *família nuclear* composta de pai, mãe e uma irmã. Atualmente, está namorando.

Quando concedeu a entrevista ele não estava *trabalhando*. A sua sustentação econômica se dava pelo envolvimento com o mundo do crime e devido a isto estava 'escondido' da polícia.

Informalmente admitiu seu *envolvimento com o crime*, embora na entrevista tenha evitado tratar do assunto e também sobre os rendimentos auferidos.

A sua fala enfatizou mais a passagem pela FEBEM nos anos de 2003 e 2004. Embora isto tenha trazido algumas lacunas referentes à infância, juventude, por outro lado, acabou sendo uma entrevista muito rica, pois ele teve a experiência de ser internado em várias unidades, inclusive fora do Complexo FEBEM de Ribeirão Preto e, isto talvez, permita inferir que o jovem está imerso num universo repleto de violências que ele acabou por naturalizar e reproduzir.

Este jovem tem em comum com os outros entrevistados, o fato de ter sofrido humilhações durante as 'intervenções', violências físicas e psicológicas. Além disso,

sofreu as torturas institucionais em Ribeirão Preto e em outras unidades da FEBEM no estado de São Paulo.

Neto se *envolveu com o tráfico* desde muito cedo: aos 15 anos foi sentenciado com a medida sócio educativa de internação, mas antes disto já havia cumprido medida sócio educativa de prestação de serviço à comunidade. As infrações estiveram sempre relacionadas a roubos ou assaltos, estes já com a utilização de armas de fogo; aparentemente, o jovem não tem ligação direta com o narcotráfico.

A primeira medida sócio educativa foi cumprida num posto de saúde e ele também retornou aos estudos. Depois de um tempo, *tendo permanecido com atividades ilícitas*, foi sentenciado com a medida de internação e ficou três dias na FEBEM; na segunda vez cumpriu mais de um ano e saiu da unidade com 19 anos.

Durante o tempo que esteve internado na unidade de Ribeirão Preto ele recebia visitas da família, mas quando foi transferido, após uma rebelião, para a unidade de Avaré, ficou sem a visita dos familiares, pois esta não era permitida; segundo seu depoimento a proibição das visitas se deu porque os jovens que haviam sido transferidos estavam sendo submetidos a graves torturas.

Durante sua estada na FEBEM de Ribeirão Preto *vivenciou as intervenções mais violentas e sofreu torturas*, conforme ele mesmo relata, o que vai ao encontro dos documentos do Ministério Público de Ribeirão, citados por Cintra³⁵ (2006) e descritos no capítulo 3 deste trabalho.

Após a passagem pela FEBEM, formalmente, diz ter saído das atividades ilícitas e que agora vai estudar radiologia (como dizia seu colega da época da FEBEM) e que vai “mudar de vida” e ajudar sua família.

Convidado a falar sua história, o jovem foi bastante reticente e não tratou quase nada do período da infância. No entanto, *alega que sua entrada no mundo do crime deve-se às questões financeiras*, pois queria ajudar a família, preocupava-se especialmente com a irmãzinha que é bem mais nova que ele.

Eu não sou da parte média, sou da baixa, né? Sou da classe baixa, de baixa renda, porque da forma que eu vivo, se eu fosse da classe média, assim pra mim, nunca eu ia ta na vida que fiz, nunca eu ia fazê o que eu fiz.

³⁵ É um relevante trabalho de graduação (TCC) cujo título é ‘Violência e Resistência: o grupo AMAR na luta pela efetivação dos direitos do adolescente autor de ato infracional’, este trabalho traz à tona as condições materiais e pedagógicas da FEBEM assim como, o contínuo esforço do MP para efetivar o ECA na instituição.

Agora eu já vejo os que ta... Eu me envolvi com o crime na parte, assim, mais financeira... [...] Só queria ver meu pai, minha mãe, minha irmã... minha irmã tava começando a vida, tava nascendo naqueles tempo a minha irmãzinha... e nós não tinha condição financeira.. queria melhorar, mas infelizmente eu acabei piorando.. Queria melhorá a vida! (Neto)

Na segunda internação na FEBEM ficou 1 ano e 1 mês e passou por duas unidades diferentes em Ribeirão Preto, a Unidade Rio Pardo e a Unidade de Internação de Ribeirão Preto, conhecida como “antigo Pavilhão”. Neto, quando ocorreu a intervenção dos funcionários de segurança da FEBEM conhecidos como Choquinho, foi torturado e ficou com muitos hematomas pelo corpo; fala também do sentimento que o acompanhou no momento que estava sendo torturado:

Quando veio os funcionário de São Paulo pra cá, só veio pra fazer a intervenção, intervenção assim de forma agressiva... Chegou junto com o choque... falando pra ficar lá na quadra lá... pelado e começou a agredir... só alguns ficou de cueca, os outro pelados... e começou a agredir, começou a falar que é de São Paulo, que a casa é deles , que ia mudar a forma e só assim pra amedrontar mesmo. Houve violência física nas três unidades naquela época. [...] é só ódio. O que você sente ali, que ta na mão deles, sendo torturado na mão deles. [...] no momento, ali, passa muita coisa na cabeça... se ta sendo torturado, se ta apanhando, ninguém gosta de ficar nesta situação. As vezes passa na cabeça: eu to apanhando aqui; amanhã eles pode tá trabalhando junto com nós lá dentro... (NETO)

Quando foi indagado sobre os objetivos da FEBEM, o jovem demonstrou muita *clareza para discernir as proposições formais da instituição e sua real atuação*: afirma que esta não possibilita ao jovem melhorar, com exceção de alguns funcionários que, em sua opinião, são bons e contribuem com os jovens.

Eles dizem é... é tipo.. como se fala essa palavra... Pra tirar assim a malandragem... tipo arruma a vida deles.. coloca na sociedade de novo, retoma a sociedade, que eles falam! Mas não tem como!... Se ele tá ali dentro, eles vão tá te torturando, te humilhando... Se não tem como... eles não tão te ajudando a voltar para a sociedade. Eles tão é te piorando. Porque eles não está demonstrando que eles ta no meio da sociedade. Mas só piorando, só trazendo ódio... Vai tá apanhando ali, apanhando.. se vai saí com “mó” ódio e se vai faze besteira.. Agora tem uns que te ajuda, conversa.. [...] na parte educativa ali... não vou generalizar, não vou... eu já conheci umas que ajudam bastante. [...] Era bom, a gente conversava, entrava ali dentro, a gente sentava a e conversava. Mas tinha uns assim, que enxergava nós de outra forma. [...] que nem naquela época que inauguramo a unidade, era funcionário novo. Eles tinha medo de chegar perto. (Neto)

A violência praticada na FEBEM, em especial as intervenções como ocorreu em 2003, na opinião do jovem, não são ações desconhecidas dos centros de decisão do Estado, aliás, pelo contrário:

Num tem como, num tem como ser desconhecido, não tem como... Pra acontecer numa unidade tem que ser autorizado pelo governador ... geral, vai vindo de cima até chegar embaixo e acontecer... (Neto)

Quando ocorreu a intervenção em Ribeirão Preto, Neto foi transferido para Avaré e depois para Unidade de Tatuapé onde foi torturado por dias seguidos:

Ah! Agressão física assim... Nós chegamos lá umas 4 horas da manhã. Os funcionários já tava esperando com pedaço de pau na mão. Tava uns 8 ou 10 funcionário com pedaço de pau na mão. A salinha era pequeninha... entrava uns 5 funcionário e começava... porque não entrava todos nesta sala, entrava alguns, aí saía, entrava os outro. E nós de pé de frente com eles no canto da parede, Chegamos, eles falo pra nós arranca a roupa e fica só de cueca... e foi só paulada, só! Soco, chute... e paulada... não tinha nem psicológico, era já agressivo mesmo, só físico! Nós apanhamos a madrugada inteira. Deu 6 hora, os funcionários pois nós pelado na quadra debaixo de uma água gelada pra sair os hematoma, deu sabão pra nós fica se esfregando e depois passá pomada... (Neto)

É interessante mostrar no relato de Neto, a atuação dos profissionais da FEBEM: muitos atuando com violência e desrespeito não só à condição peculiar de desenvolvimento dos jovens, mas também aos direitos humanos; outros conversando com os jovens e tentando confortá-los ou mesmo denunciar junto ao ministério público, as violências praticadas ali dentro. É o caso da funcionária que fez a denúncia, na Unidade São Paulo, e que possibilitou ao jovem explicitar junto às autoridades os maus tratos sofridos.

Quando foi chamado a depor, mesmo tendo sido ameaçado de sofrer novas torturas por funcionários, o jovem garantiu, corajosamente, a segurança dele e de outros jovens quando *denunciou as torturas* e, teve junto ao Ministério Público de Ribeirão Preto, o apoio e colaboração necessários para que fossem transferidos de unidade e conseguissem escapar dos espancamentos. É de grande relevância destacar importância do Ministério Público e do Poder judiciário no caso relatado:

Teve uma funcionária, que na chegada da troca de plantão, viu assim que nós tava apanhando a madrugada inteira ... Essa funcionária na troca de plantão viu, ela denunciou. Eu fiquei sabendo que foi uma funcionária quando eu fui para o Fórum. Quando tava indo para o fórum, falô pra gente:

se mostrá os hematoma, se falá pro promotor, nós ia apanhá dobrado quando chegasse na Unidade. E nós ia te que saí do fórum e voltá pra Unidade... No momento eu falei que não era pra fala porque nós ia vortá pra unidade e nós ia sê mais torturado.. Então, nós entrô com objetivo de não falar nada. Só que não tinha como, eu tava com o olho roxo.. Cheguei lá e perguntaram: o que é isto aí? E os funcionário da UE5 falô pra nós falá que tinha chegado lá assim, com este hematoma, lá de Avaré.. Aí, eu falei. Aí ele falô: não, pode falar a verdade que nós temo a denúncia de lá... Aí eu perguntei: e vocês não fizeram nada, não tomaram nenhuma providência? O Fórum respondeu: Não, é que nós não temo as prova ainda. Aí, eu vi assim... eu fiquei com um ódio na hora, que eu falei. E o que eu passei lá dentro, todos estão passando. Então comecei a mostrar as marcas na costas, nos braços... aí eu chamei o adolescente que tava com mais hematoma que eu e ele mostro! Porque antes de falar, eu falei: eu vô contar o que está acontecendo se ocê me der garantia que vai me tirar daquela unidade. Aí ele falô que ia me tirá daquela unidade. (Neto)

Para que o adolescente concordasse em falar foi preciso que o Promotor Público de Ribeirão, que era alguém conhecido e respeitado pelo jovem interviesse, confirmando que poderia falar a verdade na presença do juiz, e que este, por sua vez tinha um trabalho comprometido com os direitos dos adolescentes. E realmente, depois da denúncia feita, todos os jovens foram transferidos de Unidade e, apesar de permanecerem em São Paulo, não sofreram mais agressões.

No atendimento individualizado na FEBEM, o setor técnico acompanha o jovem na instituição, emite relatório técnico ao juiz conforme a solicitação deste ou, nos prazos já previstos; tem a possibilidade de adentrar-se mais ao universo do jovem e de sua família e, com isto, estabelecer um maior vínculo, para criar as condições para efetivar ações sócio educativas. No entanto, para que isto ocorra, a relação de confiança é fundamental.

O jovem, no início da segunda passagem pela FEBEM (Ribeirão Preto), disse ter confiado em uma profissional (técnica) e contado realmente o que pretendia fazer quando foi apanhado pela polícia. A profissional relatou ao juiz as informações que obtivera; tais elementos foram incorporados ao processo para definição da sentença.

Neste processo de desenvolvimento de vínculo, essa profissional acabou por desenvolver a desconfiança do jovem com relação aos profissionais que o atendiam. O reflexo deste ato profissional, aparentemente legal, dissolveu possíveis laços de confiança entre eles e, portanto, dissipou possibilidades de conhecimento da real condição na qual o jovem se encontrava; sua sinceridade foi substituída pelo silêncio sobre os fatos seguintes.

Na minha segunda passagem pela FEBEM, eu cheguei assim... não tinha experiência nenhuma com FEBEM, nada... Fui e confiei numa assistente daqui... referente a infração que eu fiz que não tinha prova.. Eu falei pra ela: fui ouvido no fórum, agora pra você, você tá aqui e não vai me julgar, você não vai me condenar, então eu posso falar: eu ia roubá mesmo! Ela anotou tudo no prontuário e mandou pro juiz... (Neto)

Ainda no que diz respeito ao trabalho de profissionais, o rapaz aponta algo extremamente grave na conduta de uma outra profissional que o acompanhou na Unidade de São Paulo. Segundo sua afirmação, a profissional ao invés de encaminhar aos órgãos responsáveis as denúncias de maus tratos que estavam ocorrendo dentro da instituição, o expôs perante o funcionário que era responsável pela agressão.

[...] tem técnico que ajuda...eu tive a experiência de técnico prejudicá, que nem ocorreu em São Paulo, que me prejudicô. Tava tendo maus trato lá e eu fui fala pra técnica, que foi, chamou o funcionário e falô tudo, que eu tava tentando arrasta ele... Então me prejudicou. Ele [o funcionário] havia me dito que não era pra mim tá falando nada pra ela, porque se eu falasse, eles são tudo unido, ela ia contar pra eles... Eu não acreditei. Fui e falei tudo o que estava acontecendo dos maus tratos pra ela, pra vê se ela ia tá ajudando ali dentro e ela foi e chamo o funcionário e falo que eu tava tentando arrasta ele... (Neto)

Quando os direitos dos jovens eram desrespeitados, os profissionais que atuavam na FEBEM tinham que fazer uma opção política: defender o projeto institucional ou respeitar o seu código de ética e a legislação de defesa destes jovens (Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal).

A identificação da melhor estratégia de luta nas diversas situações que se configuram no espaço institucional requer leitura primorosa da realidade de forma a implementar a melhor opção para o processo de desenvolvimento do jovem pois, é este o maior e principal envolvido que deve ter primazia frente aos objetivos a serem atingidos. No próximo relato do jovem, notamos a diferença com o estabelecimento de vínculos positivos, os quais, inclusive, possibilitaram a coleta destes dados para a execução da pesquisa de campo.

Com você, já tipo...era melhor, que eu te conhecia antes de você ser minha técnica dali. [...] Aí depois, nós conversamos e aí eu fui encontrar você na outra unidade, na Ribeirão, lá em cima. Ali passou a conversar melhor, já de conviver tinha! Passei a ter uma confiança em você! Nunca me prejudico, só tentava me ajudar. (Neto)

A fala a seguir confirma a percepção dos jovens quanto às diferentes condutas profissionais e ao vínculo (confiança e interesse) que estes possuem ou não, e que são identificados pelos adolescentes:

Ah! Percebe!...Percebe. Aqueles que não tá nem aí, que nem eu tive a H no pavilhão lá, também nem ligava pra mim tá saindo dali pra mim conversar com ela. Porque se eu via que eu tava conversando com ela não tava adiantando nem nada, mal dava atenção pra mim, porque eu ia lá ficá conversando com ela?Nem perdia meu tempo de ir falar com ela. (Neto)

Ele *projeta para o futuro* o desejo de não estar envolvido com ações ilícitas, talvez até como situação ideal. Pensa em retornar os estudos, fazer curso de radiologia, e conta com a presença da mãe:

Graças a Deus eu terminei minha escola... terminei... agora to querendo começar a fazer o curso de radiologia. Minha mãe também superou, agora ta mais experiente, acabou a escola dela... agora minha mãe faz enfermagem e eu pretendo fazer radiologia. Hoje assim, nós já ta com uma experiência melhor, nós tem uma visão de vida melhor... Porque antes minha visão era roubar, tentar melhorar na forma do crime... hoje minha visão é diferente. (Neto)

O curso de radiologia e a mãe enfermeira, aparentemente, não são, de fato, partes da realidade do jovem. O curso e a condição de enfermeira da mãe aparentam ser histórias que foram apropriadas pelo jovem e que se reportam às condições e planos de outro jovem, também conhecido pela pesquisadora. Pode tratar-se de coincidência ou da necessidade de aparentar um caminhar fora do universo dos crimes.

O maior sonho de Neto era se tornar jogador de futebol, mas admite que agora não tem mais condições para tal. Ainda assim, o futebol é seu esporte favorito e a sua forma de lazer. Quanto ao passado, diz que só quer esquecer tudo o que passou quando esteve internado nas unidades da FEBEM:

Não é porque não aconteceu assim de tá virando jogador, assim, um sonho desde moleque, que eu vou parar.. O futebol agora é mais lazer, esporte, distração... eu gosto. Num tenho notícias... e nem pretendo...pretendo esquecer o passado... isso tudo. (Neto)

Neto sempre quis ser um *jogador profissional*. Seu talento era reconhecido por profissionais da área e sua trajetória esportiva em muito foi prejudicada (e talvez, inviabilizada) pelo envolvimento no mundo dos crimes.

Neto veio para entrevista com vestes impecáveis, com tênis de grife; demonstrou acesso a um tipo de consumo que a sua condição de classe não possibilitaria, senão via atos ilícitos. Ao final, falou do desejo de possuir motos caríssimas cujos preços somente os ricos podem pagar. É importante destacar que hoje, suas ações não são mais julgadas como atos infracionais mas, crimes contra o patrimônio ou contra a vida, devido sua maioridade penal.

Seu envolvimento com a criminalidade apresenta-se diferente dos outros entrevistados: Neto não se expõe na venda de drogas ou em crimes que geram pouco lucro e grande risco; seu perfil e falas denunciam um jovem audacioso, que busca altos rendimentos para obtenção do que considera necessário à reprodução da vida e dos desejos de consumo, implícitos em sua conduta, naturalizados como necessidades imprescindíveis ao ser, por considerar imprescindíveis são buscadas e naturalizadas como tal.

4.3.2 Junior

Junior atualmente tem 23 anos e reside no município de Franca. Coursou 2º grau completo e mantém união estável com uma jovem de 17 anos. Cumpriu medida sócio-educativa de *internação por homicídio* no ano de 2003. Hoje, para se manter recorre às atividades ilegais do tráfico.

Até os 08 anos de idade Junior *residia com os três irmãos e os pais*, que se separaram devido a problemas relativos ao alcoolismo paterno e as consecutivas brigas entre o casal.

O jovem *foi residir com a avó e o tio paternos*, devido às freqüentes surras que a mãe lhe dava e que provocava sentimento de intensa revolta; Junior entendia que as surras eram sem motivo.

Atualmente, é visitado pela mãe todos os meses, só não mantém contatos freqüentes com os irmãos, um mais velho e outros dois mais novos que ele. O motivo do desentendimento com a mãe se torna mais explícito quando esta deixa de residir na mesma cidade que a avó:

[...] Eu não gostava muito...quando eu era pequeno ela me batia muito, aí eu já...quando foi pra lá...ela me levou, e eu fui de dia lá e fui morar com a minha avó. [...] Ah... que eu me lembro era só ne mim, que na época eu era o mai véio, esse irmão de 27 ano morava em São Paulo...aí só ne mim...neles ela não batia não. (Junior)

Os ressentimentos expressos na idade adulta e o medo constante de conflito com a mãe faz com que ele tenha pouco contato, o que acaba por evidenciar a falta de apoio no âmbito familiar.

Ah... raramente, porque eu nem procuro ficar indo lá, muito...na minha mãe também, nói não combina muito, aí eu fico mais na minha casa memo. Mas todo mês assim... vê... não eles né, mas minha mãe eu vejo. (Junior)

O jovem afirma que as freqüentes surras o deixavam muito revoltado: “Nossa! E como! Muito! Sem faze nada eu apanhava...”. Relatou que acha que bater numa criança não é positivo: “Ah...eu acho que não!”. E que ‘jamais’ baterá em seu filho, que hoje tem dois anos e meio.

Atualmente o jovem é casado com uma moça de 17 anos e, paga regularmente a pensão alimentícia para o filho por quem demonstra grande apego afetivo e que é fruto de uma relação anterior.

Junior *começou a trabalhar aos 12 anos* de idade na guarda mirim para prover seu próprio sustento, ter seus pertences pessoais e ajudar na casa, ao mesmo tempo em que estudava no período noturno.

Desde os 12 ano trabaivava na guarda mirim...aí depois trabaiei numa marcenaria...aí depois, fui...desiludindo...aí, viro o que viro. Ajudava em casa, e um pouco dava pa comprar umas roupa. (Junior)

Brincava com os colegas de escola jogando futebol durante o período de recreação. Futebol foi o único esporte que o jovem mencionou ter feito, que serviu também, num *contexto desprovido de acessos aos equipamentos públicos*, como única fonte de lazer.

Depois trabalhou em oficina de marcenaria e com a confecção de sapatos, onde disse ter acumulado algum conhecimento sobre o processo de produção do produto.

Marcenaria, sapato... eu trabaiei na fábrica com sapato... eu tenho noção de muita coisa na fábrica de sapato! Ah... faz tempo! Quando eu fui preso, assim...eu trabaia na fábrica já. Aí, depois eu saí, trabaiei 1 ano e 8 mês numa fábrica, depois trabaiei na outra fábrica e aí, depois, eu arrumei só um bico e não arrumei mais serviço. (Junior)

Aos 17 anos cometeu um ato infracional que mudou sua vida e seus relacionamentos no âmbito familiar e social. A mudança se deu a partir do momento em que houve uma briga entre ele e outro rapaz e este o agrediu fisicamente. Este fato desencadeou o retorno do sentimento de revolta, da indignação, em outros termos, deu visibilidade ao seu perfil aparentemente insubmisso e já marcado por traumas de outras agressões.

Na eminência de acontecer um novo confronto com o jovem que o havia agredido, sem como se proteger sozinho, o jovem comprou uma arma de fogo. Ao se defrontar com seu oponente, antes que uma nova agressão se concretizasse, o jovem disparou a arma, matando-o no meio da via pública.

O ato infracional é considerado pelo jovem como um erro:

[...] eu tinha comprado um já fazia alguns dia...aí, o cara me bateu...eu não aceitava apanhar, aí depois duns mês eu encontrei ele num lugar, ele queria me bater, aí eu saí primeiro e matei ele. [...] O primeiro erro foi um homicídio mesmo. O cara me bateu, fui e matei ele. Aí, depois disso fui preso... depois não arrumei mais serviço [...]. (Junior)

Durante a entrevista, o jovem demonstrou profundo remorso e arrependimento do erro impossível de ser corrigido; *apesar de ter cumprido a medida sócio-educativa de privação de liberdade, não consegue uma verdadeira libertação, pois o remorso o acompanha.*

O jovem foi julgado e punido por seu ato pelo juizado da vara da infância e juventude, cuja sentença foi a medida sócio educativa de privação de liberdade. Esta foi efetivada pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, atualmente renomeada com o nome de Fundação Casa. Cumpriu 1 ano e oito dias e depois pode sair da FEBEM, pois teve bom comportamento e desenvolveu boas relações interpessoais durante o período de internação; o resultado foi um relatório técnico (informativo) positivo que contribuiu para o encurtamento do tempo de permanência na instituição.

O jovem afirma de forma convincente seu arrependimento pelo ato infracional e que, se pudesse fazer o tempo regredir resolveria de forma diferente: aceitaria o desafio de brigar, mas que não teria coragem para fazer novamente o que fez.

Eu acho que eu brigava mais, mas num... sem coragem de fazer isso mais não! [...] Eu errei... se pudesse... o pior momento foi pelo erro, mudou muita coisa na minha vida. Foi a consequência... mais eu arrependo mais do que eu fiz mesmo. Mudou demais minha vida. Pior. [...] eu sinto muito né. Acho que aconteceu muita coisa de errado comigo só comigo... eu sinto assim. Depois disso... antes, era tudo de bom... acontecia muita coisa boa antes, pra mim, tudo... tudo, tudo, tudo... tudo dava certo. Hoje, nada dá certo, nada. Nem nesse mundo que eu to vivendo não dá certo. (Junior)

Relata que tudo mudou depois do erro cometido, que as pessoas são diferentes nas relações, que a *discriminação ocorre até mesmo na própria família*.

Ah... eu perdi tudo né... naquele momento ali... depois desse dia a minha vida não é a mesma... nem as pessoas é do mesmo jeito, nem da família. Sabe mas... discrimina muito. Nem me apoia em nada não. Num me ajuda também... é eu e Deus, sozinho. Que eles tem até casa... nem deixa eu morar na casa deles, também em algum lugar, tem que pagar aluguel, me virar. (Junior)

As oportunidades de emprego foram quase inexistentes depois da internação, mas, ainda assim, conseguiu uma vaga e trabalhou na confecção de sapatos por um ano e oito meses junto ao sogro; depois disso, só conseguiu fazer um “bico” por três meses e não encontrou mais trabalho formal, mesmo que terceirizado.

O jovem fala que não quer voltar a trabalhar na confecção de sapatos na indústria calçadista do pólo de Franca. Argumenta que o salário auferido neste ramo de atividade é algo injusto e insuficiente para a manutenção da casa.

Ah... é muita humilhação pra ganhar muito pouco, eu tenho até profissão, sou ‘braqueador’ mas, é muito pouco! Ce guenta muita coisa ali, agora, numa fábrica de sola é melhor... num curtume... esses que é os lugares bons assim de... tentar alguma coisa assim, um curso também... de mecânica... ou de torneiro mecânico, se acha coisa boa né... mas isso também é muito caro pra pagar um curso desse. (Junior)

O jovem manifesta desejo de alterar o rumo de sua trajetória de vida; pensa em preparar-se para o mercado de trabalho e assim poder inserir-se de forma diferenciada na comunidade e no seu município de origem. O desejo manifesto está distante de suas possibilidades concretas e parece não poder contar com o apoio da

família. Tais elementos somam-se e aumentam suas dificuldades, *seu desânimo, sua baixa estima; aumentam sua fixação em hábitos que colaboram fundamentalmente para a sua reprodução por meio do tráfico de drogas*; permanece, pois como que *acorrentado às condições* em que se encontra.

Não basta ao jovem um trabalho, é necessário pensar a existência de satisfação pessoal na execução da atividade, principalmente, quando se trata de jovens em fase de descobertas, sem fontes de lazer, de cultura, de orientação, apoio e de condições materiais.

Condições “de”, este é o ponto chave. A ausência de condições de: desenvolvimento profissional e pessoal; de perspectivas de um futuro melhor, de conseguir mudar as condições de reprodução da vida. É o que se destaca na trajetória de Junior: sem condições de mudar, sem ajuda, sem quase ninguém para orientá-lo e fortalecê-lo, permanece atuando naquilo que de fato a realidade lhe oferece: o mundo do tráfico.

Ah... eu vou procurar né... eu já tava pensando nisso já faz um tempo. E antes da Sra aparecê! Sempre eu procurava mas, ta difícil... não quero trabaiaá com negócio de sapato. Eu queria trabaiaá com negócio que me desse um dinheiro, porque também, pra mim trabaiaá e ganhar pouca coisa, aí eu sei que vou trabaiaá e na hora que eu saí do expediente, eu vou ter que faze... se não, não dá conta. (Junior)

Atualmente, o jovem “trabalha” como vendedor de drogas e atinge uma renda que varia em torno de R\$ 1.300,00. Relata que sua vida é difícil. Nas palavras do jovem, viver do tráfico é uma situação que lhe causa:

Sofrimento... entrando correndo, desespero, em tempo de i preso vendendo droga. Maconha...pedra... vendo de tudo mas não dá pá tirar muito não. (Junior)

Existe no jovem, a consciência da necessidade de suprir suas necessidades básicas por meio do trabalho, mas há também, a consciência da exploração do trabalho terceirizado na indústria calçadista, que paga baixíssimos salários; a consciência da necessidade de complementação da renda com este tipo de trabalho formal - terceirizado, que destitui a maioria dos direitos trabalhistas.

O tráfico torna-se não uma alternativa, mas, a única possibilidade exequível de manter-se financeiramente e, dignamente, segundo os padrões de consumo,

tidos pela sociedade e por este jovem como natural e fundamental para uma vida digna. Diante dos fatos concretos, é possível entender que se torna inerente à manutenção da vida desse jovem a atividade do tráfico, neste dado contexto social e histórico. O jovem realiza e entende este trabalho, o trabalho de 'traficar', como sendo uma necessidade, ao considerar as despesas a serem supridas: a manutenção da casa, da companheira, suas próprias e do filho:

Por precisão memo. Vamo supor que se eu tivesse uma oportunidade assim... melhor, eu já tava abraçando... mai é porque não tem memo. Vai trabaiaá, eles só quer pagar 300, 400 real... como é que vai sustentar uma família assim! Com compra, aluguel, tudo né...é difícil, não é fácil não! Nossa! Tem vez que eu não consigo pagar minha pensão, atraso 3 mês, 4 mês, vai quase preso! [...]ele prende memo... porque é fio né... tem que tratar do fio memo.Ta difícil... ficava nossa... antes era fácil, mas depois que eu tive família, morar junto, é muita conta... junta... vai juntando tudo. Igual, eu não gosto que a minha mulher trabalha, porque eu tenho um pouco de ciúme também... (risos) porque ela, ela não é feia né... aí, trabaiaá igual que... sapato... tudo cara....eu já trabaiei dentro de fábrica, eu sei, é só nego sem vergonha. Se ela quer uma roupa, eu tenho que pagá...não acho ruim mas, eu tenho que pagá. Eu tenho que me virá, então, isso não dá como... isso tem hora, ainda mái ropa de muié, um pedacinho de ropa é caro... tem que pagá não sei quantos mil... (risos) pelo amor de Deus... não dá conta não...(Junior)

Sobre seu *período de internação*, este foi *conturbado*, devido aos vários *momentos* em que houve *violência institucional*, chamada pela instituição de "intervenção". Apesar das experiências negativas vivenciadas na FEBEM, o jovem considera que a escola era boa e os relacionamentos razoáveis, mas que, foram se transformando com o tempo a partir das intervenções.

Eles corto demais as nossas coisas né.. .ninguém podia faze nada...tinha televisão, e eles tiraram a televisão. Tinha muitas coisa e a gente não podia faze nada né! Tinha que andar com as mão pra trás, uma coisa que a gente não fazia, e se você esquecesse, eles batia... (Junior)

Um dos funcionários da Instituição, o coordenador pedagógico da Unidade de Internação, era visto por Júnior como um profissional pacífico, com condutas educativas, porém, nos momentos de intervenção ele revelou sua face autoritária e destrutiva:

Mudou... tava parecendo um monstro! Ainda mais no dia dessa intervenção. Tinha um monte de gente, que era tudo calma, tava parecendo monstro... fez todo mundo ficar pelado... bateu nos mais assim... até ficar com o corpo

tudo roxo... teve uns lá que... nossa! Espancaram... teve um lá que era sossegado, tava indo até na igreja... espancou também tamém, por causa que quando ele chegou lá, ele era arteiro... espancou um monte de gente! (Junior)

Durante as intervenções institucionais, justificadas como processo de retomada do controle da unidade, o jovem foi submetido, assim como todos os outros adolescentes que cumpriam medida sócio educativa de internação, a uma série de atos que contrariam as orientações de qualquer processo educativo.

Eu memo, dei sorte de não apanhá mas se eu apanhá, eu acho até que eu revido na hora. Vou apanhar mais! Porque é uma humilhação... pra quê batê! Já ta preso ali... não tem direito de nada e vai apanhá ainda! Eu acho que não precisava disso não. É uma brutalidade. (Junior)

O jovem relatou a violência institucional vivida, o vexame, a humilhação, a pressão psicológica trazidos pelas mãos da própria instituição que deveria protegê-lo e que registra, historicamente, seu traço anti-educativo e reprodutor da violência estrutural. Junior aparenta não se dar conta da gravidade da 'intervenção institucional', da sua violência e do caráter ilegal das ações institucionais, chegando mesmo a atribuir somente ao diretor a responsabilidade por tal conduta; é como se o jovem se recusasse a apreender a violência da instituição como algo orquestrado organicamente e atribuísse tal conduta a procedimentos individuais.

Acho que é só do diretor né... ou do juiz né... mas não é possível...acho que só do diretor...na época, eu acho que o seu Aduato [coordenador pedagógico] que autorizo memo. Porque ele entrava lá...em nosso modo então, nós não tinha feito nada! Começo um barulho no módulo de cima, aí, nós não sabemo o que tava acontecendo, aí, ele chegou no nosso módulo lá e falou pa todo mundo entrá, e todo mundo respeito. Alguns nem queria entra né, já sabia que ia apanha. Eu memo era um desse, que eu já sabia que ia apanha, eu não queria entra não.Aí, nós entro numa reunião entre os menor, e falo: "então vamo entra". Aí, nós entro, não fez nada, nós não...coisô nada, aí chegou e deixou nós trancado lá um tempão, nem déro comida, aí chego mais de 11 e meia da noite, eu acho que 11 e meia... eu acho até que era no dia 7 de junho.. .eu acho... ou julho, foi no dia que eu... até lembro o filme que tava passando, era o Gladiador... nói começo a primeira parte aí chegou... falano pa todo mundo tirá a roupa, já batendo num tanto de gente já...fez isso aí... (Junior)

Em seu depoimento, o jovem afirma que *a vivência do cumprimento da medida sócio educativa de internação foi sua pior experiência de vida, o pior momento da sua vida*. O jovem percebe que o técnico designado a acompanhá-lo

quando esteve internado, não conseguiu produzir, significativamente, reflexões que pudessem orientá-lo ou ajudá-lo fora dos muros da instituição. Tanto é que, Junior não se lembra do nome dos técnicos que o acompanharam, e mais do que isto, refere-se apenas a uma funcionária (agente de educação-segunda fala) que considerava que “trocava boas idéias”.

Assim... mudou... ah, ajudava, conversava né... falava como é que a gente tinha que se...naquele ambiente, fazia saí mais rápido né! Isso ajudou né! Mas...mudá minha cabeça... Idéia assim... só a senhora memo que trocava uma idéia legal assim... a senhora lembra que eu até ficava de canto... [pára o relato} (Junior)

Junior, atualmente, tem como lazer esporádico a ida à churrascaria com a esposa, de vez em quando, quando o orçamento permite tal “regalia”.

Depois de um tempo de realizada a entrevista, a autora deste trabalho, encontrou-o no bairro onde reside; percebeu que o jovem havia emagrecido demais, num curto espaço de tempo e, levanta a hipótese de Junior ter se tornado um usuário de crack. Frente a sua trajetória de vida a pesquisadora relembra a história da solidão que o jovem relatou e, a autodestruição impressa pela droga pode significar, portanto, o estado depressivo, a exaustão de uma vida cheia de violências e sofrimentos; a desistência de viver.

4.3.3 Lucas

Lucas tem 22 anos, estudou até a 8ª série, reside no município de Ribeirão Preto, possui união estável com uma moça há 7 anos. É o caçula de uma família nuclear numerosa: o pai, a mãe e nove irmãos, estes agora já crescidos.

Atualmente trabalha em dois empregos: numa loja de materiais elétricos durante o dia e, à noite é entregador de pizza; sua esposa³⁶ faz fretes com um automóvel utilitário que compraram para este fim e que estão ainda terminando o pagamento. Residem numa casa cedida pela cunhada que é também a dona da loja onde trabalha. Juntos, a esposa e ele, auferem uma renda de 2500 a 3000 reais.

³⁶ A esposa que observava desconfiada a entrevista foi convidada a participar e contribuir. Suas intervenções foram substanciais, quando o ciúme se dissipou, e se integraram de forma fundamental à recuperação cronológica dos fatos, assim como, reafirmou a todo momento a posição incentivadora e acolhedora de sua família, conforme foi relatado pelo sujeito desta pesquisa.

Lucas se *envolveu com o tráfico* aos 14 anos e passou a vender todo tipo de droga: maconha, cocaína, pedra (crack); no mesmo ano foi sentenciado como autor de ato infracional pela primeira vez e, a segunda vez dois anos depois. Da primeira vez se envolveu num *roubo de moto*, pois precisava comprar armas para proteger o ponto do tráfico; na segunda participou de uma briga entre Gangues e acabou soltando *tiros* que acertaram três pessoas.

Foi sentenciado a cumprir a medida sócio-educativa de internação já no seu primeiro ato infracional e cumpriu a medida na Unidade de Internação na Unidade da FEBEM de Ribeirão Preto, conhecida como Pavilhão, a qual é destinada aos jovens que cometeram atos infracionais graves ou, de alta periculosidade. Saiu após três meses.

Da segunda vez, já com 16 anos, cumpriu a medida na Unidade de Internação Provisória (UIP Ribeirão Preto) que é destinada, como o próprio nome diz, aos jovens que aguardam medida e cujo tempo de permanência na mesma não pode exceder 45 dias. O jovem cumpriu toda a medida nesta unidade, ficando internado 9 meses.

Durante o tempo de internação *teve o apoio da família* que o visitava regularmente e da namorada, sua atual esposa. Vivenciou duas intervenções *na FEBEM e sofreu diversos maus tratos*.

Após ter saído da FEBEM não se envolveu mais com o tráfico. Conseguiu trabalho com o apoio da família da esposa e segue com a companheira, cheio de planos para o futuro.

Convidado a narrar sua história, o jovem se reportou à família com muito carinho. Seu pai era pedreiro e sua mãe empregada doméstica; apesar das profissões modestas, os trabalhos de ambos sustentavam a casa. Os filhos iam crescendo e começavam a trabalhar desde muito cedo para ajudar no orçamento doméstico. Mas ainda assim, tratou da infância como tempo de brincadeiras:

Eu brincava bastante, não ficava trancado não! Brincava em casa e, de vez quando brincava na casa dos colegas também. Assim, na rua, minha mãe também não deixava não. [...] meu pai era bravo assim...mas nunca... ou,só uma vez ele pôs a mão em mim só... nunca mais relo pra bater em mim. Eu brincava de soltar pipa, de esconde-esconde... Aprendi... minha mãe me deu muita educação, meu pai também. Carinho eu sempre tive da mãe e do pai. [...] minha mãe nunca deixou eu faltar com o respeito com os outros, sempre mantendo a gente na linha, certinho. Aprendi bastante coisa na vida com eles. (Lucas)

Desde os 12 anos o pai levava para auxiliar nas obras como servente de pedreiro. Era uma forma de evitar que ele permanecesse muito tempo na rua e, ao mesmo tempo, contribuir com o orçamento doméstico. Aos 14, 15 anos, no entanto, o rendimento auferido era insuficiente para um jovem que já estava começando a sair à noite e a namorar.

Eu trabalhava assim, pra mim não ficar na rua, eu trabalhava com meu pai pra vê se conseguia ganhar um dinheirinho. Trabalhava de servente de pedreiro. Só que eu não pegava o dinheiro dele, eu deixava o dinheiro pra ele sustentar a casa, entendeu? As vezes, ele dava 20, 30 reais pra fazer alguma coisa, mas mesmo assim, 20, 30 reais se você saísse, gastava numa noite. (Lucas)

A escola, apesar de freqüentada não despertava nenhum interesse. Lucas coloca isto como um ponto muito negativo e diz que agora a escola está mais aberta e que tem outros recursos para motivar a criançada:

Eu não gostava não! Ficava ali na sala de aula, muita “encheção” de saco... Faltava mais aula de esporte, mais uma diversão... Você entrava lá e só estudava, não tinha mais nada o que fazê. De vez em quando tinha futebol e vôlei, só! Não tinha uma DAMA, não tinha um dominó, não tinha nada! Podia fazer umas gincanas, umas brincadeiras, você entendeu? Agora as escolas têm computador, agora está mais evoluído. (LUCAS)

Com pouco ou nenhum dinheiro, *sem opções de lazer ou esporte*, sem interesse pelo estudo e com os amigos de infância envolvidos com o narcotráfico, Lucas também seguiu a mesma trilha. *Aos 14 anos começou a vender todo tipo de droga* e, passou a fazer parte do que ele denomina de gangue e que é responsável pela distribuição de drogas num determinado território. As gangues têm que se proteger e cuidar deste território, o que envolve disputas acirradas entre elas, daí a necessidade de seus membros terem armas de fogo.

[...] a gente tentava pegar moto, carro, pra fazer rolo a troco de arma pra se proteger, né? [...] Tudo começou por causa das brigas... mas tinha o ponto de droga. A gente tinha que vende e eles [a outra gangue], se eles viesse dar tiro, a gente tinha como, a gente vendê ai, tinha como revidar. [...] eu me envolvi no mundo do crime, eu não usava droga... Meu objetivo era ganhar dinheiro, não era usar droga. (Lucas)

O roubo da moto era para conseguir comprar arma para defender o território de venda de droga do seu grupo; o envolvimento na briga e os disparos que acertaram as pessoas e o levou a ser sentenciado no segundo ato infracional também vieram da mesma causa: o envolvimento com o narcotráfico. Em dois anos a vida do jovem já havia mudado completamente.

A *internação* na Unidade da FEBEM pressupõe legalmente a possibilidade de reversão deste quadro, pois seu caráter sócio-educativo é claramente explicitado na letra da lei. Este período de internação é, no entanto, lembrado como o pior período de sua vida.

O pior período da minha infância foi quando eu fiquei preso lá [FEBEM]... a primeira e a segunda vez. Foi um ano perdido de minha vida. [...] Foi o período mais ruim da minha vida, que eu tive! Foi isso daí. Eu tava lá, todo dia eu queria ir embora... não tinha como. [...] varias vezes eu pensei em fugir, tive até oportunidade e não fui. Porque eu pensei: eu vou cumprir o que devo pra Justiça e vou sair daqui e não quero mais passar nunca mais num lugar deste. Depois de uns 5 meses eu passei a pensar assim. Aí eu fiquei lá até o dia de eu ir embora. (Lucas)

Indagado sobre o que teria marcado tão negativamente o seu período de internação, destacou: ver as situações extremas de carência de outros jovens e, as “*intervenções*” que para além dos *castigos físicos*, foram acima de tudo, *momentos de extrema humilhação*.

Ah, eu vi muitas coisas ruim lá... Gente que não tem nem o que comer... muitas vezes reparti minhas coisas de come com outros colegas que estavam no barraco. [...] Vi cara brigando por causa de comida... Passei por duas intervenção. Foi em 2003, eu tava lá. [...] Pra mim ...assim, eu acho que eles [funcionários da equipe de segurança] não são ser humano aqueles cara. Que eles não tem dó de ninguém. Eles batem em qualquer um, não quer saber quem fez, quem não fez. Eles entra pra arrebenhá. Acho que eles não são ser humano não... Tem que tê mais educação, entendeu? Acho que do jeito que eles entram e tratam as pessoas, a tendência de quem ta lá dentro é piorá, não melhorá! [...] Porque do jeito que eles faz, nunca vai melhorar nada, vai sempre piorar. A tendência de quem tá lá dentro, apanhar do outro na cara e levar borrachada nas costas, o cara vai sair de lá pior. Vai sair bem pior... Ele entrou lá, tá apanhando de um cara, ele é homem também, ele ta lá apanhando de um homem na cara e levando borrachada... ele vai sair pior! Entendeu? (Lucas)

Apesar da repressão o jovem reconhece que não encontrou só funcionários ruins e violentos, pelo contrário alguns procuram tratar bem e dar “bons conselhos”.

Aprendeu a fazer trabalhos manuais nas oficinas de artesanato, mas ainda assim, as falas positivas são mais curtas, pois rapidamente retoma as humilhações sofridas:

Aprendi bastante coisa boa lá dentro. Aprendi a lidar com as pessoa. Aprendi... como é que um negócio que eles fala lá na escola... cidadania... aprendi vários trabalhos de bijuteria... aprendi várias coisa boas lá! [...] Teve muitos que deu conselhos bons! Vamos supor, uma palavra assim, tipo: você acordou num dia assim, chatiado porque você está lá. Aí chega um pessoa e fala assim: o que você tem? Tudo bem? Que te dá um “bom dia!” Agora, tinha uns que não! Ele chegava lá e “vai vagabundo sem vergonha, vai levantá!” (Lucas)

Durante o tempo que ficou internado teve o apoio da família e da sua atual esposa que, no período era namorada. O jovem demonstrou profundo sentimento de gratidão e muito afeto por sua companheira, que o apoiou no período mais crítico de sua vida. Esta também participou da entrevista e falou das dificuldades deste período:

Até mesmo lá, muitas pessoas lá de dentro mesmo, funcionários... falava: olha, a gente vê que você é uma moça de família, tudo... que você está perdendo seu tempo porque ele vai sair daqui e vai ser uma pessoa pior, ele vai te usar.. mil coisa... E tinha também quem falava porque a gente tem 15 anos de diferença, eu com ele... Mas eu sempre falei pra ele: oh Lucas, independente de você sair daqui melhor ou pior, isto é uma bagagem que é pra sua vida... não adianta você fazer só para me agradar... Isto é uma coisa que tem que vir de dentro do coração de você querer mudar mesmo! (Lucas)

Ao sair da FEBEM determinado a não se envolver mais com o mundo do tráfico, ele deixou de residir no bairro de seus pais que moravam e que era próximo do local onde ele tinha o ponto de drogas. Com apoio da sua família e a da sua namorada, arranjou trabalho, constituiu união estável com a companheira e hoje, suas ações seguem rumo aos objetivos planejados para o futuro:

Quando eu saí de lá, eu decidi minha vida, né? Eu falei: eu não quero mais isso pra mim.... o que eu tinha no crime, eu dispensei tudo, joguei tudo fora, você entendeu? Eu não quis mais nada. Eu falei: daqui pra frente, eu vou começar do zero... Hoje eu tenho minha moto que eu comprei e paguei! Tenho o carro que a gente ta pagando! Futuramente, quando eu terminar de pagar esse carro, se Deus quiser, eu vou abrir minha empresa. Vou abrir uma transportadora. (Lucas)

A esposa, ao lado do jovem, fez questão de realçar sua capacidade empreendedora, seu esforço de trabalho (há anos ele trabalha no período diurno e

noturno) e, ao mesmo tempo, em que demonstrava respeito e afeto pelo seu companheiro.

A idéia surgiu dele, né? Os fretes que eu faço foi ele {...} Ele colocou a carretinha na moto...Ele fazia o transporte da mangueiras que hoje sou eu que faço, na hora do almoço dele e começou a ganhar dinheiro com isto {...} Aí comprou a saveiro e sou que faço .Então ele tem boas idéias...Ele é uma pessoa muito bacana.. uma pessoa muito carinhosa, não só comigo, com a mãe, com os irmãos, com os sobrinhos, com as pessoas, ele tem respeito por todo mundo! (Lucas)

4.3.4 Santiago

Santiago atualmente está com 22 anos, tem 2º grau completo e reside no município de Ribeirão Preto. Cumpriu medida sócio educativa de internação por *tráfico de drogas* e esteve internado na FEBEM no ano de 2004. Atualmente trabalha na empresa dos pais.

O jovem pertence a uma família nuclear composta por ele, o pai, a mãe, um irmão e uma irmã. São de uma *camada social de média* renda, portanto, um jovem diferenciado, principalmente, de dois dos outros entrevistados desta pesquisa (Neto e Junior) que não contam com o apoio financeiro de seus núcleos familiares diretos ou indiretos (consideramos núcleo direto a família biológica e, indireto a família das esposas dos jovens).

Quando era pequeno, seus pais saíam para trabalhar e o deixavam, junto com os irmãos, na casa de algum familiar ou com um dos vizinhos mais próximos.

Aos nove anos de idade Santiago já acompanhava o pai em suas atividades de trabalho, que consistia em fazer fretes para empresas.

Isso... sempre pra cima e pra baixo pa... ele sempre foi me ensinando sabe... pra gente também, quando crescesse virar um... sempre foi dano um caminho assim, entendeu... se quiser seguir bem, se não...aí ce vê o que você faz mas, eu to te mostrando o caminho, ce entendeu:Você vê o que você faz aí. (Santiago)

Por volta dos 13 anos, o jovem tinha um pouco mais de liberdade para brincar na rua de bicicleta, por exemplo, mas ainda sob o olhar atento da família.

Aí já... ia andar de bicicleta... mas sempre também com vizinho ou ia na casa de primo... aí já saía um pouco mais pra rua...andava de bicicleta ou se não, fazia educação física. Na escola que eu estudei, a educação física

era separado... era de manhã a aula, e a tarde que era educação física.
(Santiago)

Estudou em escola pública e tinha acesso a diversos esportes nas aulas de educação física (a escola referida pelo jovem é uma das melhores escolas públicas de Ribeirão Preto). Durante seis anos fez ginástica olímpica na Cava do Bosque que é um serviço oferecido gratuitamente. Num determinado período, as aulas foram interrompidas; quando retomaram, o jovem afirma que já tinha perdido a motivação e, com isto, encerrou a atividade esportiva.

Eu fiz ginástica olímpica 6 ano [...] Eu não segui, porque eu fiz lá na Cava do Bosque, aí quando eu tinha 12 ano, acabo a ginástica olímpica masculina...aí eu parei. Depois volto, só que aí eu já desanimei comigo, aí eu tava seguindo meu pai...em casa, eu já desanimei mas, fiz 6 ano direto.
(Santiago)

A irmã sempre dançou balé e hoje é professora de dança. O outro irmão, também fazia esporte na Cava do Bosque. Este gostava de capoeira, atividade que interrompeu porque está trabalhando em outra cidade, com o mesmo negócio da família, no ramo de fretes.

Os dois irmãos ainda compartilham um mesmo esporte, o ciclismo. Quando ficam juntos nos finais de semana saem para se exercitar de bicicleta.

Santiago evita comentar a renda da família, afirma ser suficiente para o suprimento das necessidades de todos e que estão estabilizados financeiramente.

Segundo o jovem, *foi na escola que seu primeiro contato com as drogas se deu*, por volta dos 14 anos com a experimentação da maconha, tempo em que pensou em como ganhar dinheiro com a venda de drogas.

O jovem reflete sobre a situação do tráfico próximo às escolas e afirma que se alguém quiser drogas, é só se dirigir para uma escola pública, pois, a rede privada de ensino oferece mais cuidados, mais supervisão, mas, na rede pública o tráfico não encontra barreiras.

Na escola! Hoje em dia, você quer achar traficante... usuário de droga, você vai na escola. Infelizmente. A escola hoje em dia não tá pá ensina ninguém não, principalmente, na rede pública né. Hoje na rede particular, ce tem mais supervisão, é mais rígido. Na rede estadual e municipal, o tráfico rola solto. Então, foi ali, ali que eu aprendi a usá maconha, foi ali que... chegava um ou outro, eu tinha 14 para 15 ano, e, óh... pega aqui um baratinho... isso e tal... aí, foi aí que eu fui me iludindo né! Só uma ilusão, que aí depois que

eu fui preso, que eu caí na realidade e vi que aquilo lá não era pra mim não!
(Santiago)

Aos 16 anos foi preso por tráfico de cocaína. Segundo o jovem a droga é mais cara e é vendida em menor quantidade, portanto, o consumo é mais rápido e movimentação monetária é maior, assim como o lucro. A justificativa para a atividade do tráfico foi a necessidade de obter dinheiro.

Porque eu via que todo mundo na escola usava! Aí, eu falei assim: eu vô começa é ganhar dinheiro com isso aqui. Que a maioria, 90% dos aluno, tudo era usuário de droga. [...] Infelizmente, até na escola, dentro da escola memo, o pessoal fuma maconha no período noturno, quando eu estudei a noite. No período da manhã, era do lado de fora, a noite, até dentro da escola mesmo o nego usava. Todo mundo usava, todo mundo gostava, não tinha ninguém que fornecia... aí, eu comecei a ganhar dinheiro através disso aí... na escola... só que aí, foi indo, foi indo sabe... e a gente vai acomodano, acomodano assim, eu não vou falar que... é um mundo... é um mundo ingrato... o que você faz aqui, você paga aqui... é independente da...da mesma forma que você fez, se entendeu! [...] (Santiago)

Porém, o relato deste jovem mostra que a *sua maior necessidade* era a de se *auto-afirmar* enquanto ser independente. Aparenta um perfil empreendedor e muito ativo profissionalmente. Seu 'negócio' no ramo dos entorpecentes, nos aponta um raciocínio e perspectivas de cunho empresarial, que busca um determinado mercado com potencial de ampliação; na verdade, um erro de estratégia que foi corrigido a tempo, sem macular suas potencialidades ainda em desenvolvimento.

È... e aí, era o que mais dava dinheiro. Cocaína, infelizmente, é muita gente que usa. (Santiago)

Os pais só souberam da atividade ilegal do filho quando este foi preso. Durante sua internação todos os domingos recebia a visita da mãe e o apoio dos familiares.

[...] eu não sei mentir pro meu pai e pra minha mãe... entendeu! Eu escondi mas, quando eu caí, eu falei a real, porque aconteceu tudo...como foi... entendeu! Pai assim...mãe...não tem como falar, minha mãe não existe! Outro igual não... sempre me apoiou, se entendeu! Todo Domingo tava lá... Independente da humilhação que se passa pa entra lá dentro, cê entendeu! Ela nunca deixou de me visitar, sempre, sempre me apoiou e fez de tudo, e sempre me deu idéia boa e... pra que eu melhorasse e saísse dali e num continuasse naquilo ce entendeu! Pra mim tirá aquilo como uma... como se fala... pa mim tirá aquilo como um exemplo, e pra mim vê, que aquilo lá não serve pra ninguém, ce entendeu! Como a gente tava falando, infelizmente,

pra muitas pessoas é o único meio de vida é esse. E eu, foi uma ilusão, de querê tira uma parte, por causa da situação. [...] (Santiago)

Hoje, Santiago afirma que consome apenas álcool (socialmente) e tabaco. Recebeu o acolhimento familiar, dos amigos e dos seus colegas no trabalho, ao qual pode retornar sem problemas, pois a empresa é da família.

Santiago, ao ser liberado da FEBEM, foi direto para o trabalho com a mãe que o esperava na porta da unidade. Narra que saiu as 10h 30min da unidade e quando era 14h já estava indo para São Paulo a trabalho, em companhia da mãe.

Santiago demonstra grande revolta social, não aceita a desigualdade socioeconômica e afirma que, se diminuísse a desigualdade no país, não haveria as FEBENS e presídios tão cheios, que deveríamos dividir os bens excessivos dos ricos como a terra, e que então, as coisas seriam melhores, porém, que os homens só pensam em dinheiro.

[...] Até na cadeia mesmo, no próprio CDP e penitenciárias. Porque, se a pessoa tem uma renda familiar normal, ce entendeu.... digna... digna... que ele pague a sua água, a sua luz, o seu aluguel ou a sua casa, e tê ainda pá podê viajar nas férias de Julho... nas férias de Dezembro e Janeiro com a sua família... i pá uma praia, ce entendeu...ninguém ia quere trafica. Conversa com traficantes de alta periculosidade e pergunta pra ele, se ele tivesse uma renda, se ele faria o que ele faz. Não faria não, só que depois que entra, a pessoa acostuma. É por isso que ninguém sai do tráfico. É um dinheiro que entra fácil. (Santiago)

Em vários momentos, o jovem retoma o assunto da *insuficiência de renda*, que atrai os jovens para o mundo do crime, em específico, o mundo do tráfico.

[...] hoje em dia, muita gente vive disso aí, porque, é como eu te falei, se hoje em dia o pessoal soubesse fazer um... se a gente tivesse uma renda familiar pa todos e... não igual mas, mais construtiva e mais... favorável...muita gente hoje, não roubava, não matava e não traficava não, ce entendeu! Porque hoje em dia, tem muitos pais aí, que sustentam uma família de 5, 6 pessoa com 300 real. Mas, tem muita gente que não tem essa cabeça, sabe... eu vou ganhar 300 reais pa sustenta uma família! Eu vou metê a cara num roubo, eu vou metê a cara num tráfico... ce entendeu! (Santiago)

Comenta ainda, de forma revoltada e indignada a *situação social do país*, dos roubos dos políticos, das atrocidades humanas, como o caso do jovem rico que acidentou um frentista em Ribeirão Preto (em 2008) e que responde processo em

liberdade, mesmo portando várias unidades de produtos entorpecentes (lança perfume).

Enquanto aí né, você vê na televisão, político, apresentador,,, isso, aquilo outro... ator sendo preso por droga e não acontece nada, porque tem dinheiro... infelizmente hoje, quem tem dinheiro não vai preso. Foi igual um caso que aconteceu aqui em Ribeirão Preto, daquele rapaz que atropelou o frentista no posto...eu tenho certeza, que se fosse uma pessoa da classe média pra baixo, ela não saía nem da delegacia. O rapaz, ele foi dar depoimento na delegacia e foi absolvido na hora! Hoje, ele está respondendo processo em liberdade [...] (Santiago)

O jovem dá visibilidade à sua revolta no que refere às injustiças sociais, ou melhor, as aplicações diferenciadas da lei de acordo com a classe social a que o indivíduo pertence.

[...] Eu falo porque eu já fui usuário... não é a droga a desculpa...não! É a desculpa, é a droga...você fica fora de si mas, não a ponto de falar que foi a droga que te iludiu. Você tem um incentivo a mais, mas você só faz aquilo lá se quiser [...] Agora o cara, foi achado no carro 6 frasco de 'lança', viu que tava usuário, só que ele tava muntado num Vectra GT... era filho de quem tem dinheiro, cê entendeu! Então, hoje em dia, infelizmente,é assim, se você tem dinheiro, você não vai preso. É igual político... o político prova que roubou, prova que ele tinha tudo aquilo lá, e ele cumpre pena domiciliar...ele num vai preso...ou se não, ele tem celinha com refrigerador, com televisão, tem celular... ce entendeu! (Santiago)

Santiago aparenta ter consciência política diferenciada dos outros entrevistados; discute a questão da desigualdade de renda, que no seu entendimento, acentua cada vez os conflitos e antagonismos sociais.

[...] a renda familiar do pessoal é muito... é... desigual, muito desigual... se fosse acho que, pelo menos, um pouquinho melhor, que muitos ganham tanto... poucos, ganham tanto né...e muitos ganham nada...e muitos ganha nada. Você vê ao ó... pá gente, pum trabalhador consegui um aumento no salário, até pá aumentá o salário mínimo aí, vive anos, até ce viu lá... aumento dos deputados e vereadores... não demoro uma semana, aumento coisa de 10 mil... putz, será que com 10 mil que ele ganhava não dava pra ele se sustenta? Agora tem o auxílio terno, auxílio gasolina, auxílio moradia... ô véio, vai dar auxílio moradia pra quem não tem! O cara já ganha 20 mil reais e ainda tem tudo isso aí de regalia? Cê entendeu... é brincadeira...hoje, infelizmente, é por isso que acontece o que acontece. [...] É poucas, poucas mesmo, ganhando muito...muito...o cara tem dinheiro até pá... desculpa a palavra... pá limpa a bunda... rasgá... (Santiago)

Sobre sua internação, o jovem relatou que logo na chegada *sentiu e viu o desrespeito, a humilhação, a abordagem vexatória e a violência por parte dos funcionários* e que, *a FEBEM não segue o ECA.*

[...] quando eu cheguei, eu cheguei eu e mais três adolescente...o que tava do meu lado, o cara falou assim: 'o que que é isso aí...essa correntinha aí...tira isso aí...', o menino que tava do meu lado, meu camarada, o menino que tava do meu lado, ele não sabia, ele nunca tirou FEBEM...nunca foi preso! Aí, ele foi querê conversa com o rapaz e tomou um tapa, se entendeu? Ele tomou um tapa... que eu fiquei quieto... eu fiquei... se eu falou alguma coisa, eu vou apanhar também. (Santiago)

E, relatou a rede de solidariedade entre os meninos e também o despreparo de funcionários que atendem os adolescentes, em especial, neste momento, a equipe que recepcionava os jovens na chegada:

Muita solidariedade... muita mesmo, que até quem chega aí, que nunca foi preso, o pessoal acolhe e te ensina como vive lá dentro... tem vários que não! Assim... lógico que tem ce entendeu, mas, é muito mais da parte deles de te ensina de como conviver lá dentro do que funcionário. Quando eu cheguei lá, uma funcionária olho pra mim e quis intimidá... ce entendeu? Independente se eu sou criminoso, eu sô homem, então no meio de outros homem, pode sê ladrão, pode se assassino, eu sô homem se entendeu? Agora, ela já chegava lá, ela impunha, punha medo... chegava assim e falava: 'dependendo do que você fala aí oh... ficá pegando coisa dos outro, já vai te chamar de viadinho... vai quere te comê', ce entendeu? E sempre querendo amedrontá sabe... Se ele tá aí pra seguir as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, ele tinha que chegá lá e fala: "ôh...aqui não é permitido isso, isso e isso..." aí, a partir do momento, se eu quizesse agredir ele, ou fosse bruto com ele, eu até fico queto dele querê uma reação, mas só da gente querê responde alguma coisa...já toma tapa na cara e...se agressivo...se humilhado, se tratado ali como um verme, assim, isso não existe não... tanto quanto FEBEM, quanto penitenciária...que eu tenho certeza, assim, quando a pessoa chega é... funcionário num qué sabe quem é, quem foi, quem deixa de se. Ele se, se cresce demais, sabe... com cargo deles... só porque eles acha que eles acha que é funcionário e a gente foi preso ali, e eles tira na cabeça deles que, quem foi preso é vagabundo, quem foi preso num presta, entendeu? Então, é muita humilhação. (Santiago)

Alguns funcionários foram elogiados pelo jovem devido a sua postura educadora, sem distinção de cargo ou função, em especial um professor "A" que deixou boas lembranças e muita gratidão no jovem; afirma que nunca o esquecerá. Enfatiza que alguns funcionários, não necessariamente do setor de educação, foram capazes de imprimir as suas ações o cunho sócio educativo proposto pelo ECA, e citou alguns servidores do setor de segurança.

Santiago teve a possibilidade de desenvolver³⁷ as atividades externas à unidade de internação provisória (UIP-Ouro Verde), o que lhe rendeu responsabilidade e elogios pelo cumprimento das atividades sempre realizadas de forma respeitosa e eficiente.

Quanto aos pontos negativos da FEBEM, Santiago relata que são os referentes à postura dos funcionários, que são desrespeitosos com os jovens, desprovidos de postura educadora, que tratam todos como vagabundos e ameaçam levá-los para a tranca (conhecida por solitária na linguagem carcerária) ou bater.

Destaca um ex-policial que atua na FEBEM como um dos mais perigosos para os adolescentes. Os coordenadores de equipe de segurança, C.W.R. e, S. ganharam destaque na fala do jovem, por suas atuações inadequadas e violentas. O jovem afirma repetidas vezes que ambos são terríveis e, que por qualquer motivo, espalhavam a violência dentro da Unidade.

Sobre o projeto para o futuro, o jovem já está caminhando para sua efetivação: Santiago está noivo e efetivando um projeto de trabalho individual, sem familiares como sócios. Ao lembrar-se da noiva, de seu companheirismo, chora de emoção e tece vários elogios a ela.

A mensagem do jovem às pessoas, na verdade é um desejo ou um sonho, de viver numa sociedade melhor, menos desigual.

O que realmente eu queria é que fosse um país mais ... é... igual... Não tão desigual como é, você entendeu? Se eu pudesse lutar por isto, que eu sei que sozinho não vai, mas muita gente quer isto aí, mas não depende só da gente, cê entendeu? O poder político muito grande, quando envolve dinheiro, se você não tem, você é só u, número! Você pode ser um pé rapado, que ninguém nunca te conheceu, mas se você tem milhões guardado no banco... aí você é tudo! Nunca vai preso, nunca vai se olhado por maus olhos por outras pessoas, você entendeu? Infelizmente, o que eu queria só é mais igualdade entre as pessoas... solidariedade... (Santiago)

³⁷ As atividades externas realizadas por alguns adolescentes respeitam alguns critérios de elegibilidade, que se situam próximos aos resultados de avaliações feitas pelas equipes, sobre: educação, aproveitamento escolar, respeito, bom comportamento, disciplina, entre outros. Não está vinculado a classe social ou privilégios pessoais.

CAPÍTULO 5
OS FIOS CONDUTORES DA TRAJETÓRIA: UM CONTEXTO SOCIAL QUE
MARCA OS INDIVÍDUOS SOCIAIS E INFLUENCIA A VIDA E A SOCIABILIDADE

Diversas instituições sociais são responsáveis por garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, em especial aqueles em condições especiais de desenvolvimento como é o caso das crianças e adolescentes. A própria Constituição Federal de 1988, no capítulo VII, estabelece em seu artigo 5º a igualdade de direitos de todos os brasileiros perante a lei, sejam adultos, idosos ou crianças. Art. 5º

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

A Constituição traz ainda, a família enquanto base da sociedade, permitindo a visibilidade sobre a importância desta no que se refere à organização social, incluindo-se as crianças e adolescentes. Art. 226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

O art.227 da Constituição complementa o artigo anterior e estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nossa análise irá dar destaque à trajetória dos jovens a partir da relação com a realidade social e, considerando as distâncias dos marcos legais com a situação vivenciada e as estratégias dos sujeitos.

Para analisar a trajetória de vida dos adolescentes que cumpriram medida sócio educativa de internação, é necessário compreender porque estes jovens estavam ou ainda estão em condições distantes de uma situação satisfatória, no que se refere ao seu desenvolvimento integral e a uma inserção social que permita de fato, a plena expansão destes indivíduos sociais.

A primeira distinção a ser feita diz respeito às diferentes classes sociais a que pertencem as juventudes brasileiras. Os egressos da FEBEM são no máximo oriundos de classe média; não porque os jovens, filhos da burguesia não cometam atos infracionais, mas o mecanismo de controle, educação ou punição destes não passa pelos caminhos institucionais da FEBEM.

A sociedade brasileira é marcada profundamente pelas desigualdades do sistema capitalista em sua versão neoliberal e monopolizada. Como uma das características principais desse sistema, temos a acumulação de bens (e de poder), a competitividade, o individualismo, a produção e o consumo de produtos em grande parte dispensáveis à reprodução da vida, ou seja, mercadorias produzidas para um nível de consumo não condizente com as necessidades humanas mas, com as necessidades do mercado econômico.

O sistema capitalista apresenta-se, como um sistema complexo, mantido por meio de ideologias que perduram através das décadas. Como afirma Yamamoto, (2007, p.24): “É a reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e trabalhar socialmente determinado”.

É exatamente aí que se inicia a nossa tentativa de compreender “as juventudes brasileiras”. Para isto, temos de perceber como a ideologia atinge o objetivo de manter a reprodução desse modelo societário, visto que a sociedade é capaz de perceber as desigualdades crescentes e mesmo assim, mantém a ordem posta.

As idéias da classe dominante (ideologia dominante) tornam-se dominantes para o conjunto da sociedade e, permitem a manutenção do jugo material e espiritual das classes dominadas (MARX, 1987).

A introjeção deste modo de vida que permite a reprodução das relações sociais a partir do que é instituído pelo ideário do capital, só é possível pela aceitação inculcada por meio do consenso social. Este é obtido por meio da ideologia, que busca camuflar as desigualdades, a exploração, as injustiças e os próprios mecanismos ideológicos de sua manutenção; este processo de ideologização compõe uma das faces do que se chama de violência estrutural. Ao tratar desta, Silva (2006) enfatiza que trata-se do uso da força (não necessariamente física), e da capacidade de impor simultaneamente regras, valores e propostas como naturais normais e necessárias. Para isto, utilizam-se diversos instrumentos que veiculam tais idéias, e o fazem por meio da ciência, da família, da escola, das igrejas, dos veículos de comunicação entre outros.

Entende-se que em toda a estrutura social capitalista está impressa a ideologia da ordem burguesa e que, as desigualdades que foram estabelecidas desde o início da colonização provocaram profundas injustiças sociais, ou melhor, deram origem ao que chamamos de violência estrutural; esta por sua vez, acabou

por atingir o conjunto da sociedade brasileira, e vulnerabiliza sobremaneira os segmentos mais empobrecidos; ao mesmo tempo em que perpassa a base econômica da sociedade (infra-estrutura) e a sustentação ideológica (super estrutura) por onde se organiza o modelo societário (SILVA, 2006).

Esses jovens participam de diferentes espaços de sociabilidade que constituem “lócus” importantes na definição de suas trajetórias e que serão objeto da presente reflexão: as relações familiares, o espaço da rua e da escola, a passagem pela FEBEM, a inserção no mundo do trabalho ou nas atividades ilícitas e os projetos de futuro. São a partir destas relações que estes jovens definem hoje sua trajetória e a consciência de estar no mundo.

5.1. As relações familiares

As concepções estereotipadas sobre família, em especial dos jovens que praticaram ato infracional, instituem como modelo a família padrão, com expectativas específicas nos papéis do pai e da mãe; colocam-na como instrumento para diminuir conflitos e carências, mesmo que estes sejam decorrentes de complexos mecanismos sociais que ultrapassam sobremaneira o âmbito específico da família. Tudo o que não se formata nesta perspectiva serve de justificativa para culpabilizar as famílias pelas infrações cometidas pelos seus jovens.

A família faz a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Sua inserção social é que define a classe social de origem do indivíduo.

Na realidade existem diferenciadas formas de conceituar família. A reflexão de Mito (1997, p.199) aproxima-se da situação encontrada nesta pesquisa:

[...] a família pode se constituir no decorrer de sua vida, ou em alguns momentos dela, tanto num espaço de felicidade como num espaço de infelicidade. Tanto num espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como num espaço de limitações e sofrimentos.

Contrariamente às representações comuns sobre os egressos da FEBEM, 3 dos jovens que participaram desta pesquisa pertencem a famílias nucleares, com vínculos bastante fortes entre seus membros, ou na definição de Mito (1997), um espaço de felicidade. Independente da classe a que pertencem, os três referem-se à família como lugar de vínculo positivo, de apoio, de desenvolvimento do afeto. Neto

pertence a uma família de baixa renda, mas tem laços familiares fortes especialmente com a mãe e irmã mais nova, aliás, conforme já descrito, o nascimento da irmã num quadro de grande carência econômica foi em elemento desencadeador da entrada do jovem no mundo do crime.

O mesmo ocorre com o Lucas cujos pais são trabalhadores com inserções bastante precárias no mundo do trabalho (pedreiro e empregada doméstica), no entanto, sua fala sobre eles demonstra o lado protetor e os muitos cuidados que recebeu na infância. E, mesmo quando o pai teve uma atitude violenta, o jovem rapidamente justifica (demonstrando os laços afetivos e a união do núcleo familiar) que foi apenas uma vez e que jamais foi desrespeitado por algum membro de sua família:

As minhas irmãs que ficavam em casa, olhava....e não deixava eu sair muito pra rua. [...] Meu pai era bravo assim... mas nunca.... uma vez, que ele pôs a mão em mim... só... *nunca mais relô pra bater*. Aprendi ... minha mãe me deu muita educação, meu pai também. Carinho... eu sempre tive da mãe e do pai. [...] Também minha mãe nunca deixou eu faltar com respeito com o outro, assim, sempre mantendo a gente na linha, certinho. Aprendi bastante coisa na vida com eles. (Lucas, grifo nosso)

Santiago pertence a uma família com recursos financeiros satisfatórios para o suprimento das necessidades familiares e mantém com esta um vínculo afetivo e material ainda bastante forte: trabalha e mora com os pais, embora já tenha planos de casar-se em breve. Durante a entrevista falou do apoio da família em toda a sua trajetória, em especial, quando praticou ato infracional e, posterior ao ato, quando da sua saída da FEBEM.

Junior teve uma família nuclear como referência, mas esta rapidamente se desfez; experimentou precocemente as dores e as marcas da violência física e psicológica trazida pelas mãos da mãe durante sua infância, motivo que o levou a sair de casa ainda muito novo e ir residir com a avó em outro município. Os traumas de ser preterido, as surras recebidas, certamente foram experiências dolorosas e que, de certa forma, devem ter contribuído para o seu descontrole e conseqüente ato infracional: o medo de apanhar de novo do jovem que o agrediu uma vez, fez com que se armasse e atirasse para livrar-se de novas surras. E a maior evidência deste descontrole na prática do ato infracional é a culpa que carrega, o arrependimento, o que mostra seu perfil não violento. À presença da família de

origem soma-se a família constituída pelo jovem a partir do casamento ou da união estável.

É importante destacar, no entanto, que a família foi, de fato, a única instituição que teve uma ação mais incisiva na vida dos jovens, e o fez da maneira possível, de acordo com o contexto social no qual estava inserida.

A presença positiva marcante da família em dois casos, o de Santiago e de Lucas foram fundamentais na retomada do jovem para o trabalho e a desvinculação com as atividades ilícitas.

Santiago pode contar com o apoio sócio-econômico e afetivo da família e mais: esta lhe assegurou o retorno ao trabalho com bom rendimento e longe de possíveis discriminações sociais à medida que trabalha nos negócios da própria família.

A família de Lucas também o apoiou quando saiu da FEBEM, mas devido à situação financeira, foi a família da companheira que teve uma ação mais incisiva para que este retomasse o trabalho e principalmente, deixasse de ter contato com o território do tráfico. O esforço do jovem é algo digno de mérito, pois há anos trabalha três períodos, mas para que isto fosse possível, a família da companheira colaborou de forma crucial: cedeu uma casa para o casal residir longe de onde se concentrava a gangue com a qual o jovem tinha se envolvido, e arranjou emprego em uma atividade também ligada à família. Lucas teve a seu favor as condições e cuidados necessários para conquistar uma nova inserção social, onde a figura da companheira foi fundamental, assim como, o seu amor por ela. Notamos que os laços de afeto e união da família da companheira promoveram uma verdadeira revolução no que tange ao futuro do jovem em relação à sua fase de internação, onde o acolhimento foi fundamental.

Junior e Neto não tiveram igual sorte: suas trajetórias foram se constituindo com elementos muito diferenciados e deixam claro que mais que qualquer sorte possível, o que foi determinante em suas vidas foi o contexto no qual estavam inseridos e, também suas famílias que pouco ou nada conseguiram fazer no sentido de possibilitar o retorno para as atividades lícitas.

Recorrendo à Constituição Federal de 1988, tem-se certeza de que as famílias, diante do contexto de estruturação da sociedade do capital, não contaram com a figura do Estado no que se refere às suas próprias necessidades básicas (não

supridas), sofrendo os rebatimentos da desigualdade e, transferindo aos seus filhos tais defasagens com maior intensidade e comprometimento.

Art. 226: A família tem especial proteção do Estado. §8º: O Estado assegurará à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. Porém, o Estado, na execução e efetivação da letra, acaba por não amparar, suprir ou garantir direitos, deixando à sorte as famílias, mesmo que tenha legalmente e supostamente, garantido a assistência às mesmas conforme o art.227 e seus incisos, já citado anteriormente

As distâncias entre o legal e o real evidenciam-se na análise das trajetórias dos jovens: o que as famílias não conseguiram fazer, nem o Estado, nem a sociedade fizeram, aliás como afirma Godinho (2004, p.17): “É importante reconhecer a falência do Estado em prover políticas públicas adequadas”. A maior prova disto é que a atuação do Estado na efetivação da medida sócio educativa de internação só serviu para trazer revolta e marcar negativamente os jovens que passaram pela FEBEM.

As marcas da violência sofrida são difíceis de mencionar; como afirma um dos jovens desta pesquisa, a violência é que dispara o sentimento de revolta e algumas vezes o sentimento de vingança. Isto é reconhecido pela literatura que trata do tema da prática da violência por jovens:

Lãs condiciones de deterioro econômico, social y moral d La sociedad producen y estimulan El crimen Del adolescente y Del joven. Como sabemos, las enormes desigualdades entre pobres y ricos, el desempleo, el no acceso a la educación o la expulsión de esta y el trabajo infantil, generan sentimientos de frustración entre los más jóvenes, que son estimulados al consumismo excesivo sin contar con las condiciones para realizarlo. Esto los conduce a adoptar conductas criminales en ambientes permisivos de tales conductas. (REVISTA ESTUDIO, 2006, p.30)

5.2 A Rua e a Escola

Os sujeitos desta pesquisa contrariam dois mitos sobre o jovem que praticou ato infracional: o primeiro é sobre a vivência de rua; o segundo é sobre o trabalho precoce, como forma de evitar a prática de ato infracional.

Na infância, a rua como espaço de sociabilidade foi destacado por três adolescentes. Diferentemente do que se afirma sobre os adolescentes que

cometeram ato infracional, o contato com esta foi pequeno, e em dois casos, mediados pela família.

A rua foi um local gostoso para brincar durante o pouco tempo que foi possível a estes sujeitos experimentarem esta condição, pois todos começaram a trabalhar precocemente.

Eu morava lá em Restinga. Eu fui criado pela minha vó desde os 8 anos e meio. [...] Com 10, 11,12, ano eu brincava. Ate uns 13 ano. [...] Trabaiaava e estudava à noite. [...] Desde os 12 ano eu trabaiaava... na guarda mirim. Ai depois trabaiei numa marcenaria... (Junior)

Eu brincava bastante... Não ficava trancado não... brincava em casa e, de vez em quando, brincava na casa dos colega também. Assim, na rua, a minha mãe não deixava não! [...] Eu trabalhava assim: pra mim não ficar muito na rua, eu trabalhava com meu pai, pra vê se conseguia um dinheirinho. [...] Eu trabalhava com meu pai desde os 12 ano, você entendeu? (Lucas)

Na adolescência, o espaço da rua tornou-se o espaço da turma. É importante destacar a ausência de equipamentos de lazer e esporte no bairro ou de atividades que pudessem promover a sociabilidade de forma mais saudável e construtiva. No caso de Lucas a rua passou a ser o território de sua gangue, pois passou a fazer parte do mundo do tráfico; tornou-se um território a ser defendido e, que em pouco espaço de tempo o conduziu à infração e a FEBEM.

Para Junior, a rua passou a ser um território agora experimentado como um espaço hostil, pois foi a partir dele que ele sofreu a agressão que o fez revidar de maneira fatal: depois de apanhar uma vez, armou-se e para evitar a segunda agressão, matou o possível agressor. Para este jovem, a partir de então tudo mudou na sua relação com o mundo ao seu entorno.

A *escola*, um dos únicos equipamentos públicos existentes, não teve destaque na história de vida dos sujeitos da pesquisa. Estes a freqüentaram: três dos entrevistados completaram o ensino médio e um deles parou os estudos com o término do ensino fundamental. Mas como afirma Frigoto (2004, p.191): “o acesso à escola não garante, por si, uma educação de boa qualidade”. O autor enumera três aspectos que se associam para penalizar os jovens da classe trabalhadora em relação à escola pública:

O primeiro aspecto diz respeito ao dualismo explícito formalmente ou pelo tipo de escola que se oferece e que se perpetua ao longo de nossa história:

uma escola de acordo com classe social. [...] o segundo aspecto refere-se ao desmonte da escola básica, tratando-a não como direito, mas como filantropia... [...] Finalmente, nos anos 1990, a desqualificação da escola básica pública se efetiva mediante a adoção unilateral do ideário da pedagogia do mercado: pedagogia das competências e da empregabilidade. (FRIGOTTO, 2004, p.192)

Os sujeitos da pesquisa reconhecem a importância da escola, mas concretamente, vivenciaram a experiência do espaço escolar como algo enfadonho, sem atividades que despertassem interesse. Sposito (2005, p.95) chega mesmo a questionar se a partir das condições do ensino público no Brasil, se na socialização das novas gerações, a escola tem ou teve um papel central ou detentor do monopólio da transmissão cultural, o que, no nosso universo específico desta pesquisa parece mesmo que este papel não pode ser atribuído à escola.

É notável a distância que separa a qualidade do ensino público e privado tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio; os seus recursos financeiros e a capacitação técnica dos educadores também se diferem, assim como, o material pedagógico e os recursos tecnológicos disponíveis. A escola torna-se, portanto, um espaço de percepções diferenciadas, de acordo com as condições objetivas de cada instituição de ensino, diferenciando inclusive, os adolescentes que são oriundos de diferentes classes sociais. Admitem-se então, escolas diferentes para diferentes classes sociais e, processos de ensino-aprendizagem de qualidades diferenciadas que constituem pessoas com diferentes percepções de homem e de mundo, pessoas que interagirão de formas diferentes, que compreenderão e atuarão no mundo de forma positiva ou não, dependendo da qualidade dos elementos experimentados (experiências vivenciadas) ou conhecidos (elementos teóricos trazidos por meio do acúmulo de conhecimentos) que formaram este ser humano. E, recorrendo novamente a Frigotto (2004, p.193), a questão central do processo de diferenciação dos jovens é exatamente a classe a que pertencem, daí a necessidade de se conhecer a origem social dos jovens. Nesta pesquisa, esta é uma questão que se evidencia de forma imediata: os jovens que tiveram condições de retornar a sociabilidade sem manter atividades ilícitas, são exatamente aqueles que têm uma situação financeira melhor dada pela condição familiar dos pais ou da esposa.

As condições de efetivação do ensino público hoje, tem sido bastante discutidas, pois não se trata apenas de pensar nas ações de professores e nos conteúdos escolares, é a própria estrutura escolar que está comprometida

profundamente, e isto, envolve a política educacional como um todo, e que é exemplo do que é chamado de violência estrutural.

Um dos jovens, o Santiago, teve contato com o narcotráfico a partir de sua inserção na escola, ele reafirma em seu depoimento que ainda hoje é muito fácil o contato com a droga no universo escolar. Esta é uma situação que exige uma providência imediata por parte do Estado, e diz respeito a política pública de segurança, porém, se for possível ampliar o olhar, talvez o preventivo possa ser feito a partir do momento que se criar de fato possibilidades para os jovens, e que estas, estejam voltadas para ações que possibilitem seu desenvolvimento.

A própria história de Santiago confirma isto: durante o tempo que ele praticou esporte, não se envolveu com atividades ilícitas. Este jovem até porque tinha uma situação familiar mais confortável, praticou esporte na Cava do Bosque durante 6 anos e até hoje ainda faz ciclismo com seu irmão. Uma análise possível da trajetória de Santiago reafirma a presença do Estado de maneira afirmativa dando a possibilidade de praticar esporte, e negativa facilitando o contato com o tráfico; por outro lado será na punição ao ato infracional que o jovem vai de fato, ser marcado pela violência do Estado.

5.3 A FEBEM

Os jovens participantes desta pesquisa, como já foi dito acima, têm em comum a mesma percepção sobre a experiência vivida durante o período de internação como algo ruim, ou melhor, como *o pior momento de suas vidas*. No período em que estiveram internados, a FEBEM tinha nas suas proposições gerais uma perfeita sintonia com os objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, porém, conforme descrito no capítulo 3, mantinha o abismo entre o previsto e o, de fato, executado.

Na realidade esta diossincrasia entre o previsto e o executado é tão grande que as vivências experimentadas pelos sujeitos dentro da instituição destacam acima de tudo a violência e o desrespeito aos direitos humanos. Os quatro sujeitos se reportaram a isto, mas as falas de Junior e Lucas ilustram o que foi dito:

Pra mim assim, eu acho que eles *não são ser humano aqueles cara*. Que eles não tem dó de ninguém. Eles batem em qualquer um, não que sabe quem fez, quem não fez, *eles entra pra arreventá*. Acho que eles não são

ser humano não, tem um modo mais de educação, entendeu! Acho que do jeito que eles entram e tratam as pessoas, a *tendência é piora*, não melhora! (Lucas, grifo nosso)

[...] Porque é uma **humilhação**, pra quê bate? Já ta preso ali... não tem direito de nada e vai apanha ainda? [...] eu acho que não precisava disso não. É *brutalidade*. Ah! **Piorou né!** (Junior, grifo nosso)

Os sujeitos desta pesquisa vivenciaram, durante o período de internação, as intervenções ocorridas no ano de 2003/4. Apanharam e vivenciaram humilhações que não foram esquecidas e que ainda hoje trazem revoltas. Um deles, Junior, além das dores físicas sofridas, da violência psicológica sofreu ainda, quando saiu da instituição, com o peso do estigma de: adolescente infrator. Isto fez com que tivesse ainda mais dificuldades na relação com a família e, principalmente, no âmbito do trabalho, onde as discriminações são mais facilmente percebidas devido a ausência de cuidados no trato com o sujeito. A maior evidência disto é que o jovem admite não estar conseguindo se inserir novamente no mercado de trabalho, onde possui alguma experiência, na confecção de calçados. São marcas deixadas pelo antigo ranço de “escola do crime” que a Fundação não consegue se livrar e que se apresenta na vida egressa do jovem como uma extensão e verdade, como se o próprio jovem fosse o crime materializado:

Não depois que eu saí. E até agora, eu arrumei mais nada não. É difícil... [...] Quando aparece assim, tipo uns colega do meu tio, ajuda...eu trabaio...umas duas semana... [...] Quando eles tá assim, precisando de alguém pra ajudá eles, eles me leva lá... mas nem dá pá ajudá em nada não! [...] É difícil... não ta muito fácil não. (Junior)

O discurso oficial da instituição é claramente explicitado por um dos jovens, o Neto. Este, porém, mostra a distância entre o previsto e aquilo que ele vivenciou quando esteve internado. Observe como o jovem tem claro os objetivos do Estado na figura da Fundação:

Ressocializar, colocar no meio da sociedade assim...retomá a sociedade, que eles falam...mas, não são todas unidades mas, algumas não tem como! Se ele tá ali dentro, tem algumas unidades que ele cái lá, eles vão tá te **torturando**, te **humilhando**...cê não tem como...eles não tão te ajudando a retornar à sociedade, eles vão tá **piorando**, porque eles também não está demonstrando que eles tá no meio da sociedade. Mais ta só piorando. Só trazendo **ódio**, vai ta apanhando ali, apanhando... se vai com **mó ódio** e cê vai fazê besteira. [...] (Neto, grifo nosso)

A respeito das atrocidades institucionais descritas no capítulo 3 deste trabalho, os jovens falam dos sentimentos de revolta decorrentes da humilhação sofrida:

[...] mas só da gente que responde alguma coisa...já toma tapa na cara e...se agressivo...e se humilhado, se tratado ali *como um verme* [...] agora imagina você dentro da FEBEM, você chega com a cabeça poluída...cê entendeu?...agora você chega lá, você é humilhado e apanha...você só vai revortá. (Santiago, destaque nosso)

Esta violência descrita no âmbito de instituição estatal é parte de um contexto mais amplo, onde o Estado produz, reproduz e mantém a dinâmica da violência.

O que chama a atenção, é que todos os jovens, não apenas trazem consigo as lembranças das dores físicas vivenciadas no interior da instituição, mas também, a lembrança das humilhações sofridas como algo que vai além: que alcança e dissipa, mesmo que momentaneamente, o respeito devido e a dignidade.

A FEBEM, responsável pela integridade física e mental deixou marcas no âmbito psicológico que os jovens buscam esquecer e, forneceu em contrapartida o confinamento físico e social, os espancamentos, a ausência de orientações exeqüíveis de vida fora da instituição, a desconfiança na justiça, a desconfiança no âmbito policial, a desconfiança sobre as intenções da instituição e dos seus funcionários. Foi-lhes mostrada uma instituição que não respeita a lei que deveria seguir; que utiliza de violência e do poder que lhe foi instituído em suas diversas formas de expressão e manifestação.

Foi apresentado a esses jovens, que não apenas eles estavam em conflito com a lei mas, que a própria lei era passível de ser burlada, que as ilegalidades estavam presentes no Estado, dentro da própria FEBEM.

A FEBEM é para os jovens um exemplo de como se pode viver fora da lei sem punição, e que isto se dá de acordo com o poder que se obtém, portanto, que é preciso buscar fontes de poder, sejam elas lícitas ou não, bem de acordo com o que ocorre em todo o país.

5.4 Trabalho e acesso ao consumo

Considerando os elementos acima apresentados, procura-se agora, situar a *categoria trabalho* enquanto o principal eixo estruturador da vida em sociedade. Nas

condições em que se efetiva no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o processo de exploração e precarização estende-se aos diversos segmentos de trabalhadores, em especial, aqueles de menor remuneração.

Os mecanismos de exploração dos trabalhadores são intrínsecos às relações capitalistas, mas a situação vivenciada no Brasil é muito grave e os dados sobre a realidade brasileira descritos no capítulo 2 demonstraram isto. A desregulamentação do trabalho, a precarização, o desemprego ou o subemprego atinge grandes contingentes de trabalhadores. Os jovens são aqueles que são mais atingidos por tal problemática. Nos municípios onde os sujeitos desta pesquisa estão inseridos, as determinações do mundo do trabalho ganham configurações particulares, mas mantém estreita sintonia com as condições gerais da sociedade brasileira.

No município de Ribeirão Preto, às dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho somam-se à facilidade de acesso às atividades ilegais do narcotráfico, pois este tem destaque por fazer parte da rota de escoamento de drogas pela rodovia Anhanguera, que corta a cidade, ligando-a à capital e a outros grandes centros urbanos. A relação entre trabalho e atividades ilícitas é um elemento fundante que compõe a análise da trajetória dos sujeitos desta pesquisa.

O trabalho como eixo estruturador da vida aparece nas trajetórias dos jovens como algo evidente afinal, é a partir dele que se terá acesso (ou não) a diferentes tipos de consumo, é a partir dele que se terá o acesso à riqueza socialmente construída a partir da classe a que pertence.

O trabalho nas condições em que se realiza na sociedade capitalista, dificilmente garante ao trabalhador satisfação pessoal, ou mesmo, condições dignas de sobrevivência; nem por isto, no entanto, deixa de ter centralidade na vida dos indivíduos sociais.

A produção capitalista não é só reprodução da relação; é sua reprodução numa escala sempre crescente, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina como capital [...] e na mesma proporção em que se desenvolve, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva. (MARX apud IAMAMOTO, 2007, p.248)

É interessante destacar que o trabalho, mesmo reificado, nas trajetórias dos sujeitos desta pesquisa tem tamanha importância que aparece na infância, na

adolescência, na juventude e nos planos de futuro de cada jovem; aparece na concretude do real ou no plano ideal como algo a ser buscado.

A infância ficou na memória como tempo da brincadeira. Até mesmo Junior que teve uma infância conturbada falou deste período, que para ele foi bastante breve, pois começou a trabalhar aos 13 anos de idade.

A ideologia do trabalho e o aprendizado como parte do processo educativo parece ter sido também uma orientação da família de Santiago, que apesar de ter melhores condições financeiras, levou o jovem para o trabalho a partir dos 9 anos de idade. É evidente que o trabalho, neste caso, foi mediado pela família e não pelo assalariamento que cria situações de prejuízos ainda maiores à formação da criança como ser ainda em desenvolvimento.

Nesta mesma sociabilidade, que dificulta o acesso aos bens socialmente construídos, devido à sua apropriação privada, a ideologia do consumo perpassa todas as classes sociais e afeta de forma mais incisiva os jovens.

[...] levando-se em consideração as modificações no mundo do trabalho, os altos índices de desemprego, a baixa escolaridade, as alternativas de sobrevivência dos jovens das classes populares, muitas vezes passam pela adesão ao mundo do tráfico. Fonte de renda imediata, que permite um padrão de consumo jamais acessado por meio do mundo do trabalho formal ou informal, a adesão à criminalidade é um a atitude determinada aos jovens da periferia, até porque tem seu preço também de insegurança e baixa perspectiva. No entanto, comparada às alternativas econômicas acessíveis torna-se uma possibilidade. (COSTA, 2005, p.79-80)

Os jovens que participaram desta pesquisa são unânimes: ao crescerem, novas necessidades foram sendo vislumbradas e o trabalho precarizado ou inexistente foi deixando de dar acesso àquilo que passaram a ter interesse. E o que o adolescente vislumbra pode ser o tênis de grife, mas pode ser também direitos de cidadania: acesso ao lazer, ao esporte, à cultura. A família da maioria deles não tinha como garantir isto os jovens, o Estado e as políticas públicas também não se constituíram como alternativas; ao contrário do tráfico e das atividades ilícitas que estavam disponíveis para todos os jovens.

Naquela época você ia procurar um serviço, ninguém dá serviço porque você tinha 14, 15 ano. O que você ia fazer? Você queria ganhar um dinheiro, você queria te uma roupa, seu perfume, te dinheiro pra sair. Se você não tinha, o que você ia fazer.. ir para um lugar fazer alguma coisa? Não tinha outra saída, só tinha aquilo ali. (Lucas)

O perfil empreendedor de Santiago, o desejo de aquisição de bens e serviços, induzidos artificialmente por meio do apelo massivo ao consumo, associado a uma pequena renda, fizeram com que o adolescente criasse uma alternativa capaz de suprir suas construídas necessidades de consumo (e de atividades que despertassem interesse). A justificativa para as ações ilegais vem do próprio jovem quando este declara seu interesse premeditado nos lucros que a comercialização de drogas propicia. Santiago afirma ter conseguido grandes rendimentos com a compra e venda de drogas, de forma fácil e rápida. Somente os laços afetivos familiares foram capazes de reverter este sinistro encontro com o narcotráfico, que seduz pelo pouco que demanda de esforço e tempo, mas cujos lucros caminham para um fascinante montante de dinheiro, sem cartão de ponto, sem cobranças, sem levantar cedo, sem exploração visível e muitas vezes, sem humilhação. Por outro lado, o perigo dos confrontos com policiais ou traficantes, o medo constante.

Numa sociedade mercadológica, o acesso ao consumo vai se dar ou por meio dos lucros obtidos nas atividades produtivas, rendas, salário ou por meio de atos ilícitos, que podem vir de atividades criminosas vinculadas ou não ao tráfico.

Quando saíram da FEBEM, os adolescentes seguiram diferentes rumos, de acordo com as condições objetivas vivenciadas por cada um. Como já foi destacado anteriormente, aqueles que tiveram apoio da família de origem ou extensa, conseguiram se desligar das atividades ilícitas; aqueles que a família não conseguiu auxiliar, tampouco o Estado ou a sociedade o fizeram: não tiveram acesso às políticas públicas, que poderiam de fato encaminhá-los para o estudo ou para o trabalho; não tiveram apoio ou acompanhamento de ninguém ou de qualquer sujeito coletivo ou individual que aí pudesse representar a sociedade civil.

Lucas deixou as atividades ilícitas e pôde contar com a família, conforme já descrito. Para manter um padrão de vida que considera digno, há três anos trabalha durante o dia e a noite, além de ter seus rendimentos somados ao de sua companheira. Ou seja, Lucas para ter acesso a um padrão de vida digno, suporta uma jornada de trabalho estafante e desrespeitosa para a condição de um jovem cidadão. O que o movimenta é o desejo de ter seu carro, a moto; quem dá o suporte afetivo e emocional é a esposa que também trabalha e tenta auxiliá-lo e motivá-lo em seus empreendimentos:

Quando eu saí de lá, eu decidi minha vida né! Eu falei: “eu não quero mais isso pra mim”... o que eu tinha do crime, eu dispensei tudo, joguei tudo fora...você entendeu? Eu não quis mais nada. Eu falei; daqui pra frente, eu vou começar do zero. [...] Hoje, eu tenho minha moto... que eu comprei e paguei! Tenho carro... que a gente ta pagando! [...] Futuramente, quando eu terminar de pagar esse carro, se Deus quiser, eu vou abrir a minha empresa. Eu vou abrir uma transportadora. (Lucas)

Depois que saíram da FEBEM, a situação ficou ainda mais adversa para dois jovens: Neto e Junior. No caso deste último, a própria família passou a rejeitá-lo, mas principalmente a dificuldade de acesso ao trabalho é hoje uma situação desencadeadora da atividade ilícita. Viver numa sociedade mediada pela mercadoria e com grande ênfase para o consumo é algo que torna ainda mais complexa a relação com possíveis empregos à medida que estes não asseguram o padrão de consumo que pode ser alçado com a venda de drogas, mas que também não significa grandes somas ou acúmulo de riqueza. Para isto basta observar o rendimento auferido por Junior na atividade ilícita que hoje realiza: cerca de 1300 reais, portanto um valor menor que o do salário mínimo, caso de fato este correspondesse ao atendimento das necessidades dos trabalhadores³⁸. Por outro lado, o seu rendimento é maior que a média dos trabalhadores francanos que atuam nas atividades ligadas ao setor calçadista que tem uma média de 800 reais. Além disso, o jovem não tem as atividades cotidianas controladas pelo patrão a quem presta contas, porém, sem cartão de ponto, sem horários impostos e pré-determinados, sem supervisão controladora, sem metas e serem alcançadas independente da situação e contexto comercial. Em contra partida, não tem direito à seguridade social: seguro desemprego, aposentadoria, seguro saúde, férias, 13º salário, etc.

Junior não demonstrou desejo de ter acesso a certos bens de consumo, mas na sua representação de provedor, no papel de esposo, acredita ser de sua responsabilidade manter o acesso de sua companheira a tais bens. É importante destacar a importância que este jovem dá a esta relação afetiva, afinal ali ele

³⁸ Segundo o Dieese o salário mínimo necessário para garantir os preceitos constitucionais, em outubro de 2008 deveria se R\$2014,73. A este respeito Cf.. DIEESE. **Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos**: salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminnov08.xml>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

materializa seu anseio de efetivar uma família com a qual possa sempre contar sem receios, visto que cresceu sem a devida proteção familiar.

Na sua fala é perceptível o desejo de manter, principalmente para a esposa, ainda muito jovem, um padrão de consumo que envolve um rendimento maior:

Se ela que uma roupa, eu tenho que paga, se ela quer um negócio eu tenho que paga... eu não acho ruim, mas tenho que paga, eu tenho que me vira... então, é isso e roupa de muié, um pedacinho de ropa é muito caro...
(JUNIOR)

O desejo de consumo, tão estimulado na sociedade atual, aparece nas falas dos outros jovens também, ora de forma explícita, ora mediado pela elegância de um dos sujeitos quando este se apresentou para a entrevista, como foi o caso de Neto. Durante a entrevista, uma moto Amazonas passou pela rua. O jovem não pode esconder os olhos brilhando e disse que aquela era a moto que ele queria ter. O fato é que, tratava-se de uma moto muito cara, que apenas poucas pessoas podem ter; o que aponta seu enorme desejo de consumo, com a junção perigosa de um perfil empreendedor na linha de crime. Neto é um jovem que parece executar, preferencialmente, feitos de grande porte, de grandes lucros, mas com a discricção de um profissional. Sempre foi um adolescente que se destacou por sua conduta serena, por suas idéias ponderadas e pelo seu poder de liderança, também sempre muito discreto, beirando a negação e, conseqüentemente, dificultando sua identificação enquanto tal, uma estratégia de auto-proteção inerente aos jovens em situação de conflito com a lei.

5.5 Os projetos de futuro

Quando se trata de pensar o futuro, pode-se construir projetos a partir dos quais os sonhos são incorporados ou, apenas permanecer naquilo que idealmente deseja-se, sem no entanto, levantar os elementos necessários no sentido de construir a base concreta do sonhado. Como afirma Marx (1987), o homem constrói a sua realidade, mas o faz a partir das condições determinadas.

Os contextos nos quais estão inseridos os jovens desta pesquisa são diferenciados, porém mediados fundamentalmente por um país com profundas desigualdades sociais e com índices de violência contra a juventude que são

extremamente graves, conforme explicitado no capítulo 2 deste trabalho. É difícil construir projetos com bases reais num contexto tão adverso e só estão, de fato, conseguindo fazê-lo os dois jovens que estão tendo apoio econômico e trabalhando legalmente.

Conforme já explicitado, Lucas trabalha três períodos porque está empenhado, junto com a esposa, em conseguir montar uma transportadora. Os planos de Lucas e sua esposa estão em fase de efetivação, grande parte já foi realizado graças ao apoio da família. Porém, como a esposa mesmo relatou, o jovem tem empregado grande esforço na atividade laborativa. O esforço do casal, percebido pelos familiares, se converte em cada vez mais apoio e credibilidade, o que significa que tudo tem caminhado conforme o projetado por eles. Os fortes laços de afeto e admiração mútua entre ele e a esposa têm sido fundamentais para isto. É a fala da esposa que melhor traduz esta afirmativa:

Que a idéia surgiu dele né... dos fretes que eu faço. Porque ele...era assim... ele trabalhava... depois que ele saiu da FEBEM, tudo... aí, ele tirou a carta dele, tudo né! Aí, ele foi trabalhar de entregar lanche, tudo... aí tal... trabalhou 3 anos a noite. Trabalhava de dia e de noite. Sempre trabalhando de dia e de noite né! Pra poder pagar e a gente poder sair... comer bem, entendeu... ter as nossas coisas e tudo! Aí, ele trabalhava na fábrica, trabalhava lá dentro e na hora do almoço, ele falou pra mim: Luana, eu vou comprar... eu vejo sempre umas carretinhas né... que engata atrás da moto, e eu vou começar a fazer uns fretes com essa carretinha! [...] e ele começou a ganhar dinheiro com isso! Ele começou a ganhar o mesmo tanto que ele ganhava trabalhando. Então, ele tem boas idéias [...] (Luana)

A situação de Santiago é ainda um pouco mais confortável de que a de Lucas. Filho de família com boa sustentação econômica tem nos planos de futuro e, mais do que um sonho, possui condições de execução destes, pois, possui apoio familiar, amor, apoio social (amigos de trabalho), trabalho formal, ou seja, as condições necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades. Seus planos, de fato, são empreendimentos já em estágio de efetivação e se concretizarão economicamente, mas também afetivamente com o seu casamento.

É... aqui é um dos projetos... um dos... se Deus quiser, vai ser um dos... a minha tendência, é continuá igual a de antigamente, construí uma família... tê um filho, entendeu? Se pude, te dois, três... adoro criança! Tenho sobrinho, tenho afilhado.. então é... a minha família, é construí igual meu pai construiu também... co meu pai e cá minha mãe... tê um lar, uma esposa, um marido, os filhos e... vivê sabe... tentá melhora.... sempre... (Santiago)

Os outros dois jovens que permanecem nas atividades ilícitas têm o seu futuro ameaçado todos os dias pelo próprio desenvolvimento da atividade no seu cotidiano. É bom retomar aqui os dados destacados no segundo capítulo que Pochmman, (2004, p 234-7), levantou sobre os índices da violência: as taxas de homicídio dos jovens entre 15 e 24 anos é maior que os países que estão em conflito aberto; em 2001, 34,7% dos jovens brasileiros morreram por homicídio. A violência não atinge apenas os jovens que tem atividades ilícitas, mas estes são alvos prioritários desta violência aberta que é praticada tanto pelo narcotráfico e suas disputas de território, quanto pela polícia.

Neto e Junior vivem neste interregno perigoso entre a vida e possibilidade de morte e, talvez por isto tenham tido tanta dificuldade de falar de seus projetos de futuro. Mais do que projetos, eles idealizam alguma condição ou situação, porém o ideal é desconectado da realidade concreta vivenciada por eles; na verdade, mais do que tudo, pensam em algo ideal diante da imobilidade na qual se encontram.

Eu tenho prano de, de arrumá um serviço né. Tô alguma coisa na vida! Que nessa vida aqui, quando eu ficar mais velho eu nunca vou ter uma aposentadoria, nunca vô... não vai ter como eu faze isso pro resto da vida, então, tem que arruma um serviço né! [...] Eu queria ver né... um dia, se aparecer uma oportunidade... (Junior)

Hoje em dia tem muitas alternativas, tem muitas, graças a Deus eu terminei minha escola...terminei, to querendo já começar a fazer um curso, que eu vô começar a fazer radiologia...(Neto)

É interessante analisar como Junior sabe que no mundo do tráfico não há futuro, mas por outro lado, sozinho, sem apoio da família, sem grande experiência de trabalho e, estigmatizado pelo passado, não consegue ver alternativas, talvez até porque elas, de fato não existem, ou se existem são difíceis de serem viabilizadas, em especial se o jovem (conforme suspeita a pesquisadora) passou a ser usuário de drogas mais pesadas como o crack. E para quem não tem alternativa, resta seguir mesmo assim, sabendo, que a realidade concreta não se converte em realidade sonhada.

Neto fala de um projeto ideal, talvez até porque mesmo tendo admitido que continua nas atividades ilícitas não tenha tido liberdade para falar de sua carreira na crime. E, também, porque não só os pesquisadores sabem, que a média de vida para quem está nas atividades ilícitas, é de 3 anos....

A situação dos jovens desta pesquisa ilustra as possibilidades de futuro que esta sociedade tem oferecido para a juventude brasileira: a absoluta falta de perspectiva de futuro para grande parte deles... Para aqueles que conseguem se safar, a ideologia diz que as exceções, ao invés de confirmar a regra, mostram que é possível aos aptos sobreviverem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou trazer dados e informações para a compreensão do fenômeno da violência estrutural e seus rebatimentos sobre as juventudes brasileiras, como também, buscou colaborar sobre questões essenciais às profissões que atuam junto a este segmento nos diversos espaços sócio ocupacionais.

Entender os fios que se unem na construção das trajetórias dos jovens desta pesquisa é acima de tudo, a partir da realidade singular, buscar as mediações fundamentais que dão visibilidade a este contexto social marcado pela violência e pela fragilização dos direitos humanos fundamentais, como diz Iamamoto (2007), “em tempos de capital fetiche”.

Ao se aproximar das histórias dos sujeitos desta pesquisa, foi possível identificar as mais diversas formas de violência vivenciadas por eles ao longo da vida e a não efetivação dos direitos previstos pelo ECA. A violência estrutural, por estar ativa em todas as ramificações da vida em sociedade, atingiu e influenciou de forma incontestavelmente intensa as suas trajetórias de vida e a própria composição do ser, em cada um deles, de acordo com suas subjetividades, aspirações e sonhos.

As marcas comuns da trajetória destes jovens são mediadas pela presença do Estado: passagem pela FEBEM. Na realidade foi o momento em que houve a intervenção do Estado e esta deveria ter se dado no sentido de garantir que os jovens tivessem possibilidades de retornar às condições saudáveis de desenvolvimento; no entanto, foi o momento em que se dissipou esta possibilidade, só retomada em dois casos após a intervenção firme da família; aqueles que não tiveram este amparo permanecem no mundo do crime e com pouquíssimas possibilidades de viverem tempo suficiente para projetar algo diferente para suas vidas.

Em cada jovem entrevistado, foi possível ver as marcas ainda não cicatrizadas, que as violências institucionais deixaram, e a humilhação sofrida toma dimensão mais ampla, maior até que a violência física, pois, atinge a dignidade humana, atinge a força a ser usada no futuro; atinge tão profundamente que, todos esses jovens não suprimiram, esse doloroso sentimento em seus relatos. A intervenção do Estado junto a estes jovens significou a violação de direitos humanos fundamentais, o desrespeito à condição especial de desenvolvimento e, os rebatimentos disto em suas vidas são imensuráveis.

Pior do que essas marcas, no entanto, são as escassas chances de realização no âmbito do trabalho, de ascensão pessoal, de recuperação da auto-estima e da possibilidade de viver e desenvolver-se a partir daquilo que se convencionou como condições legais. A violência a que são vítimas estes jovens, em especial aqueles que não estão trilhando no âmbito das atividades lícitas, os deixam sem condição de sair dessa dinâmica que se auto-reproduz impiedosamente de forma cruel e constante em suas vidas.

Compreender o que é a violência estrutural, como ela se manifesta concretamente no âmbito da vida, como são os mecanismos que permitem às ideologias da classe dominante reproduzirem-se e manterem-se estreitamente ligadas aos ditames do capital, tem também caráter essencial.

Adquirir uma visão de totalidade, por meio de contínuos estudos, que comportem estas transformações sociais e políticas, faz com que os profissionais tenham melhores condições de analisar e traçar estratégias de atuação que possam vislumbrar um arsenal teórico-prático com a capacidade de alterar a realidade de uma forma mais adequada aos interesses da classe trabalhadora. É preciso ter claro que a classe dominante dispõe de uma infinidade de artifícios que induz os indivíduos rumo aos seus objetivos, destituindo a autonomia crítica por meio da alienação sobre a atuação do capital em suas vidas, no âmbito do trabalho, das políticas públicas (ausentes ou pontuais); na alteração de valores, de condutas éticas, de comportamentos, entre todos os outros espaços de reprodução da vida em sociedade por onde a ideologia do capital se infiltra.

Na retomada das trajetórias dos jovens foi possível perceber que dois dos egressos (Santiago e Lucas), hoje estão trabalhando e desenvolvendo atividades que os levam a projetar seus sonhos para o futuro com perspectivas promissoras, poderíamos dizer: não projetam sonhos, constroem planos para o futuro. Ao contrário dos outros dois (Junior e Neto) que submersos no mundo das atividades ilegais e não conseguem projetar algo mais consistente para o futuro; mantêm no âmbito do sonho os seus desejos e não alcançam caminhos para projetar estes sonhos como projetos.

O que diferenciou as trajetórias destes jovens?

A resposta a esta questão é complexa e demanda a percepção de *n* mediações que estão presentes dando significado às diversas trajetórias dos jovens.

Um dos elementos de maior destaque que compõem de forma determinante os diversos direcionamentos dados à vida por parte dos jovens passa necessariamente pela classe a que pertencem, não só eles, mas também as suas famílias de origem ou, depois ampliada, como no caso de Lucas que passou a ter o apoio da família da companheira. Após cumprirem medida sócio educativa de internação, tiveram respaldos familiares para retornar à vida em sociedade, sem ficarem marcados pelos atos infracionais. As famílias que conseguiram fazer isto tinham respaldo financeiro para fazê-lo. É ilustrativo o caso de Lucas, em que a família da companheira cedeu uma casa para morarem longe do local onde havia se envolvido com o tráfico; a família de Santiago o protegeu do estigma, arrumou trabalho e o apoiou todo o tempo.

Aqueles que a família não conseguiu respaldar, também não tiveram nenhum apoio da sociedade ou do Estado: ficaram por conta de sua própria sorte, marcados pela violência institucional e pelo estigma de egresso da FEBEM. Esta condição talvez não tenha marcado tão decididamente Neto, que sabe por onde seguir quando tudo lhe é negado, mas Junior é um caso que merece reflexão.

Junior demonstra em sua trajetória a dor que o acompanha todos os dias de sua vida, seja pela ausência da figura materna e de proteção, seja no arrependimento por ter cometido o ato infracional, ou mesmo no desejo de formar uma família com a companheira, em nosso entendimento, uma família que lhe traga a ausência da solidão e do medo de ficar só. Junior tem sentimentos bons, pacíficos; busca e precisa de tão pouco: paz e segurança. No entanto, não tem oportunidades que possibilite mudar de vida. Isto é ou não uma violência das estruturas sociais? Ele poderia ter sido um ótimo filho e neto, um pai amoroso e presente, um homem generoso e próspero; e, apesar de suas qualidades, está praticamente, condenado a viver sem o pouco que precisa pra ser feliz. A culpa por tudo essa dor e tragédias pessoais é dele?

A resposta está baseada nos estudos que este trabalho demandou sobre violência estrutural, que possibilitou, respaldados pelos depoimentos dos jovens, entender as dificuldades encontradas nas trajetórias dos jovens: o quadro de carências econômicas e, no caso de Junior, também de carência afetiva e violência doméstica, a precarização do ensino, o trabalho precoce e mal remunerado, a falta de acesso às políticas públicas, a sedução do consumo e a alienação, a ausência de projetos coletivos aos quais pudessem se apegar. Estas são mediações

fundamentais que se somam às vivências familiares para dar significado às trajetórias seguidas pelos jovens.

Apesar da lei máxima deste país e de suas leis complementares falarem que os jovens estão sob a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade, na realidade foi possível constatar que as famílias têm sido as únicas responsáveis; os outros entes têm servido mais para penalizar os jovens oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo do que para promover seu desenvolvimento e faz isto negligenciando as políticas públicas, violando direitos humanos fundamentais, estigmatizando os jovens egressos e negando-lhes trabalho, estudo, negando-lhes a condição de projetar para além dos sonhos, os seus projetos.

Apesar de destacar a importância do respaldo econômico dado pela família ao jovem para a sua retomada a uma vida afastada do universo do crime, é importante salientar que aqui não se pretende relacionar riqueza como um elemento determinante para o não cometimento de atos infracionais. Isto seria o mesmo que afirmar que pobreza é um núcleo formador de violência; no entanto, este trabalho procurou demonstrar que melhores condições econômicas podem facilitar o acesso a um contexto mais propício ao desenvolvimento do jovem e, o reverso disto, a condição de privação, expõe mais diretamente as famílias às violências das estruturas sociais, cujas atribulações advindas das lutas cotidianas desgastam e geram outras formas de violências, dificultando o exercício de sua função protetora e cuidadora, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Desconsiderar isto é o mesmo que não admitir que acesso a uma vida digna traz melhores condições de desenvolvimento do ser humano. Afinal, estão em igual condição os jovens de diferentes camadas sociais: aqueles que têm alimento farto, acesso a boas escolas, acesso aos bens de consumo, atividades físicas, acesso a médicos e terapeutas e aqueles que nada tem? Ou, estas diferenças não fazem a *diferença* no que se refere ao desenvolvimento integral, com acesso a cultura, saúde, alimentação e estudos acompanhados e devidamente orientados em sua qualidade?

Se, tudo o que todos querem ter acesso não faz diferença, por que buscar os melhores especialistas quando os filhos estão com algum problema? Por que procurar dar acesso às melhores escolas, acesso ao lazer e a uma vida digna? Acesso a bens e riquezas socialmente produzidas é direito e necessidade de todos os indivíduos, sejam pobres ou não, e isto contribui de forma decisiva para traçar os

fios das trajetórias de todos os jovens, sejam eles os nossos filhos ou aqueles que hoje são estigmatizados como egressos da FEBEM. Foi isto que esta pesquisa procurou demonstrar!

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão sócio-econômica e violência urbana. **Sociologias**: violências. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

ABRAMO, H. W.; FREITAS, M.V.; SPOSITO, M. P. (Org.). **Juventude em debate**: análises de uma pesquisa nacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: BORON, A. A (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-24.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Eles entram atirando**: policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil. Londres: Índice AI: AMR, Secretariado Internacional-1, 2005.

ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M. E. F. de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 07, n. 3, p.125-132, jul/set, 1993.

ARAÚJO, B. (Org.). **Crianças e adolescentes no Brasil**: diagnósticos, políticas e participação da sociedade. Campinas: Fundação Cargil, 1996.

ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ATAÍDE, Y. D. B. Falam as crianças: depoimentos. In: ARAÚJO, B. (Org.). **Crianças e adolescentes no Brasil**: diagnósticos, políticas e participação da sociedade. Campinas: Fundação Cargil, 1996. p. 83-98.

ATHAYDE, C.; BILL, MV; SOARES; L. E. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Crianças vitimizadas a síndrome do pequeno poder**: violência física e sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Iglu, 1989.

BEATÓN, G. A. **La persona en lo histórico cultural**. São Paulo: Linear B, 2005.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra reforma**: desestruturação do Estado e a perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BILL, MV; ATHAYDE, C. **Falcão**: meninos de tráfico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

BEISIEGEL, C. R. **Política e educação popular (a teoria e a prática de Paulo Freire)**. São Paulo: Ática, 1982.

BERNAL, E. M. B. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos, para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 25, n. 79, p. 108-132, nov., 2004.

BRANDÃO, C. R. Da educação fundamental ao fundamental da educação. **Proposta**, São Paulo, p.05-34, set., 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados, 1993.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Organização do texto por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1993.

BRANDEMARTI, H. FEBEM: o complexo Ribeirão Preto em conflito com a lei? In: ENCONTRO DE PESQUISA NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC-CAMPINAS E UNICAMP, 6., 2005, Campinas. **Caderno de resumos...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2005. p. 69.

CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. (Org.). **A criança e a violência na mídia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 1988.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ, 1998.

CENTRO DE ESTÚDIOS SOBRE LA JUVENTUD – CESJ. **Studio**: uma revista sobre juventud, Habana, p.04-96, en.-jun., 2006.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHENIAUX, S. **Trapaceados e trapaceiros: o menor de rua e o Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CINTRA, T. P. **Violência e resistência: o grupo AMAR na luta pela efetivação dos direitos do adolescente autor de ato infracional**. 2006. 275f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.

COHN, A. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.160-179.

COIMBRA, C. M. B. (Coord.). **Violência e exclusão social**. Niterói: EDUFF, 1999.

COIMBRA, M. I. A M. **A perspectiva do adolescente que cumpre medida sócio-educativa no município de Franca**. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.

COSTA, A. P. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 83, p.63-83, 2005.

COSTA, J. F. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.75-88.

COTRIM, G.V. **Direito e legislação: introdução ao direito**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

CRESS 7ª R-RJ. **Assistente social: ética e direitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2001. (Coletânea de leis e resoluções)

CRESS/SP. Congresso Nacional: conservadorismo ameaça o ECA. **Jornal Ação do CRESS/Sp**, São Paulo, p.06, jul.-set, 2005.

DIEESE. **Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos: salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminnov08.xml>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

DINIZ, A. **Correndo atrás da vida: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua/UNICEF**. Belém, PA: Cejup, 1994.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2005. **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2005.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2006. **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006.

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2007. **Relatório da rede social de justiça e direitos humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

EPTV. Internos da Fundação CASA com bom comportamento vivem em esquema de “república” em Franca. **O Globo**, 2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/10/15/internos_da_fundacao_casa_com_bom_comportamento_vivem_em_esquema_de_republica_em_franca-585952832.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2008.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Impunidade e inimizabilidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 25, n. 77, p. 78-97, 2004.

_____. Da repressão à educação. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, ano 26, n. 83, p. 183-184, 2005.

FARINELLI, M. R. **Instituto ATENDE – consultoria em desenvolvimento humano: a construção de um espaço profissional alternativo nas organizações de calçado de Franca-SP**. 2007. 150f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

FEBEM. **Regimento interno**. São Paulo: Fundação CASA, 2008. Disponível em: <<http://www.febem.sp.gov.br>>. Acesso: 10 dez. 2008.

FOUCALT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRAGA, P. C. P. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: RIBEIRO, A. M. M.; LULIANELLI, J. A. S. **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 81-108.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, M.V.; PAPA, F. C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectiva. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

GODINHO, T. Que mulher é essa? Na família a mulher é boa gestora da pobreza; é capaz de se 'virar' com pouca para tornar a socialização menos rebelde. In: WANDERLEY, M. B. (Org.) **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004.

HOBBSAWN, E.J. **A era do capital (1848-1875)**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília, DF, UNB, módulo 1, p.111-128, 1999.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: censo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

IULIANELLI, J. A. S.; RIBEIRO, A. M. M. (Org.). **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

KEHL, M. R. A juventude como sintonia da cultura. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 89-116.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUCINSKI, B. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.181-199.

LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 39).

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n.4, p.01-18, 1978.

MARQUES, M. A. B. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATRACA. Organizações sociais e personalidades apóiam as demissões na Febem. **Agência de Notícias da Infância**, 2008. Disponível em: <www.matraca.org.br/noticias272.htm - 23k>. Acesso em: 11 dez. 2008.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MIOTO, R. C. T.; REGINA, C. T. M. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 28, n. 55, p.115-130, 2007.

MOREIRA, E. M.; VASCONCELOS, K. E. L. Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 27, n. 76, p. 165-180, 2006.

MURAD, J. G. P. **O jovem em situação de privação de liberdade e seu acesso aos programas de atendimento à criança e adolescente na cidade de Ribeirão Preto**. 2003. 146f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo-USP, Ribeirão Preto.

NOGUEIRA, W. N. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 83, p. 05-29, 2005.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. p. 75-90.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

NOVO AURÉLIO. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, J. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1993. (Série legislação brasileira)

OLIVEIRA, V. C. **O espaço social em questão**: o Movimento de União dos Sem-Teto em Ribeirão Preto. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

OZELLA, S. Adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: _____. **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-40.

_____. (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, E. **Anarquismo e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULON, E. P. **Política de assistência social para adolescentes**: o caso de Barretos-SP. 2003. 174f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

PEREIRA, I.; MISTRINER, M. L. **Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional. São Paulo: IEE/PUC, 1999.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

_____. **A batalha pelo primeiro emprego**. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIDENTI, M. **Classes sociais e representação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, 31).

ROSA, E. T. S. Adolescente com prática de ato infracional: a questão da inimputabilidade penal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 22, n.67, p. 182-202, 2001.

SALES, M. A.; MATOS, M.C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, A. M.; GROSSI, P. K. Mídia e consumismo na infância: crivagens da violência invisibilizada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano 26, n. 83, p. 116-127, 2005.

SANTOS, G.; SANTOS, M. J.; BORGES, R. A juventude negra. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 291-302.

SANTOS, M. C. de S. **Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela política pública de assistência social no município de Pitangueiras-SP**. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.

SANTOS, M. J. P. Adolescentes negros: o significado da escolha do parceiro afetivo e sexual. In: OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 65-90

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. São Paulo: FAPESP, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE. Faculdade de História, Direito e Serviço Social - UNESP- Franca/SP, 2006.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo, ano 26, v. 15, n. 83, 2005.

SILVA, J. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. 2. ed. Niterói, RJ: Eduff, 2003

SILVA, J. F. da. **"Justiceiros" e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Serviço Social e violência estrutural: notas introdutórias. **Serviço Social e Realidade**, Franca, p. 1-24, 2006.

SILVA, R. B. **Adolescentes autores de ato infracional em transição para a liberdade: um estudo na casa de semiliberdade de Florianópolis/SC**. 2005. 96f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca.

SINGER, P. A Juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-35.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

SOUZA, A. D. **A identidade forjada pela mídia: expressões cotidianas relatadas por jovens das classes populares em roteiros pelos metrô de São Paulo**. 2007. 155f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. FREITAS, M. C. de. (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 209-243.

TEMPORALIS. Brasília, DF: ABEPSS, ano 2, n. 3, p.117, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRASSI, M. L. **Adolescência e violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

VOLPI, M (Org.). **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

YAZBECK, M. C.. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

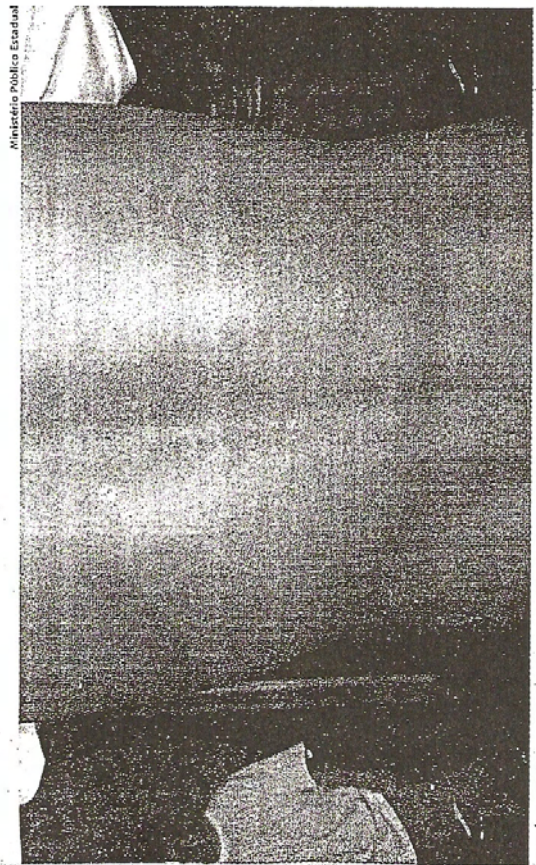
YAZBECK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social**. Brasília, DF: CEAD, módulo 2, p. 87-99, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

SOB SUSPEITA Promotoria abriu inquérito para investigar conduta de 24 funcionários acusados de torturar jovens nas unidades

Febem é novamente alvo de investigação



Menor mostra marcas de agressão ao Ministério Público, na unidade da Febem em Ribeirão Preto

RICARDO GALLO
FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

O Ministério Público Estadual abriu novo inquérito para investigar a conduta de 24 funcionários supostamente envolvidos em sessões de tortura nas três unidades da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) em Ribeirão Preto.

Os acusados — entre eles o atual diretor regional, Marcos Donizete Ivo, e o ex-diretor da UI Rio Parado, Adauto Pereira — poderão ser processados por improbidade administrativa por maus-tratos a internos da instituição e podem perder o cargo e os direitos políticos. A ação deverá ser ajuizada em fevereiro.

A abertura do inquérito foi feita antes mesmo pelo promotor da Cidadania Sebastião Sérgio da Silveira. "O inquérito vai apurar eventual ato de improbidade de

todos aqueles que participaram da prática da violência na Febem", disse ontem o promotor Marcelo Pedroso Goulart, responsável pelas áreas da Infância e Juventude.

A lei de improbidade considera irregular ações que fujam às atribuições de agentes públicos.

Com a instauração do procedimento, Silveira vai apurar a responsabilidade dos funcionários da Febem na agressão dos menores. Ele tem em mãos o relatório feito pelo Ministério Público em parceria com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o que deve acelerar o fim das investigações.

O documento inclui depoimentos de 80 pessoas, entre internos, funcionários e ex-funcionários, e fala sobre tortura na instituição.

As denúncias contra a Febem começaram a aparecer em agosto, depois de uma visita surpresa de Goulart à UI (Unidade de Inter-

nação) Ribeirão Preto. Entre julho e agosto ocorreram quatro intervenções violentas nas unidades Ribeirão Preto, Ouro Verde e Rio Parado, as três existentes no município.

No último dia 11, Goulart entrou com uma ação civil pública contra a Febem e o governo do Estado de São Paulo. No processo, pediu que ambos pagassem R\$ 2,4 milhões — o equivalente a 10 mil salários mínimos — como indenização pelas agressões praticadas contra os menores.

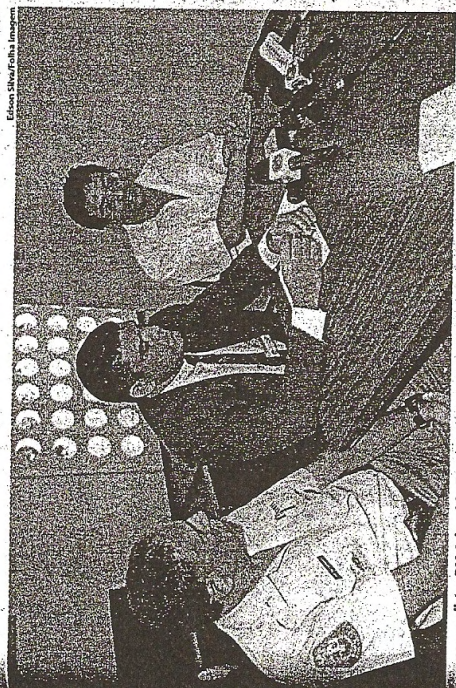
Outro lado

Por meio da assessoria de imprensa, a corregedoria da Febem informou que vai tomar as medidas necessárias assim que for notificada sobre o procedimento do Ministério Público. A Folha não encontrou Silveira, Marcos Donizete Ivo e Adauto Pereira na tarde de ontem para comentar o caso.

ANEXO B

JOVENS INFRATORES Diretor da fundação diz que o Grupo de Apoio de Apoio foi chamado porque os jovens não aceitavam revista

Febem volta a negar agressões a internos



Esq. para a dir., o PM Adevaldo Fortunato, o diretor da Febem, Marcos Ivo, e o médico Adércio da Silva

EDUCAÇÃO Ligação fala que data da matrícula mudou alouros da USP de Ribeirão recebem trotes telefônicos

UNDO PRATTI
...ANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO
...uros da USP (Universidade
... Paulo) de Ribeirão recebe-
...os últimos dias trotes telefô-
... de alguém que se identifica
...endo da Fuvest (Fundação
...stria para o Vestibular),
...ndo sobre uma tabela mudan-
...ta das matrículas.
...p momento, a diretoria da
...de Filosofia, Ciências e
... da USP recebeu seis liga-
...de pessoas que confirmaram
...do vítimas do trote. Os calou-
...entencem aos cursos de ciên-

cia da informática e documenta-
ção e matemática aplicada aos ne-
gócio. Nas ligações, a pessoa diz
que as matrículas serão efetuadas
no dia 12 e não mais nos dias 9 e
10, conforme divulgado no ma-
nual de inscrições.
Segundo a assessoria da univer-
sidade, quem faz as ligações tem
informações confidenciais da Fu-
vest, como RG, número de inscri-
ção e telefones. "Estamos preocu-
pados com os que não ligaram
checando a informação. Se al-
guém perder a vaga o vestibular
pode ser até invalidado", disse
Sandra Ferreira Rosa, 39, secretá-

ria da comissão de graduação.
A faculdade abriu sindicância
para apurar o caso. "No dia 4, um
funcionário foi para São Paulo,
onde obteve os prontuários, mas
não há telefones. Então, o
problema foi com a Fuvest".
A Fuvest não descarta a hipóte-
se de que alguém esteja querendo
tirar proveito da situação, mas
acredita que isso seja alguma
brincadeira. "Nunca tivemos co-
nhecimento de algo parecido.
Acredito que seja uma brincadei-
ra de mau gosto", disse Roberto
Celso Fabrício Costa, 62, coorde-
nador do vestibular da Fuvest.

ADRIANA MATUZO
FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

A direção regional da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) voltou a negar ontem, durante uma entrevista coletiva, que tenha ocorrido agressões a adolescentes em uma revista realizada na última terça-feira.

O fato foi denunciado por uma comissão interinstitucional, que conta com entidades como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Ministério Público Estadual. A comissão fez uma visita surpresa no mesmo dia da revista e registrou, por meio de fotos e imagens, as marcas de agressões.

O diretor regional da fundação, Marcos Donizeti Ivo, 35, estava acompanhado pelo comando da Polícia Militar e pelo médico que examinou os adolescentes. Segundo Ivo, a direção estava tentando realizar uma revista, mas os adolescentes não aceitavam, por isso o Grupo de Apoio foi acionado em São Paulo.

O diretor afirmou que os adolescentes foram deixados de cu-
das e tiveram seus cabelos raspados depois porque as medidas fazem parte dos procedimentos de segurança. De acordo com ele, o envolvimento do Grupo de Apoio, munido de cassetetes e estiletes, ocorre para que se evite confrontos. Ivo questionou o número fornecido pelo Ministério Público relativo aos adolescentes

ADRIANA MATUZO
FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Promotor diz que pediu 15 exames de corpo de delito

A Promotoria voltou a afirmar ontem que solicitou à Febem que 15 adolescentes fossem encaminhados para exames de corpo de delito.

Segundo o promotor, da Infância e Juventude Marcelo Perceiro Goulart, 46, foram feitos dois pedidos de encaminhamento: um, por meio de ofício, à UI Ribeirão Preto, para cinco adolesce-
ntes, e outro, informalmente, à direção da UI Rio Pardo, para que outros dez fossem enviados para o exame.

Segundo o promotor, o pedido foi feito pessoalmente durante a visita, para o diretor José Vitorino, que se propôs a atender à solicitação. Goulart não quis comentar outros assuntos abordados pelo diretor regional da Febem ontem.

Após a visita, o promotor afirmou ter praticamente certeza das agressões, já que adolescentes de unidades diferentes apresentavam ferimentos parecidos no corpo.

que foram encaminhados para o exame de corpo de delito.
Segundo ele, ao contrário do que foi divulgado, cinco jovens passaram pelo exame, não 15, como informou a Promotoria.

Quando as imagens e fotos registradas dos adolescentes feridos em unidades diferentes, o diretor regional disse que não sabe o que pode ter acontecido. "Temos diariamente confronto entre adolescentes", afirmou.

Apesar de o maior número de reclamações dos adolescentes ter sido feito na UI (Unidade de Integração) Rio Pardo, somente o médico da UI Ribeirão Preto, Adércio Pereira da Silva, 39, participou da coletiva.

Ele disse que examinou todos os adolescentes de sua unidade logo após a revista e que apenas um reclamou de agressão. O interno, que já tem mais de 18 anos, foi para a DIG (Delegacia de Investigações Gerais) e disse ao médico que apunhou de funcionários dentro do carro.

Segundo Ivo, os adolescentes da unidade Rio Pardo passaram por exames feitos por uma enfermeira e nenhum ferimento foi constatado. No dia seguinte, somente os adolescentes que reclamaram passaram pelo médico. "Não examinei aqueles que tiveram imagens divulgadas", disse Silva.

O capitão da PM Adevaldo Fortunato, 47, também negou que tenha ocorrido agressões.

Para diretor, agressão pode ser invenção

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

das obras do novo prédio da unidade, que deverá ser inaugurado neste mês.

Segundo ele, os adolescentes imaginam que o local será bem mais seguro do que o utilizado atualmente. Neste ano, fugiram 13 adolescentes da UI Ribeirão Preto, a mais antigas das unidades.

rígidas adotadas desde que ele assumiu a diretoria, como o uso obrigatório de uniformes e o corte de uma visita — já que antes eram duas por semana.

Na opinião dele, também os adolescentes, especialmente os da UI Ribeirão Preto, estão muito ansiosos por causa da finalização

Para o diretor regional da Febem, Marcos Donizeti Ivo, os adolescentes podem ter "inventado" as agressões para o Ministério Público Estadual.

Segundo Ivo, os internos estavam descontentes com medidas

ANEXO C

ESPORTE
 ESTÁ INCLUIDO
 NESTE CADERNO

Tel.: 0xx/16/633-6116
 E-mail: folharib@uol.com.br
 Fax: 0xx/16/633-9945

FOLHA RIBEIRÃO

Serviço de
 atendimento ao assinante:
 0800-703-8060

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2004 ★ INCLUI COTIDIANO

INFÂNCIA Das 69 investigações abertas em 2003, somente duas foram concluídas; há apurações em trâmite desde 2001

Sindicância emperra na Febem de Ribeirão

Corregedor vai
 montar equipe a
 Ribeirão Preto

REPORTAGEM PARA A FOLHA RIBEIRÃO

A Corregedoria da Febem diz que enviará uma equipe na próxima semana a Ribeirão Preto para "alavancar" as investigações que estão em andamento nas unidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho.

Segundo o corregedor geral da Febem, Alexandre Artur Perroni, 32, o número de investigações é grande em todas as unidades do Estado e a equipe de quatro estagiários será ampliada para que o trabalho seja mais ágil.

A Corregedoria não atende a Ribeirão Preto, atende todo o Estado. "É muita coisa", disse Perroni. Segundo ele, quando uma sindicância é instaurada, o prazo de 30 dias para ser concluída é prorrogável por mais 30 dias a pedido dele, e por mais 30 dias a pedido da presidência da fundação.

Quando a sindicância resulta em processo administrativo, o prazo também é prorrogável por mais 30 dias a pedido da presidência.

Quando todos os perío-

dos, a investigação duraria, no máximo, 150 dias —no entanto, em Ribeirão Preto, por exemplo, duas investigações estão em andamento desde 2001. "Todos os processos estão em dia: Quando solicitamos documentações ou esperamos pelo depoimento de um funcionário que está em outra cidade, suspendemos a contagem dos dias", disse Perroni.

Segundo ele, a substituição da antiga CPP (Comissão Permanente Processante) pela Corregedoria, em maio do ano passado, foi importante porque aumentou de cinco para 14 o número de advogados do órgão, que foi informatizado.

Ele disse que espera que a Corregedoria fique ainda mais informatizada neste ano.

Novas denúncias

O corregedor afirmou que já tem conhecimento sobre as novas denúncias de agressão que teriam ocorrido na segunda-feira passada, em Ribeirão Preto.

Ele disse que obteve informações de que no dia teria ocorrido somente a contenção dos adolescentes por parte dos funcionários. A assessoria de imprensa da Febem informou que um funcionário teria abusado de força física para conter um adolescente e que ele já teria sido afastado.

SINDICÂNCIAS E PROCESSOS NA FEBEM

Em 2003

■ Na regional de Ribeirão Preto ■ No Estado de São Paulo (69 unidades)

Procedimentos instaurados



Procedimentos arquivados



Procedimentos concluídos com punição



125 diligências foram realizadas em Ribeirão Preto em 2003

1 Os processos mais antigos nas unidades da região* sobre tentativa de fuga

1 sobre a exposição de um adolescente a uma situação vexatória

*Procedimentos abertos em 2001 e que ainda não foram concluídos



COMO É A CORREGEDORIA?

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

■ Eles são designados para atuar em todas as unidades da Febem no Estado

■ O órgão foi criado em maio do ano passado. Antes disso, as sindicâncias ocorriam por meio da CPP (Comissão Permanente Processante), que era composta por cinco advogados

■ A Corregedoria da Febem no Estado de São Paulo é composta por 14 advogados, além de quatro estagiários

As investigações

Principal motivo: responsabilidade de funcionários sobre brigas entre adolescentes —em cerca de 40% do total de casos

Outros motivos: agressão de funcionário contra adolescente, agressão de adolescente contra funcionário, tentativas de fuga e tentativas de rebelião.

ADRIANA MATIUZO

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Das 69 sindicâncias e processos administrativos instaurados pela Corregedoria da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) no ano passado, relativos a irregularidades nas unidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, apenas dois foram concluídos com punição aos funcionários envolvidos —uma demissão e uma advertência.

Além dos casos que passaram a ser investigados em 2003, a Corregedoria, que foi criada em maio do ano passado (antes, as investigações eram feitas por uma comissão da Febem), ainda não concluiu dois procedimentos abertos em 2001 e outros dez instaurados em 2002.

De acordo com a própria fundação, do total de procedimentos abertos no ano passado, 14 foram arquivados por falta de provas ou por perda do objeto —quando o funcionário pede demissão, por exemplo. Outros 54 procedimentos instaurados no ano passado ainda estão em andamento.

A Corregedoria da Febem afirma que nenhum dos processos está com prazo ultrapassado, apesar de a lei prever um tempo máximo de 90 dias para a sua conclusão —30 dias, prorrogáveis por mais 30 pelo próprio corregedor e por outros 30 pelo presidente da fundação.

De acordo com o órgão, não há atraso porque toda vez em que é feita a solicitação de documentos ou de depoimento de testemunhas que estão em outra cidade, a contagem dos dias fica suspensa. Segundo o corregedor-geral, Alexandre Artur Perroni, 32, uma equipe da Corregedoria deve vir a Ribeirão na próxima semana para tentar agilizar os processos.

Apesar de vários inquéritos terem sido instaurados pelo Ministério Público e de um relatório da Promotoria da Infância e Juventude apontar uma lista de pelo menos 23 funcionários violentos dentro das unidades de Ribeirão e Sertãozinho, durante todo o ano

de 2003, cinco funcionários foram afastados. Dentre eles, um —cuja identidade não foi revelada— acabou demitido.

O relatório foi divulgado no final do ano passado e reúne descrições detalhadas sobre cinco intervenções violentas feitas por funcionários, que teriam ocorrido desde agosto nas unidades.

Para o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Luiz Fernando Silva, 37, a demora na conclusão das sindicâncias gera impunidade de funcionários e abala a credibilidade da fundação.

"A gente vê, de uma forma geral, que a sindicância ocorre mais como uma justificativa para a sociedade. A gente não entende por que demora tanto e não chega a conclusão", afirmou Silva.

Para ele, a demora representa a política do governo estadual, que não teria interesse em trabalhar os adolescentes. "Isso gera impunidade, dá a sensação de que podem fazer tudo", afirmou Silva.

Segundo o diretor regional do Sintraenfa (Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência ao Menor e à Família), José Alves Carneiro, todas as apurações feitas pela fundação são "muito lentas" e, quando o funcionário é chamado para depor, já nem se lembra mais do que ocorreu na irregularidade que está sendo investigada.

"Já que a Febem quer credibilidade, ela deveria agilizar essas sindicâncias. Quanto antes se resolve isso, melhor para o próprio funcionário que, mesmo sem ter cometido abusos, trabalha preocupado com o resultado das investigações", disse Carneiro.

Na sua opinião, a Corregedoria é bem estruturada para agilizar os trabalhos, apesar de estar atuando em todas as 69 unidades.

Para o promotor da Infância e Juventude, Marcelo Pedrosa Goulart, não existe preocupação da Febem em apurar com rigor as irregularidades denunciadas. "O que me assusta é que a Febem só se preocupa em proteger a sua própria imagem e a do governo."

Inquérito sobre nova denúncia de agressão é aberto

REPORTAGEM PARA A FOLHA RIBEIRÃO

O Ministério Público vai instaurar um inquérito civil para apurar denúncias de agressões a pais de adolescentes em Ribeirão Preto. Os pais procuraram o Ministério Público ontem.

Uma comissão formada por membros do Ministério Público e dos três Conselhos Tu-

telares fizeram uma visita surpresa à unidade e ouviram depoimentos dos adolescentes.

Segundo o promotor da Infância e Juventude, Marcelo Pedrosa Goulart, os adolescentes contaram que, depois de ter sido encontrada uma quantidade de droga após a visita do domingo retrasado, a tropa de choque da Polícia Militar teria sido chamada para realizar uma revista na unidade no dia seguinte.

Os adolescentes teriam sido retirados de seus quartos e colocados de cuecas no pátio. Após a saída da polícia, os funcionários teriam mandado os adolescentes recolherem bitucas de cigarros —quando eles não aceitaram, a agressão teria começado.

Eles disseram que levaram socos e chutes dos funcionários. Pelo menos cinco adolescentes ainda tinham marcas pelo corpo.

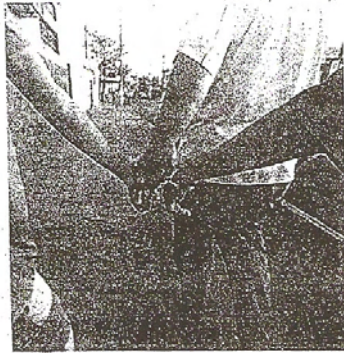
Por enquanto, o Ministério Pú-

blico ouviu oficialmente depoimentos de dez mães, dois padrastos e três adolescentes.

Em agosto do ano passado, denúncias de mães levaram o Ministério Público a uma investigação de quatro meses, que resultou em uma ação de indenização pedindo 10 mil salários mínimos (R\$ 2,4 milhões) contra a Febem. Até agora, a Justiça não se pronunciou se aceita ou não a ação movida pelo Ministério Público.

ANEXO D

INFÂNCIA De cada três infrações cometidas por menores na região, uma é por tráfico, enquanto no Estado os assaltos lideram Febem interna 88% a mais em Ribeirão



Adolescentes são conduzidos por investigador policial em Ribeirão



Operários trabalham na construção da nova unidade da Febem

KATUJICA MAGALHÃES
FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Com um aumento de 88% nas internações entre 2001 e 2003, a Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) de Ribeirão Preto aponta o tráfico de drogas como o principal motivo de internação dos adolescentes da região. Só no ano passado, esse crime respondeu por 33,8% das detenções.

A constatação diverge da verificada no Estado, que teve nos roubos qualificados — os assaltos — o principal motivo para internações no ano passado (54% do total). O tráfico de drogas aparece em segundo lugar, mas com apenas 10% das ocorrências.

Na região — que inclui três unidades de Ribeirão Preto e uma de Sertãozinho —, o roubo qualificado vem em segundo lugar, com 29,3% das internações (veja quadro nesta página).

Levantamento da própria fundação mostra que as internações de adolescentes na região passaram de 181 casos em 2001 para 340 em 2003 (em 2002, foram 305 ocorrências). No mesmo período, no Estado, o total de internações cresceu menos, 58,4%.

O aumento das internações fez com que a Febem contratasse em 2003 duas novas Unidades de Internação na região — a Sertãozinho, com 72 lugares, e a Rio Pardo (em Ribeirão), com 112 vagas. Além disso, o Estado inaugurará no próximo dia 28 o novo prédio da UI Ribeirão, que irá aumentar a capacidade da unidade de 120 para 150 lugares.

Falta de alternativas
Para o promotor da infância e da juventude de Ribeirão Marcelo Pedross Goulart, 46, a falta de alternativas e de boa educação para os jovens de classe média baixa é

um dos motivos que levam os jovens ao tráfico de entorpecentes.

Segundo ele, o menor se sente atraído por esse tipo de crime porque a venda de drogas oferece boa remuneração e armamentos que dão status. "O adolescente se sente importante. Sua auto-estima se eleva quando ele tem reconhecimento dos companheiros e é temido pela sociedade que o despreza", afirmou o promotor.

Na opinião do delegado da Dize (Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes) de Ribeirão, Cláudio Otoboni, 45, os menores passam a traficar porque sabem que são lentos de condenação.

Otoboni disse que os adolescentes têm consciência de que podem ficar internados no máximo por três anos. Além disso, na região, o tráfico é rentável devido à rota caipira, esquema internacional de tráfico com origem em países como Bolívia e Paraguai, com ramificações no interior paulista.

"O roubo é mais difícil e mais arriscado de ser praticado. Já a droga é mais fácil de ser comercializada. Por isso, os adolescentes entram no ramo", afirma.

A psicóloga da Febem de Ribeirão Preto Celina Lúcia Cavallini, 76, disse que hoje o argumento que mais atrai os adolescentes para o tráfico é o "trabalho". Para ela, os jovens encaram a venda de drogas como uma profissão.

"Eles pensam em ganhar dinheiro, ajudar a família, que na maior parte é de baixa renda, até mesmo consumir coisas que eles gostariam de ter e não podem porque não têm dinheiro", disse a psicóloga.

Ela defende que o jovem seja conscientizado do mal que ele causa às pessoas que consomem entorpecentes. "A nossa luta é para que eles não encarem o tráfico como trabalho e aprendam outras profissões que os ajudem quando voltarem para a rua."



Crime atrai novos adolescentes

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Além do aumento das internações, outro fator que preocupa a Febem é a diminuição da reincidência — quando o jovem volta à fundação após ter sido internado por outro crime —, já que os dois fatores combinados revelam que novos adolescentes estão entrando para o mundo do crime.

No âmbito estadual, a reincidência, que era de 23,2% em 2002, caiu para 19,3% em 2003. Distritamente, no Estado, é internada uma média de 30 jovens.

Para o presidente da Febem, Marcos Antônio Monteiro, o principal fator é a questão econômica. "Ribeirão tem uma característica de diferença de renda absolutamente significativa. Isso certamente é um problema que contribui", disse Monteiro.

Ele defende que o Estado invista no infrator desde a primeira vez em que ele é internado. Segundo ele, já existem projetos dando bons resultados. "A ideia é democratizar a informação sobre o tra-

balho das unidades que conseguem avançar na recuperação."

Outro problema apontado pelo ex-presidente da Febem Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, que dirige a fundação por um ano e dois meses, é o rebaiamento da idade média dos internos, que era de 15 a 17 anos, mas que, nos últimos anos, tem variado de 12 a 14.

Na opinião de Costa, os problemas econômicos, a desigualdade social e a educação defasada têm feito com que os jovens entrem mais cedo no mundo do crime.

O psicólogo Gilberto Abreu, 54, aponta, ainda, a ineficiência do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que, para ele, tem sido um desastre ao impedir que os adolescentes trabalhem.

Para ele, a proibição de ter um efeito faz com que os menores optem pelo crime, especialmente pelo tráfico, na região de Ribeirão Preto. "No mundo do crime, o menor infrator é considerado um herói. Para a sociedade, o menor, mesmo não cometendo delitos, é mais um excluído", disse.

Funcionários ficam sem punição

GILMAR PENTEADO
DA REPORTAGEM LOCAL

A apuração interna da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) de São Paulo sobre denúncias de irregularidades na instituição revela a punição a uma minoria. Das investigações administrativas instauradas pela fundação desde 2000 e já concluídas, 88% foram arquivadas sem qualquer punição.

De 18 de janeiro de 2000 a 6 de fevereiro deste ano, a Febem contabilizou 2.923 investigações abertas, segundo dados da Corregedoria da fundação. Destas, pouco mais da metade foi concluída — 1.566, 53,9% do total.

Só que das 1.566 apurações encaminhadas até agora, em apenas 192 houve alguma punição — suspensão, demissão por justa causa ou advertência escrita do funcionário. Na maioria dos casos, houve "insuficiência probatória". Segundo a Febem, uma "herança" de processos antigos herdada pela sua corregedoria ajuda a explicar a demora e as dificuldades na apuração.

Entre as irregularidades apontadas nos processos apurados, estão denúncias de agressões, espancamentos de internos, abuso sexual de adolescente e presença de drogas nas unidades.

A Febem também instaurou investigações para apurar furtos, tumultos e rebeliões. No ano passado, essas três itens se tornaram alvo de investigação do Gerco (Grupo de Atenção Especial de Repressão ao Crime Organizado) do Ministério Público.

Oito funcionários do complexo da Febem de Franco da Rocha (Grande SP) foram denunciados em junho de 2003 por supostamente incitar rebeliões, no caso que ficou conhecido como "malta da hora zero" — a facilitação dos noturnos seria uma forma de pressão para a Febem a pagar a jornada extraordinária aos funcionários.

As investigações da Febem também apontaram problemas administrativos, como furtos de materiais e sedimentos em carros. Não há um levantamento específico sobre os motivos que originaram as apurações já arquivadas, mas as denúncias de agressões lideraram as investigações internas.

Punições
De janeiro de 2000 até o último dia 6, 82 funcionários investigados foram demitidos por justa causa. Isso representa 1% do quadro pessoal da fundação, que tem cerca de 8.000 funcionários, segundo dados da Febem.

As investigações internas da fundação também resultaram em 254 suspensões de funcionários e 57 advertências escritas — uma investigação pode resultar na punição de várias pessoas.

O ano de 2003, com rebeliões em série, foi o mais agitado dos últimos anos, segundo dados da Corregedoria da Febem. Dos 82 demitidos, 37 foram desligados da instituição no ano passado, que também registrou 918 investigações instauradas, um recorde pelo menos desde 2000.

Além da punição ter atingido uma minoria, os números da Corregedoria da Febem também mostram leniência nas investigações. Das 1.566 apurações em andamento, 64 são originárias de 2000. Das 292 instauradas em 2003, por exemplo, 65 ainda estão na fase inicial da apuração.

"Existe um pequeno grupo que, se não ocorrer a devida punição, continua e atrapalha o trabalho de todo o resto", afirma o promotor da infância e da juventude de São Paulo Sueli Rêveria.

Segundo ela, o processo de apuração interna da Febem é falho. "Não há maior fermento para o crime do que a impunidade."

De 2001, foram nove denúncias de torturas ou maus-tratos sofridos por funcionários de São Paulo.



Internação piora, diz promotor

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

O promotor da infância e da juventude de Ribeirão Marcelo Pedross Goulart disse que a internação do menor infrator não resolve o problema. Segundo ele, a internação contribui para que os garotos aprendam outras funções dentro do crime e passem a ter as práticas de outros infratores como referência.

Quando ao tráfico de drogas, o promotor afirma, com base no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que a internação é ilegal. O menor só deve ir para a Febem se cometer infrações de grave ameaça ou violência contra a pessoa. Para ser internado por tráfico de drogas, o adolescente precisa ter cometido pelo menos três crimes do gênero.

De acordo com o presidente da Febem, Marcos Antônio Monteiro, a internação do menor infrator deve ser o último recurso do adolescente.

Na opinião dele, as alternativas de trabalho dentro das unidades da fundação foram pouco implementadas pelo Estado. Monteiro afirma que programas como o NAI (Núcleo de Atendimento Integrado) e o regime de liberdade assistida podem trazer melhores resultados do que internação.

"Eu acho que, na medida em que essas experiências forem multiplicadas, nós ganharemos credibilidade com o Judiciário. Ou seja, em vez de internar, podemos optar por colocar o menor em um programa de liberdade assistida", afirma.

Processos antigos prejudicaram órgão, diz presidente

DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente da Febem, Marcos Antônio Monteiro, afirmou que a Corregedoria da fundação recebeu uma "herança" de processos administrativos antigos, o que prejudicou o trabalho do órgão.

Antes, as investigações internas eram feitas por uma comissão concluída permanentemente.

Segundo a Febem, a Corregedoria começou seu trabalho com um acúmulo de 1.000 processos administrativos.

Por isso, existem apurações instauradas em 2000 que ainda estão em andamento.

Ele admite que o número de denúncias é baixo, mas salienta que a apuração de casos antigos é mais difícil.

"Tudo se acumulando em processos antigos, o que aumenta muito a dificuldade. Isso certamente atrasou o trabalho muito da Corregedoria. Ela teve pouco resultado de solução porque muitos registros são históricos."

ANEXO E

MENORES 2 Grupo exige saída dos policiais e cobra explicações sobre a situação dos filhos dentro da Febem de Ribeirão Preto

Mães bloqueiam a entrada da unidade



Foto: Silveira/Folha Imagem

de levar roupas. Elas afirmam que objetos de uso pessoal, como escovas de dentes e comidas têm sido apreendidos —além de não serem entregues aos internos, não são devolvidos aos visitantes. Segundo as reclamações, os adolescentes estão vestindo roupas sujas e rasgadas.

Uma das mães, que preferiu não se identificar, contou que, ao visitar os internos no último domingo, observou que eles passavam frio, pois não tinham agasalhos, e eram proibidos de recebê-los da família.

Direção

As mães também pediram a substituição do atual diretor, reclamando que ele estaria permitindo maus-tratos e que não tem recebido as mães para conversar.

Algumas integrantes do grupo afirmaram que os internos acordaram, há duas semanas, apunhando de uma equipe vinda de São Paulo, conhecida como "chocinho". Dessa vez, os agressores estariam utilizando roupas diferentes das habituais, com o objetivo de não chamar a atenção. Os adolescentes teriam sido espancados porque não queriam mais permitir que fossem realizadas visitas.

Hoje pela manhã um grupo de mães deve acompanhar a inauguração da nova unidade no município. Elas pretendem cobrar do governador providências contra as agressões e contra a falta de estrutura do prédio, que possui infiltrações e outros problemas.

Durante as horas de tensão vividas ontem no portão da unidade, Lourdes Francisco sugeriu a Coordenadora dos Direitos Humanos Ana Paula Vargas de Melo, que as mães recebessem permissão para entrar e conversar com os internos para facilitar as negociações. "Se nos deixarem entrar, poderemos acalmar os meninos para que a revista seja feita", disse ela.

No final da tarde de ontem, um grupo de mães dos internos da Febem Ribeirão bloqueou por aproximadamente 30 minutos o acesso à unidade. Elas impediram a entrada e a saída de veículos e pessoas, exigindo explicações sobre a situação dos menores dentro do prédio.

As mães afirmaram que estavam assustadas devido à grande quantidade de veículos e policiais que entraram no local, muitos deles fortemente armados. No momento em que a tropa de choque entrou, houve choro, gritos e desespero.

A todo instante, o grupo exigia notícias dos filhos. Durante o período do protesto só dois carros tiveram acesso ao prédio: um de resgate e outro que levava comida. "A gente só sei daqui quando o choque sair. Não ligamos de apunhar. Batam em nós, mas não em nossos filhos", disse, emocionada, Lucimara de Araújo, 35.

A preocupação de todas era com possíveis agressões da cavalaria aos internos. "Se nós não fizermos alguma coisa, eles vão acabar com nossos filhos", falou Ana Aparecida da Silva.

As mães aproveitaram para protestar contra as péssimas condições da unidade. Segundo elas, houve uma reunião com o diretor da Unidade de Internação Ribeirão Preto, Roger Ribeiro Monteiro Rodrigues, 31, no último dia 9. Baseada nas declarações dos filhos, elas reclamaram da qualidade da comida, do estado das roupas e solicitaram que os internos pudessem receber visitas iniciais de 15 em 15 dias pelo menos.

Elas afirmaram que o diretor prometeu avaliar e dar uma resposta aos pedidos, mas nada de concreto foi feito, e os problemas se agravaram ainda mais.

Desde as últimas fugas —em janeiro— as mães estão proibidas

"A Febem é uma barrida de efeito retardado"
José Alves Carneiro
residente do Sinteramã

"Vocês [PMs] podem bater na gente, mas não nos nossos filhos"
LUCIMARA DE ARAÚJO, 35
mãe de interno

Funcionário da Febem tenta retirar mães de internos que bloqueavam a entrada da unidade

REBELIÃO NA FEBEM

Hora a hora

- 10h** Os internos se rebelam, fazem sete monitores reféns (cinco milibres) e espalham a rebelião por quatro pavilhões. Eles ateiam fogo nos colchões e quebram telhas
- 10h30** Os infratores exigem a presença do promotor Juvenaldo Marcelo Pedroso Goulart. O promotor chega às 14h10
- 11h15** A PM cerca a unidade
- 11h15** O monitor Adriano Evangelista de Moraes, 26, tenta fugir, cai de um muro de 4 m e é socorrido pelos bombeiros
- 11h40** Após uma conversa com Goulart, os rebeldes liberam os reféns
- 11h40** O interno Bruno Henrique Ramos, 18, também é socorrido após bombeiros, depois de, segundo a Febem, ser espancado pelos rebeldes
- 12h** Os infratores exigem a presença do promotor Juvenaldo Marcelo Pedroso Goulart. O promotor chega às 14h10
- 14h20** Chega a tropa de choque da PM
- 15h40** Após uma conversa com Goulart, os rebeldes liberam os reféns

O que levou à rebelião?

- Segundo a Febem, os internos não querem ir para a nova Unidade — que será inaugurada hoje pelo governador Geraldo Alckmin —, onde as fugas são mais difíceis
- Segundo mães e funcionários da Febem... os rebeldes querem a volta de benefícios como visitas de namoradas e permissão para as mães levarem comida e roupa. Eles afirmam que houve racionamento de comida e de roupas
- As fugas em 2004
 - 3 de janeiro - 2 fugiram
 - 21 de janeiro - 12 fugiram
 - 25 de janeiro - 1 fugiu

A nova unidade que será inaugurada hoje possui

- Capacidade para 132 detentos
- 2 muralhas (1 UJ Ribeirão possui apenas 1)
- Administração isolada dos pavilhões

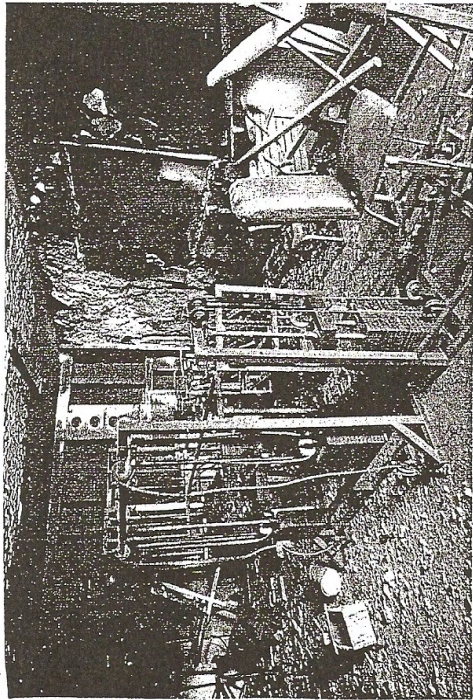
Capacidade atual

- 120
- 89

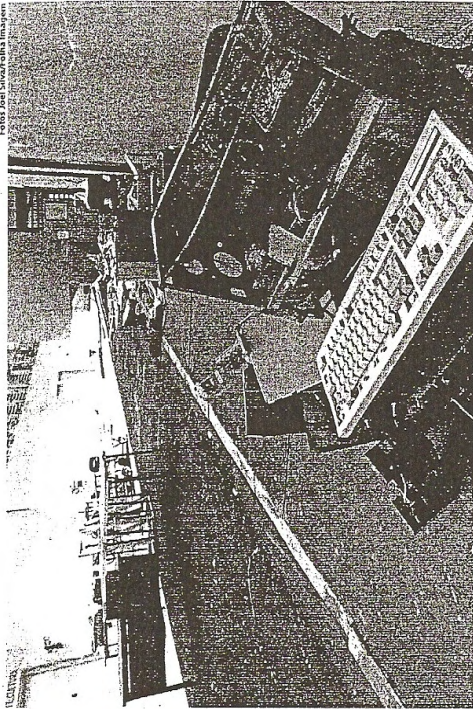
Mapa



ANEXO F



Aparelhos da sala de ginástica queimados pelos internos durante a rebelião de sexta-feira passada



Computador e móveis incendiados durante o motim, no pátio da UI Ribeirão Preto da Febem

Foto: Joel Sikow/Folha Imagem

MENORES *Adolescentes da UI Ribeirão Preto conseguiram o direito de receber alimentos das mães e visitas das namoradas*

Após motim, Febem atende reivindicações

ADRIANA MATIUZZO
KATILUCIA MAGALHAES
FREE LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Após uma rebelião que deixou três feridos — dois monitores e um adolescente —, na sexta-feira passada, e provocou o cancelamento da visita do governador Gerardo Alckmin (PSDB) a Ribeirão Preto, a direção da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) cedeu e decidiu atender algumas das principais reivindicações dos adolescentes. Entre as exigências dos internos para encerrar o motim atendidas pela Febem estão a permissão para que as mães levem comida (a fundação permitiu a entrada de dois pacotes de bolacha e uma garrafa de refrigerante por intermédio) a visita de número duas uma vez por semana e o uso de roupas próprias aos domingos, durante a

visita dos familiares. Além disso, a Febem permitiu, na sexta-feira, a entrada das mães na UI (Unidade de Internação) Ribeirão Preto — palco do motim — após o final da rebelião. O acordo entre a Febem e os adolescentes foi intermediado pelo promotor da Infância e da Juventude Marcelo Pedroso Goulart, 46, que participou das negociações a pedido dos rebeldes. Segundo o promotor, os adolescentes que participaram da rebelião haviam perdido o respeito pela direção da Febem depois que pedidos feitos pelas mães dos internos não foram atendidos pelo diretor da unidade, Roger Ribeiro Montenegro Rodrigues, 31. Na opinião de Goulart, o motim não foi evitado porque a direção da fundação na cidade é "despreparada" e "insegura". Entretanto, para o diretor regio-

nal da Febem, Marcos Donizeti Antônio Monteiro, chegou a vir a Ribeirão na noite da rebelião e visitou a unidade no sábado de manhã. Convidado para participar de uma reunião com uma comissão formada pelo Ministério Público, pelo OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e por outras entidades, ele preferiu indicar o diretor técnico Breno Machado. Segundo Goulart, na reunião foram discutidas cinco intervenções violentas contra adolescentes na UI Ribeirão, denunciadas pelo Ministério Público no ano passado, e outras ocorridas neste ano. A participação do diretor técnico foi considerada positiva pelo promotor: "A postura dele [Machado] não é política e é de respeito à presidência da Febem e do Ministério Público foi reaberto depois de muitos anos".

O presidente da Febem, Marcos Donizeti Antônio Monteiro, chegou a vir a Ribeirão na noite da rebelião e visitou a unidade no sábado de manhã. Convidado para participar de uma reunião com uma comissão formada pelo Ministério Público, pelo OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e por outras entidades, ele preferiu indicar o diretor técnico Breno Machado. Segundo Goulart, na reunião foram discutidas cinco intervenções violentas contra adolescentes na UI Ribeirão, denunciadas pelo Ministério Público no ano passado, e outras ocorridas neste ano. A participação do diretor técnico foi considerada positiva pelo promotor: "A postura dele [Machado] não é política e é de respeito à presidência da Febem e do Ministério Público foi reaberto depois de muitos anos".

Motim causou prejuízo de R\$ 1,5 milhão

FREE LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

O diretor regional da Febem em Ribeirão Preto, Marcos Donizeti Antônio Monteiro, afirmou ontem que o prejuízo causado pelos adolescentes durante a rebelião da semana passada, foi de cerca de R\$ 1,5 milhão. Além de queimar colchões, os menores rebeldes destruíram materiais pedagógicos, equipamentos eletrônicos e de preparação para o prévio, já comprometido devido à idade do imóvel, construído em 1975.

Segundo o diretor, 44 dos 89 menores foram transferidos no último final de semana. A fundação está avaliando a transferência do restante para a nova unidade, construída para substituir a UI Ribeirão.

De acordo com a assessoria da Febem, o novo prédio custou R\$ 6,7 milhões. A nova unidade, com capacidade para 112 adolescentes infratores, tem marinha dupla e portas mais resistentes para suportar a segurança, evitando fugas. De acordo com a Febem, a antiga UI Ribeirão vai ser reformada e transformada em um centro profissionalizante. Os estragos causados pela rebelião devem atrasar o cronograma de entrega do centro.

ANEXO G

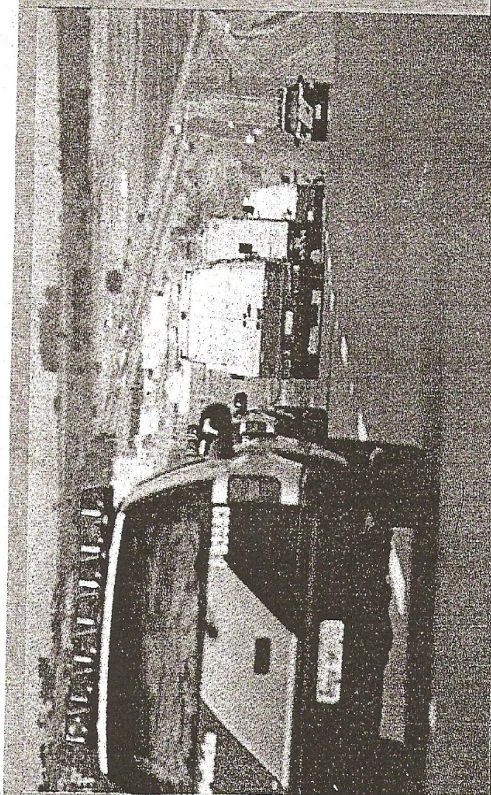
ESTÁ INCLuíDO
NESTE CADERNO

Tel.: 011/xx/16/633-6116
E-mail: folharib@uol.com.br
Fax: 011/xx/16/633-9945

FOLHARIBERÃO

PÁGINA C 1 ★ SÃO PAULO, SÁBADO, 26 DE JUNHO DE 2004 ★ INCLUI COTIDIANO

Serviço de
atendimento ao assinante:
0800-703-8080



A esq., carros da PM escoltam caminhões levando jovens da Febem para Avaré na rodovia Antônio Duarte Nogueira; à dir., mãe de um dos internos transferidos chora na porta da fundação

Foto: Diego Padgurecki/Folha Imagem

JOVEM INFRATOR Todos os transferidos são maiores de idade; OAB diz que prisões são ilegais e vai recorrer à Justiça

Após motins, Febem leva 37 jovens a presídio

ATÍLCIA MAGALHÃES

ORIANA MATTIUSO
EFLANÇE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Trinta e sete internos da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) de Ribeirão Preto foram de 18 anos que participaram de duas rebeliões nos últimos dias foram presos pela Polícia Militar na noite de anteontem e transferidos ontem para um presídio do Estado em Avaré. Um outro adolescente foi preso, mas sua transferência foi adiada porque ele está internado em um

hospital. Todos foram indiciados por motim, cárcere privado, formação de quadrilha e incêndio, que abrangeu dano ao patrimônio público e integridade física.

Cerca de dez mães de internos permaneceram diante da unidade durante o dia de ontem em protesto contra as transferências.

Os infratores têm 18, 19 e 20 anos e cumpriam medida socioeducativa na UI (Unidade de Internação) Ribeirão Preto, destinada a reincidentes em crimes graves. É a primeira vez no complexo de Ribeirão que internos são presos

após motins e a segunda na história da fundação — a primeira foi em abril de 2003, quando jovens de Franco da Rocha foram para um presídio em Hortolândia.

Segundo a Febem, a ordem de prisão foi dada após entendimentos entre o juiz da Infância e Juventude, Guacy Sibille Leite, e o secretário de Estado da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho. Os adolescentes foram presos em flagrante na presença de delegados, promotores e do juiz.

A UI Ribeirão, que abrigava 87 internos antes da transferência,

foi palco de duas rebeliões com reféns anteontem e quarta-feira. Na rebelião de anteontem, três funcionários da fundação mantidos como reféns ficaram feridos.

Os adolescentes seriam levados para o Centro de Detenção Provisória de Ribeirão, mas a direção se recusou a aceitá-los porque a unidade está superlotada.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê que o jovem infrator cumpra medida socioeducativa por, no máximo, três anos, que pode ser concluída mesmo que ele já tenha ultrapassa-

sado os 18 anos — a condição é que o crime tenha sido cometido quando ele era menor de idade. No caso dos transferidos, eles foram presos em flagrante por crimes cometidos durante a rebelião, já maiores de idade.

Os internos foram presos por serem maiores de idade, já que a fundação não teve como identificar os líderes dos motins. Segundo a Febem, a fundação e o Poder Judiciário decidiram transferir os jovens com mais de 18 anos para tentar pôr fim à série de motins.

Para a Comissão de Direitos

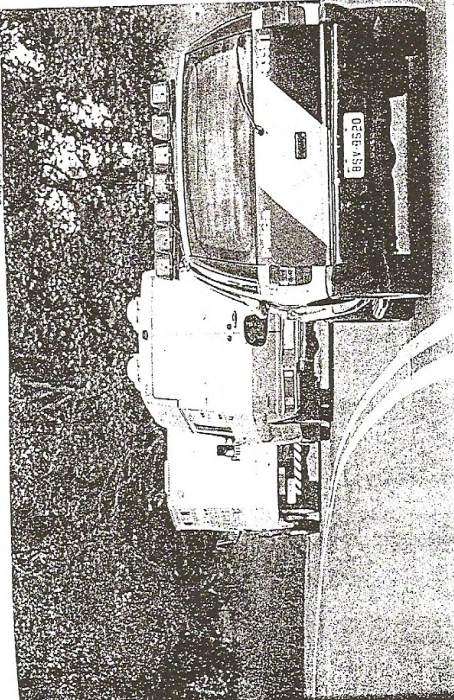
Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), as prisões são ilegais, pois foram feitas na Febem e sem a presença de um advogado, o que caracteriza coação. A OAB colocou cinco advogados à disposição das mães e pedirá à Justiça o relaxamento das prisões. Segundo o Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delíto e Tratamento do Delinqüente), no caso de Franco da Rocha, os adolescentes não foram condenados posteriormente pela Justiça

ANEXO H

DOLESCENTE Comissão de direitos humanos envia casos da cidade para compor ação internacional contra a fundação

Ação na OEA vai incluir Febem de Ribeirão

Grupo Parlamentar 25 de junho de 2004



Veículos que transportaram os adolescentes da Febem para a Penitenciária de Avaré

ADRIANA MATIUZO
FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

A comissão Teofônio Vilela de Direitos Humanos, em São Paulo, irá incluir as unidades de Ribeirão Preto da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) em uma ação que tramita contra a fundação na OEA (Organização dos Estados Americanos).

A medida foi estudada pela comissão após duas rebeliões que ocorreram nas UIs (Unidades de Internação) Rio Pardo e Ribeirão Preto nos dias 23 e 24 do mês passado.

A comissão informou ontem que a medida deverá ser tomada porque as unidades de Ribeirão Preto estão registrando constantes casos de violações de direitos humanos, divulgados pela imprensa e por organizações da cidade desde o ano passado.

A ação contra a Febem foi proposta em 2000 e "admitida" pela

OEA — ou seja, foi vista como merecedora de julgamento internacional. A ação é contra a fundação, mas, até agora, citava apenas casos de violação de direitos humanos ocorridos com internos da capital.

Segundo a comissão, apesar de a ação ser contra a Febem, quem vai a julgamento é o país, que, se for condenado, terá de responsabilizar o Estado de São Paulo pelo problema. A ação pede que haja adequação das unidades da Febem para que os adolescentes tenham seus direitos preservados.

Membros da comissão de direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), subseção de Ribeirão Preto, e da Amar (Associação das Mães dos Adolescentes em Risco) estiveram reunidos com a comissão antecorrente em São Paulo para discutir o caso.

Investigação
A Amar também fechou uma parceria com o Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), órgão da ONU, com o objetivo de apoiar juridicamente os internos da Febem.

Os primeiros a serem beneficiados serão os 38 jovens maiores de 18 anos que ficaram presos por três dias na Penitenciária de Avaré, após a participação nas duas últimas rebeliões em Ribeirão. De acordo com a diretora-executiva do Ilanud, Karina Batista Espósito, 29, desde 2001, o órgão já vinha apoiando juridicamente a Amar de São Paulo.

"Queremos proporcionar uma defesa qualificada a esses jovens", disse Espósito. Uma equipe de três advogados estará à disposição da Amar. A assessora de imprensa da Febem informou que a fundação só se pronunciará quando for notificada dos procedimentos jurídicos.

junto com outros 49 adolescentes que estavam na UI Ribeirão, que abriga infratores reincentés. Uma liminar revogou a ordem de prisão. Segundo a assessora de imprensa da fundação, houve uma falha de comunicação interna. A direção decidiu encaminhar os jovens também para Lins e São Paulo, mas não informou à assessoria de imprensa.

Após receber denúncias de que a Folha entrou em contato com a assessora três vezes entre segunda e terça-feira, mas foi informada de que nenhum dos 38 jovens de Ribeirão tinha sido encaminhado para outras unidades do Estado, além da de Lins.

Segundo Marlene (nome fictício), as mães que têm filhos em unidades fora de Ribeirão não têm como fazer visitas.

Fundação espalhou jovens por SP

Parte dos adolescentes de Ribeirão Preto que estavam detidos na Penitenciária de Avaré foi distribuída por quatro unidades da Febem, diferentemente do que afirmava até recentemente a assessora de imprensa da fundação.

A informação anterior era que 18 dos 38 tinham sido levados para a Unidade de Internação de Lins. Orestes, a Febem admitiu que apenas quatro foram para o local. Os demais foram encaminhados para as unidades de Lins (quatro) e do Itaipuê (nove) e um veio para Ribeirão, juntamente com outros 20 internos.

Os 38 jovens — todos maiores de 18 anos — foram autuados em flagrante e presos no dia 24 após participarem de uma rebelião

dos não aceitaram a mulher como candidata", afirmou Darcy. "O país tem uma cultura com um machismo muito intrincado. Não é do dia para a noite que isso vai mudar", completou a candidata a prefeita.

Além do machismo, as candidatas afirmam que até entre as mulheres há rejeição pelas candidatas. "As mulheres admiram a mulher como candidata, mas ainda não votam pela beleza masculina", disse Darcy.

"É difícil para a mulher participar da eleição e é difícil também para ela se eleger. Está melhorando. Pouco, mas está", afirmou Fátima.

Machismo
As candidatas afirmam, ainda, que o machismo também é um dos fatores que afastam as mulheres da vida pública. "Muitos mar-

caso de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

niagem de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

niagem de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

niagem de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

niagem de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

Nota para mulher fica incompleta

Das 6 coligações de Ribeirão, nenhuma preencheu vagas para candidatas

ERIO PAGMAN
FOLHA RIBEIRÃO

Seis coligações de partidos de Ribeirão Preto não conseguiram completar o número mínimo de vagas destinadas às mulheres das eleições municipais de outubro próximo. Pela lei, cada sexo tem direito a, no mínimo, 30% das vagas disponíveis.

Segundo levantamento feito pela Folha, nas seis coligações da cidade existem 72 mulheres no pleito ou 53,73% do total reservado às mulheres.

Segundo a legislação, as mulheres têm direito a, no mínimo, 30% das vagas disponíveis. No entanto, em nenhuma das seis coligações o número mínimo foi atingido.

Das seis coligações, a do PMDB e o PSL são as que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

niagem de mulheres. Uma das exceções é a coligação do PSDB de Franca, que informou ter completado todas as vagas possíveis.

Única candidata
Já o PSTU de Ribeirão irá lançar cinco candidatos a vereador, mas nenhuma mulher — poderiam existir dez delas.

"Mulher só eu mesma", disse a candidata a prefeita pelo partido, Fátima Fernandes, 50.

Dos partidos coligados, o PMDB e o PSL são os que mais mulheres têm em sua chapa — 12. Os dois partidos, que estão coligados proporcionalmente, poderiam lançar 13. Uma delas é a ve-

ANEXO I

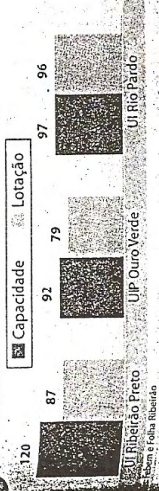
INFÂNCIA Após série de rebeliões, avaliação da presidência da fundação considerou que diretores não atenderam às expectativas Febem troca cúpula do complexo de Ribeirão

Editoria de Arte/Folha Imagem

OCCORRÊNCIAS NA FEBEM EM RIBEIRÃO EM 2004

3 de janeiro 2 internos fogem da UI Ribeirão	4 de maio Rebelião na UI Rio Pardo, com 4 reféns
21 de janeiro Fuga de 12 infratores da UI Ribeirão	18 de maio 8 internos da UI Rio Pardo agredem 1 funcionário
30 de janeiro 1 adolescente foge da UI Ribeirão	23 de maio 8 internos fogem da UI Ribeirão
27 de fevereiro Rebelião com 7 reféns e 2 pessoas feridas (1 funcionário e 1 interno) na UI Ribeirão	24 de maio 5 pessoas ficam feridas (3 funcionários e 2 adolescentes) durante tumulto na UI Ribeirão
1 de março 3 infratores fogem da UI Ribeirão	19 de junho 87 jovens se rebelam e sobem no telhado da UI Ribeirão
1 de março Funcionário é agredido na UIP Ouro Verde	23 de junho 87 internos da UI Ribeirão e 85 da UI Rio Pardo fazem uma rebelião com 13 reféns. Ficam feridos 6 funcionários e 4 infratores
1 de abril Reféns da UI Ribeirão fazem protesto na Volta do "Jumbo" (comida trazida casa) queimando colchões	16 de julho A Febem trocou e demitiu diretores na unidade de Ribeirão

RAIO-X DE CADA UNIDADE DO COMPLEXO RIBEIRÃO



AFRA BALAZINA

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

Após uma série de rebeliões, fugas e denúncias de maus-tratos, a Presidência da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) trocou a cúpula que comandava o complexo regional de Ribeirão Preto. A mudança de diretores é a segunda que ocorre em um período de menos de um ano. Além do diretor regional Marcos Donizeti Ivo, que voltará a dirigir a unidade de Sertãozinho após 11 meses no cargo, a fundação demitiu o diretor Roger Ribeiro Montenegro Rodrigues, responsável pela UI (Unidade de Internação) Ribeirão Preto, a mais problemática do complexo.

Os diretores não foram localizados pela Folha durante o final de semana para comentar o afastamento. A direção da Febem informou que o diretor Roger Ribeiro Montenegro Rodrigues, responsável pela UI (Unidade de Internação) Ribeirão Preto, a mais problemática do complexo, foi nomeado o diretor de Sertãozinho, Alexandre Rodrigues. A equipe de suporte operacional não foi divulgada.

O diretor César Augusto Carvalho Soares, que dirigia a UI (Unidade de Internação Provisória) Ouro Verde, comandará UI Ribeirão Preto. Para a Ouro Verde foi nomeado o diretor de Sertãozinho, Alexandre Rodrigues.

A equipe de suporte operacional não foi divulgada. O diretor César Augusto Carvalho Soares, que dirigia a UI (Unidade de Internação Provisória) Ouro Verde, comandará UI Ribeirão Preto. Para a Ouro Verde foi nomeado o diretor de Sertãozinho, Alexandre Rodrigues.

A equipe de suporte operacional não foi divulgada. O diretor César Augusto Carvalho Soares, que dirigia a UI (Unidade de Internação Provisória) Ouro Verde, comandará UI Ribeirão Preto. Para a Ouro Verde foi nomeado o diretor de Sertãozinho, Alexandre Rodrigues.

nal foi deslocada para Ribeirão com o objetivo de elaborar um estudo após uma série de problemas: seis fugas (cinco na unidade Ribeirão Preto) e nove registros de rebeliões; tumultos e agressões a funcionários nas três unidades (veja quadro nesta página).

A Amar (Associação de Mães dos Adolescentes em Risco), que reúne familiares e amigos de internos da Febem, comemorou a troca da cúpula da fundação. O grupo havia pedido a alteração da direção após 38 adolescentes que participaram de uma rebelião se-rem presos em andamento para a Penitenciária de Avaré. A entidade chegou a reunir 250 assinaturas requisitando a troca de Donizeti Ivo. "A mudança [da direção] é importante, mas tem de vir acompanhada de um projeto pedagógico sério e da aplicação de medidas socioeducativas", afirmou o pre-

sidente da entidade, Francisco Wagner Gomes, 29. Segundo ele, a troca na cúpula é uma vitória do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estava sendo descumprido. Ele também elogiou o trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil pelo apoio que vem sendo dado ao grupo.

O Ministério Público Estadual instaurou três procedimentos para apurar a situação da infraestrutura e das atividades pedagógicas oferecidas pela UI Ribeirão Preto. Elas investigam se há atividades para todos os internos e quais são as finalidades delas.

Neste mês, a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, com sede em São Paulo, informou que irá incluir as unidades de Ribeirão Preto da Febem em uma ação que tramita contra a fundação na OEA (Organização dos Estados Americanos).

pectativas não são alcançadas por um profissional que ocupa cargo de confiança. A fundação, entretanto, não divulgou o diagnóstico apontado pela equipe de suporte, que analisou os problemas e detectou que seria oportuno um remanejamento na direção.

Diretores não são localizados

foi um "diretor brilhante" em Sertãozinho e voltará para a "sua casa". A fundação ressaltou ainda que ele é um técnico com um bom desenvolvimento e que não diria entrevistas para manter a sua imagem preservada.

De acordo com a Febem, é comum a demissão quando as ex-

beiro Montenegro Rodrigues, ex-diretor da UI Ribeirão, demitido na última sexta-feira.

A reportagem da Folha não conseguiu localizar durante o final de semana os funcionários afastados para comentar a decisão de Marcos Donizeti Ivo sobre a presidência da Febem.

Segundo a Febem, Donizeti Ivo

ANEXO J

JOVEM INFRATOR *Febem vai submeter internos da UI Ribeirão a corpo de delito*

Acusação de maus-tratos provoca exames em massa

KATIUCA MAGALHÃES

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

A direção regional da Febem irá submeter, a partir de hoje, todos os 72 internos da UI (Unidade de Internação) Ribeirão Preto a exames de corpo de delito no IML (Instituto Médico Legal) para detectar possíveis casos de agressão contra menores da unidade.

Segundo a Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), é a primeira vez na história da entidade que é realizado um exame de corpo de delito em massa a partir de denúncia feita contra seus funcionários.

A única vez em que houve uma medida semelhante —mas não motivada por denúncia— foi em fevereiro deste ano, na mesma UI Ribeirão, quando os 89 internos foram encaminhados ao IML após uma rebelião, já que os adolescentes precisavam ser avaliados antes de serem transferidos para o novo prédio da unidade, que seria inaugurado.

A denúncia de agressões e maus-tratos contra os internos foi feita por mães dos menores ao Ministério Público na segunda-feira. Os adolescentes, segundo elas, mostraram hematomas e ferimentos durante o horário de visita no domingo passado.

Anteontem, quatro mães, o promotor da Vara da Infância e da Juventude de Ribeirão, Marcelo Pedrosa Goulart, e a diretora regional interina da Febem, Bernardete Bertholdo Lasmar, se reuniram no Ministério Público para tratar das denúncias.

De acordo com a Febem, oito adolescentes farão o exame hoje de manhã. No período da tarde, outros 20 serão encaminhados ao IML —os exames prosseguem amanhã. Segundo Goulart, se os exames apontarem agressões, outra sindicância será aberta para apurar o caso. Segundo o promotor, a decisão de submeter os internos ao exame coletivo foi tomada pela própria Lasmar.

OCORRÊNCIAS NA FEBEM RIBEIRÃO EM 2004

3 de janeiro - 2 internos fogem da UI (Unidade de Internação) Ribeirão

21 de janeiro - Fuga de 12 infratores da UI Ribeirão

28 de janeiro - 1 adolescente foge da UI Ribeirão

27 de fevereiro - Rebelião com sete reféns e duas pessoas feridas (um funcionário e um interno) na UI Ribeirão

4 de março - 5 infratores fogem da UI Ribeirão

11 de março - 1 funcionário é agredido na UIP (Unidade de Internação Provisória) Ouro Verde

24 de março - Tumulto na UI Ribeirão. Adolescentes apedrejam o prédio da unidade

8 de abril - Internos da UI Ribeirão fazem um protesto pela volta do "jumbo" (comida trazida de casa), queimando colchões

26 de abril - 6 internos fogem da UI Rio Pardo

4 de maio - Rebelião na UI Rio Pardo, com quatro reféns

18 de maio - 8 internos da UI Rio Pardo agredem um funcionário

23 de maio - 8 internos fogem da UI Ribeirão

24 de maio - 5 pessoas ficam feridas (três funcionários e dois adolescentes) durante tumulto na UI Ribeirão

19 de junho - 87 jovens se rebelam e sobem no telhado da UI Ribeirão Preto

23 de junho - 87 internos da UI Ribeirão e 85 da UI Rio Pardo fazem uma rebelião, com 13 reféns. Seis funcionários e quatro infratores ficam feridos

26 de junho - 38 adolescentes com mais de 18 anos são autuados em flagrante por crime de incêndio, formação de quadrilha, cárcere privado e motim. São transferidos, então, para a Penitenciária de Avaré

29 de junho - Justiça dá liminar que suspende prisão em flagrante dos adolescentes

2 de julho - Parte do grupo volta para a Febem de Ribeirão e parte é transferida para outras unidades da fundação no Estado

16 de julho - A Febem troca diretores no complexo de Ribeirão Preto

27 de julho - Promotora, mães e direção regional interina da Febem se reúnem para avaliar denúncias de que adolescentes estão sendo maltratados na Febem de Ribeirão

RAIO-X DAS UNIDADES DO COMPLEXO RIBEIRÃO

■ **UI Ribeirão Preto**
Capacidade: 120
Lotação: 72

■ **UI Ouro Verde**
Capacidade: 92
Lotação: 79

■ **UI Rio Pardo**
Capacidade: 96
Lotação: 97

Fontes: Febem e Folha Ribeirão

De acordo com o promotor, o Ministério Público já acompanha cerca de dez sindicâncias sobre maus-tratos na unidade, todas abertas nos últimos três meses.

Acusações de maus-tratos também estão sendo investigadas pela Corregedoria da fundação.

Há 13 dias, a Febem retirou do cargo o diretor regional da funda-

Aumentam casos graves de primários

FREE-LANCE PARA A FOLHA RIBEIRÃO

No primeiro semestre deste ano, a Febem de Ribeirão registrou a internação de seis adolescentes primários que haviam cometido crimes graves. O número, embora pequeno, representa o triplo das duas internações de jovens com esse perfil feitas em todo o ano passado.

Desde setembro de 2002, quando a UI Rio Pardo, que abriga primários, foi inaugurada, foram internados nessas condições 15 infratores.

Um caso classificado como primário grave foi o de um adolescente de 17 anos que participou de um latrocínio (roubo seguido de morte) em Ribeirão. No dia 9 de maio, Osmar Nunes dos Santos, 18, foi assassinado com um tiro na cabeça na boate da irmã, no bairro Jardim Aeroporto, em Ribeirão Preto. O jovem internado integrava uma quadrilha de quatro pessoas que estava assaltando a boate.

De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), adolescentes só podem ser internados caso cometam atos infracionais mediante grave ameaça, violência à pessoa ou se já tiver praticado outros tipos de infrações graves.

ção, Marcos Donizeti Ivo, e o diretor da UI Ribeirão, Roger Ribeiro Montenegro Rodrigues, após acusações de maus-tratos e uma série de rebeliões.

ANEXO K

ANEXO L

Atuação

#60

JORNAL DO CRESS SP FEV/ABR 2009

> Retrospectiva 2008

Entidades denunciam violações na Fundação Casa

Denúncias das violações praticadas contra os adolescentes foram entregues ao Ministro da Justiça

Após mais de dois anos impedido de averiguar a situação dos jovens privados de liberdade na Fundação Casa de São Paulo (antiga FEBEM), o Cress-SP juntamente com um coletivo recém formado para retomar visitas à Fundação em defesa dos direitos desses adolescentes, fiscalizou vinte unidades de internação do Estado no dia 08 de dezembro.

A comissão que visitou as unidades foi composta por diretores estaduais do Cress-SP e das seccionais de Campinas e Bauru, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e os deputados estaduais José Candido (PT/SP) e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo) e Raul Mar-

celo (PSOL/SP e integrante da Comissão de Direitos Humanos da Alesp).

A avaliação do coletivo é que continuam ocorrendo severas violações de direitos, que exigem urgentes medidas. Todas as denúncias foram registradas em um relatório, que servirá de material para a luta pelos direitos hoje negados e reavaliação da visão política de privação da liberdade dos adolescentes.

A atividade é a primeira de um conjunto de visitas a serem organizadas regularmente e foi possível depois que, em decisão de segunda instância, o Tribunal de Justiça do Estado revogou a Portaria 90/2005 da Fundação Casa (então antiga FEBEM), que restringia

o acesso de entidades de Direitos Humanos e conselhos tutelares às unidades.

A conselheira-presidente do Cress-SP, Áurea Fuziwara também foi eleita delegada pra representar o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente de SP na Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília em dezembro do ano passado. Na atividade, Áurea fez a entrega pública da síntese das denúncias relativas às visitas realizadas na Fundação Casa ao Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi.

O relatório do coletivo está disponível no site do Cress <www.cress-sp.org.br>.

chamado de judicialização ou criminalização da pobreza. As demandas de natureza social não encontram eco na política social estatal (com qualidade e eficiência) e acabam sendo atendidas com a repressão da vítima da violência social.

Apesar das constrangedoras revistas íntimas, em que, dentre a várias situações vexatórias, as mulheres são obrigadas a retirar o absorvente que usam, trocando-os na frente da segurança, muitas mães, avós, tias e algumas namoradas visitam estes jovens. Um dado que se evidenciou é a reprodução da lógica prisional também em outra questão: as moças não podem receber visitas de seus companheiros ou namorados. Em nenhuma unidade foi apresentada qualquer informação sobre atenção à diversidade de orientação sexual.

A situação de Iaras (região de Bauru), que já havia sido denunciada é grave. Um dos pontos mais significativos foi encontrar 06 (seis) internos sob o regime de "sanção disciplinar", aplicada sem apuração de uma dita situação de conflito/agressão entre os adolescentes. Eles afirmam que estão "trancados" há onze dias. Só podem usar os colchões entre as 21h e 06h. Durante o resto do dia, devem ficar sentados nas camas de concreto e sem colchão, de cabeça baixa, mãos para trás e sem falar. Não participam do banho de sol e só podem participar das atividades educacionais. Basicamente, consta que esses seis internos teriam agredido e ameaçado de morte um outro adolescente (este foi retirado da unidade). Os adolescentes não concordam com a versão da direção. Há denúncias também nas outras unidades de Iaras.

Por fim, a relação hierárquica é uma grande marca da instituição. Quando há algum parlamentar ou autoridade acompanhando a visita, há grande diferença no tratamento das entidades que, frizamos, apenas cumprem o direito de fiscalização.

O coletivo fará um relatório minucioso nos próximos dias. Este breve relato visa afirmar que esta ação da sociedade civil não é algo extraordinário: deveria ser recebida pela Fundação Casa com tranquilidade, posto que apenas visa garantir os direitos dos adolescentes. De toda forma, com tantas violações e denúncias, os jovens estão temerosos e com declarado receio de represálias: "Vou falar, mas sei que pode acontecer alguma coisa hoje à noite".

Os/as jovens têm coragem de denunciar, porque as violações podem piorar. Tornem-se públicas as suas vozes. Por nossa responsabilidade na garantia de direitos, conclamamos a todos os demais atores para esta defesa da prioridade absoluta.

Entidades que efetivaram as visitas:

ACAT, CEDECAs Limeira, Interlagos, Jardim Ângela, Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (CRESS-SP), Comissão da OAB de Direitos Humanos de Sorocaba e Diadema, CRP de Bauru, Escritório Modelo da PUC, Conselhos Tutelares de Bauru, Santana e Guarulhos, Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, Sociedade Santos Martires, Fundação Interamericana de Direitos Humanos, Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parlamentares que acompanharam as visitas:

Senador Eduardo Suplicy (PT), Deputado José Cândido (PT), Deputado Raul Marcelo (PSOL) e vereador eleito em São Paulo Italo Cardoso (PT).

Notícias anteriores

- » Doe Sangue
- » Eleições do Conjunto Cfess/ Cress
- » contratação de planos de saúde e seguros
- » Cress SP manteve compromisso com projeto ético-político da categoria
- » A Instrução Normativa nº 27
- » Nota de Falecimento
- » Cress SP manifesta solidariedade aos familiares
- » COMUNICADO
- » Curso de Pós Graduação
- » COMUNICADO
- » Parâmetros para atuação de assistentes sociais
- » COMUNICADO
- » COMUNICADO
- » Manifestação de repúdio
- » Ata do resultado das eleições

cabeça por conta da fragilidade em que se encontram ao sofrerem, visualmente, os raios solares. Evidente "asilamento" é também a estrutura de grades e instituição total (a vida se restringe ao acesso limitado a determinados espaços internos).. Quanto à higiene, o tempo do banho varia bastante. Alguns relataram que podem utilizar o chuveiro por somente 3 minutos, queixam-se do sabão, feito de gordura, sem odor e que desperta processo alérgico em muitos deles.. Outros mencionaram que recebem castigo de terem que se molhar, fechar o chuveiro, se ensaboar e depois, tomar uma rápida ducha. Chegam a ficar 3 semanas sem troca de toalha. Assim, não pareceu estranho o fato de relatos de sentirem "coceira" (visualmente aparentava ser algum tipo de sarna), a ponto de terem ferimentos nas pernas, braços, axilas. Referiram, numa unidade, terem recebido atendimento de um dermatologista três meses atrás, mas que a medicação nunca lhes foi administrada.

A "tradicional" cabeça raspada vigora e com aperfeiçoamento: em algumas unidades colocam um jovem para raspar a cabeça do outro, o que configura em violação de direitos e podendo ser considerada prática de tortura. É utilizada com normalidade a regra de "cabeça baixa" e "mãos para trás", sendo que o não cumprimento dessas "regras" é resolvido com agressões físicas, coação e isolamento. Até o cumprimento educado como o aperto de mãos entre dois jovens motiva o funcionário a agredi-los. Se esquecerem de dizer "licença, Senhor", são obrigados a voltarem e refazer o percurso e, então, expressar tal frase. Os adolescentes queixaram-se que nem podem conversar durante a noite e que se cochicham rapidamente há intervenção aos gritos e pancadas nas portas - de aço - para se calarem. Em alguns lugares há castigos, por exemplo, de ficarem nus, em pé, com o rosto virado para a parede, por até quatro horas. Durante a visita, sem qualquer pudor, jovens foram pressionados por funcionários, alertando sobre as represálias. Portanto, não se vislumbra a possibilidade de uma relação de respeito que é fundamental para a formação e a sociabilidade de qualquer ser humano, em especial, destes adolescentes.

As unidades de internação provisória referem realizar o Programa de Educação e Cidadania - PEC, que consiste em aulas conhecidas como de "aceleração". Alguns reconheceram que pela primeira vez recebem alguma atenção de um professor - até porque a adesão a tal atividade é pequena, oportunizando-lhes este cuidado diferenciado, evidenciando-se o contentamento face a ausência de direitos humanos no decorrer de sua vida. Os cursos de profissionalização existem, mas são geralmente formações de subalternização, com atividades mecânicas. Mencionaram que num curso de panificação não tocaram na farinha.

A gestão compartilhada que é uma das mudanças muito divulgadas pela Fundação, segmenta e terceiriza os serviços, sem que estes tenham relação com o projeto pedagógico. Por exemplo, o motorista, serviço de cozinha, lavanderia, não são treinadas para nenhum contato com os educandos. Em relação à segurança, foi garantido que sua atuação é na área externa: "porque se precisar a Fundação tem o choquinho".

Quando precisam de atendimento médico ou odontológico fora da unidade, todos são escoltados algemados. Argumenta um jovem: "Senhora, imagina se entrar três caras algemados e a senhora com seu filho? A senhora fica com medo.. Todos vão para parede. É muito chato... dá para ver que as pessoas sentiram medo". Segundo os adolescentes, somente retiram as algemas se há solicitação do médico. As atividades externas são escassas. Referem, em algumas entidades, que mesmo em apresentações de suas habilidades artísticas, etc, são levados com uniforme da Fundação. Queixam-se: "Porque alguns (internos) podem ter roupa "normal" e a gente tem que ir com essa?", referindo sentirem-se constrangidos. Preservando sua dignidade, perguntam um dos jovens: "Não podia usar perfume pelo menos no domingo para a gente receber nossa visita?". Desodorante, onde existe, é em forma de creme, colocado em suas mãos. Queixam-se do creme dental, que é similar a um "chiclete" e que provoca "rachadura na boca".

A relação com funcionários da noite, segundo eles, é bastante tensa, de modo que por exemplo, para ir ao banheiro, enquanto dormem, devem gritar, deitados, até a chegada de um funcionário.

A partir do relato dos jovens e no trabalho das entidades e defensores é possível analisar que tanto a Segurança Pública quanto o Judiciário parecem ter adotado a prática de "tratar" a drogadicção com a internação. É sabido que a grande parte